



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Socioeconômico
Departamento de Serviço Social

Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Serviço Social

Florianópolis, maio de 2013

O projeto político-pedagógico resulta da construção coletiva dos atores da Educação Escolar. Ele é a tradução que a Escola faz de suas finalidades, a partir das necessidades que lhe estão colocadas, com o pessoal – professores/estudantes/equipe pedagógica/pais – e com os recursos de que dispõe.

Esses elementos todos são mutáveis, modificam-se de ano para ano, no mesmo ano; de Escola para Escola, na mesma Escola.

Por isso, o projeto **não está pronto, mas em construção**. Nele, a equipe vai depurando, explicitando, detalhando a inserção **dessa** Escola na transformação social.

O projeto político-pedagógico ganha consistência e solidez à medida que vai captando sistematicamente a realidade na qual se insere. Daí ser a realização contínua de diagnósticos dessa realidade um instrumental importantíssimo nessa construção. Diagnóstico aberto, que não se cristaliza e que não se encerra na constatação da realidade, mas que a lê.

(Selma Garrido Pimenta,
em *Questões sobre a organização do trabalho na escola*, 1993)

Comissão de Revisão Curricular

Ana Maria Baima Cartaxo
Beatriz Augusto Paiva
Helder Boska de Moraes Sarmento
Maria Teresa dos Santos
Ricardo Lara
Vania Maria Manfroi
Tânia Regina Krüger
Discentes do Centro Acadêmico Livre de Serviço Social –CALISS

Professores efetivos do Departamento de Serviço Social

Ana Maria Baima Cartaxo
Beatriz Augusto de Paiva
Carla Rosane Bressan
Edaléa Maria Ribeiro
Eliete Cibele Cipriano Vaz
Helder Boska de Moraes Sarmento
Helenara Silveira Fagundes
Ivete Simionatto
Keli Regina Dal Prá
Liliane Moser
Luciana Patrícia Zucco
Luziele Maria de Souza Tapajós (à disposição no Ministério de Assistência Social)
María Del Carmen Cortizo
Maria Teresa dos Santos
Myriam Raquel Mitjavila
Ricardo Lara
Rosana de Carvalho Martinelli Freitas
Simone Sobral Sampaio
Sirlândia Schappo
Tânia Regina Krüger
Teresa Kleba Lisboa
Vania Maria Manfroi
Vera Herweg Westphal

Professores de contrato temporário

Arnaldo Xavier
Daniele Cima Cardoso
Cleide Gessele
Juliane Justino
Kathiuça Bertollo
Letícia Nunes
Marlon Garcia da Silva
Priscilla Mathes
Renata Nunes

Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social (Biênio 2012-2014)

| Membro Titular | Membro Suplente |
|--|--------------------------|
| Representante do Departamento de Serviço Social – DSS | |
| Tânia Regina Krüger | Sirlândia Schappo |
| Keli Regina Dal Prá | Maria Teresa dos Santos |
| Carla Rosana Bressan | Liliane Moser |
| Ivete Simionatto | Helder Boska M. Sarmento |
| Ana Maria Cartaxo | Ricardo Lara |
| Vania Maria Manfroi | Eliete Cipriano Vaz |
| Rosana de C. Martinelli Freitas | Teresa Kleba Lisboa |
| Representantes de Sociologia e Ciência Política – SPO | |
| Eriberto Meurer | Itamar Aguiar |
| Representantes do Departamento de Direito – DIR | |
| Leticia Albuquerque | Rafael Peteffi da Silva |
| Representante do Departamento de Psicologia – PSI | |
| Marcos Eduardo Rocha Lima | _____ |
| Representantes de CRESS | |
| Eliete Maria de Lima | Magali Régis Franz |
| Representantes Estudantis / CALISS | |
| Ingrid Oliveira | Vanusa Floriani Lopes |
| Cristiane da Costa Melo | Laura Santos Neitsch |

Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Graduação do Serviço Social Gestão 10/2012 a 10/2014

| |
|----------------------------|
| Presidente |
| Sirlândia Schappo |
| Membros |
| Eliete Cibele Cipriano Vaz |
| Luciana Patrícia Zucco |
| Maria Teresa dos Santos |
| Ricardo Lara |
| Tânia Regina Krüger |

Agradecimentos

- aos professores do quadro permanente do DSS vinculados à Graduação e ao Programa de Pós-Graduação
 - aos professores temporários
 - aos discentes
 - aos membros do CALISS
 - aos supervisores de estágio
 - aos Departamentos que lecionam disciplinas no Curso de Serviço Social
-
- aos assessores

Profa. Dra. Diana Carvalho de Carvalho – MEN/CED/UFSC

Profa. Dra. Rosangela Batistoni – UFJF

Profa. Dra. Neide Arrias Bittencourt – MEN/CED/UFSC

Profa. Dra. Adir Waldemar Garcia – PROGRAD/UFSC

Profa. Dra. Lea Anastasiou – consultora externa

Profa. Ms. Inês Pellizaro – consultora externa

Vanderli Vandresen – PROGRAD/UFSC

Curso de Graduação em Serviço Social

Curso:Turmas e Turnos 309 e 339 (matutino e noturno)

Currículo:2013.2

Habilitação: Serviço Social

Documentação: Curso reconhecido pelo Decreto Federal 50.868 de 27/06/1961, publicado no Diário Oficial da União de 29/06/1961 – Renovação Decreto de Criação nº 45.063 de 19/12/58 da Presidência da República.

Renovação do reconhecimento do Curso matutino:DOU 23/11/2000 – Seção 1 – Página 40, Portaria nº 1.658, de 18 de novembro de 2009.

Renovação do reconhecimento do Curso noturno:DOU 4/6/2010 – Seção 1 – Página 10, Portaria nº 645, de 2 de junho de 2010.

Objetivos do Curso:

- a) promover a apreensão do conhecimento crítico-científico, fundado no arcabouço teórico/metodológico construído na teoria social crítica, no diálogo com as Ciências Sociais e Humanas, destinado a subsidiar a análise da realidade social e do processo histórico nacional e internacional;
- b) assegurar uma formação ética e humanista;
- c) possibilitar a aquisição do conjunto de competências e habilidades, com base na análise das expressões da questão social nos diversos espaços sócio-ocupacionais, para o exercício profissional;
- d) fomentar uma postura investigativa para o exercício profissional;
- e) articular conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, relacionados às demandas e necessidades sociais para a formulação de respostas profissionais.

Titulação:Assistente Social

Diplomado em:Serviço Social

Período de conclusão do Curso:Mínimo: 9semestres/ Máximo: 16 semestres

Carga horária obrigatória:3.600 h/a CNE: 3.000 h

Número de aulas semanais:Mínimo: 12/Máximo: 28

Coordenadora do Curso:Prof.^a Dr.^a Tânia Regina Krüger (08/2012-08/2014)

Telefone:(48)3721-4936

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Introdução..... | 9 |
| 1. O processo de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social de 1999 | 11 |
| 2. Aspectos da conjuntura brasileira e catarinense | 14 |
| 3. Breve histórico Curso de Serviço Social da UFSC..... | 24 |
| 4. Perfil dos discentes ingressantes e dos egressos da Graduação | 29 |
| 4.1 - Perfil dos discentes ingressantes, percentual de conclusão do Curso e número de semestres de integralização do Curso | 29 |
| 4.2 - Perfil dos egressos concluintes | 33 |
| 4.3 - Os egressos por abandono e desistência | 35 |
| 5. Pressupostos da formação e perfil profissional | 36 |
| 6. Objetivos do Curso..... | 38 |
| 7. Competências e habilidades..... | 39 |
| 8. Organização curricular | 39 |
| 8.1 - Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional..... | 40 |
| 8.2 - Matriz curricular | 41 |
| 8.2.1 - Fases, disciplinas, carga horária e pré-requisitos..... | 42 |
| 8.2.2 - Distribuição da carga horária por fase, natureza dos conteúdos e atividades pedagógicas..... | 43 |
| 8.2.3 - Disciplinas Obrigatórias oferecidas pelo DSS | 43 |
| 8.2.4 - Disciplinas Obrigatórias oferecidas por outros Departamentos..... | 44 |
| 8.2.5 - Disciplinas Optativas | 44 |
| 8.2.6 - Atividades Extracurriculares | 46 |
| 8.3 - Ementários..... | 46 |
| 8.3.1 - Disciplinas Obrigatórias do Departamento de Serviço Social | 46 |
| 8.3.2 - Disciplinas Obrigatórias oferecidas por outros Departamentos..... | 49 |
| 8.3.3 - Oficinas..... | 50 |
| 8.3.4. - Estágio | 50 |
| 8.3.5 - Trabalho de Conclusão de Curso | 51 |
| 8.3.6 - Disciplinas Optativas do Departamento de Serviço Social..... | 51 |
| 8.3.7 - Disciplinas Optativas recomendadas de outros Departamentos..... | 54 |
| 8.4 - Atividades Complementares..... | 55 |
| 8.5 - Oficinas Pedagógicas..... | 55 |
| 8.6 - Estágio Supervisionado..... | 56 |
| 8.7 - Trabalho de Conclusão de Curso..... | 58 |
| 9. Metodologia de ensino-aprendizagem e avaliação | 59 |
| 10. Estrutura do Departamento de Serviço Social..... | 62 |
| 10.1 - Infraestrutura..... | 62 |
| 10.2 - Professores e técnicos-administrativos | 62 |
| 10.3 - Estrutura acadêmica e pedagógica | 63 |
| 11. Articulação Graduação-Pós-Graduação e Ensino-Pesquisa-Extensão | 67 |
| 11.1 - Pesquisa e extensão | 69 |

| | |
|---|------------|
| 11.2 - Programas e projetos especiais que envolvem ensino, pesquisa e extensão | 71 |
| 11.2.1 - Programa de Educação Tutorial - PET..... | 71 |
| 11.2.2 - Projetos multiprofissionais da área da saúde | 72 |
| 12. Políticas de ações afirmativas | 74 |
| 13. Avaliação institucional com discentes em geral e formandos | 78 |
| 14. Plano de implantação e acompanhamento do Curso..... | 78 |
| 14.1 - Dimensionamento da carga horária e necessidades de professores | 78 |
| 14.2 - Cronograma de implantação e substituição de fases do currículo 1999.1 | 80 |
| 14.3 - Acompanhamento e avaliação do processo de implantação do currículo | 80 |
| 14.4 - Recursos necessários | 81 |
| 14.5 - Formação permanente | 81 |
| REFERÊNCIAS | 82 |
| APÊNDICES..... | 89 |
| APÊNDICE A – QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS..... | 90 |
| APÊNDICE B – PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS COM EMENTA, OBJETIVOS, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E REFERÊNCIAS | 92 |
| 1ª Fase..... | 93 |
| 2ª Fase..... | 102 |
| 3ª Fase..... | 110 |
| 4ª Fase..... | 121 |
| 5ª Fase..... | 129 |
| 6ª Fase..... | 138 |
| 7ª Fase..... | 148 |
| 8ª Fase..... | 155 |
| 9ª Fase..... | 162 |
| APÊNDICE C – FLUXOGRAMA DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFSC | 166 |

Introdução

Este Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina é o resultado de um esforço coletivo de docentes e discentes do Departamento de Serviço Social. É produto de uma série de avaliações gerais e específicas com professores, acadêmicos e supervisores de estágio, seminários e oficinas temáticas conduzidas por docentes deste Departamento e por vezes com assessores externos e internos à Universidade, textos, transcrições de palestras e debates, intenções, contradições, documentos legais, e de um processo de sistematização bastante longo para reunir em um Projeto as diferentes expectativas por uma mudança na organização da estrutura e funcionamento do Curso de Graduação em Serviço Social.

A construção deste Projeto Pedagógico para o Curso de Serviço Social é um empreendimento dos últimos seis anos, contando com uma avaliação do currículo implantado em 1999, que resultou em um documento intitulado *O Curso de Serviço Social da UFSC em sintonia com seu tempo – reflexões sobre o Projeto Pedagógico/Matriz Curricular de 1999* (outubro de 2008) e o desencadeamento da Revisão Curricular em fins de 2008. Em meio às atividades cotidianas da dinâmica universitária, este processo lidou e trabalhou com uma série de expectativas em relação à organização do Curso e à formação profissional: a necessidade de superação do modelo didático-pedagógico tradicional; a adoção de metodologias de ensino-aprendizagem em que o debate e o ensino da prática com a vivência de situações do trabalho profissional tivessem lugar de destaque; o constante compromisso e motivação dos sujeitos; a necessidade de um quadro conceitual (teórico-metodológico) mais bem definido e articulado, expresso nas ementas e programas das disciplinas, superando os chavões e a fragmentação do saber; e uma relação interdisciplinar mais estreita e direcionada aos objetivos e diretrizes do Curso, particularmente no que se refere às disciplinas lecionadas por outros departamentos. Está neste horizonte a ampliação dos projetos interdisciplinares com os demais cursos da UFSC que envolvam ensino, pesquisa e extensão.

Com relação à matriz curricular, houve: a unanimidade na proposta de ampliação da carga horária de Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos, distribuindo seu conteúdo em três semestres; a ampliação da matéria de Pesquisa em Serviço Social dada a sua relevância no processo de formação e por ser uma dimensão importante da prática profissional; a organização de oficinas como recurso dinamizador da prática pedagógica; a ampliação e redimensionamento da carga horária das atividades de estágio e das disciplinas de supervisão pedagógica. O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) que deve se desdobrar em pelo menos duas disciplinas e, desta forma, articular melhor os conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, relacionando-os com a realidade social, as respostas profissionais e a produção do conhecimento. Foi apontada, ainda, a necessidade de redimensionar os conteúdos de Política Social e Processos de Trabalho e melhorar a relação das disciplinas do Núcleo de Fundamentação da Vida Social com a especificidade da profissão.

Desde o final dos anos 1990 e início da primeira década dos anos 2000, o Curso foi provocado por necessidades de atualização constantes, seja no plano curricular, sobretudo em relação aos fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e o ensino da prática profissional, seja na organização do estágio curricular obrigatório e não obrigatório, pelas demandas do mercado de trabalho, especialmente nas políticas sociais e nos movimentos sociais, sejam os processos de gerenciamento da atividade acadêmica, necessidades de avalia-

ção e de acompanhamento sistemático do processo de formação e das demandas pela solidificação e expansão da pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.

Esta proposta pedagógica está centrada na concepção de que o Curso de Serviço Social da UFSC, tal como deve ser um curso universitário, é um espaço de produção, socialização e comunicação do conhecimento, exigindo que a formação profissional promovida seja facilitadora de aprendizagem para o exercício da crítica, da produção científica, da criatividade, da autonomia, da comunicação, da iniciativa, da elaboração de planejamentos e avaliações da prática profissional, da intervenção política e científica eticamente orientada. Trata-se, assim, de importante instrumento político-pedagógico que expressa o compromisso de seu quadro docente e servidores técnico-administrativos na formação profissional dos assistentes sociais em sintonia com as exigências éticas, teóricas e técnicas da profissão.

O compromisso que orienta este Projeto é, portanto, o de assegurar uma sólida e crítica formação teórico-metodológica aos estudantes de Serviço Social para intervenção nas múltiplas expressões da questão social, sempre reatualizadas em novos desafios, processos, demandas e necessidades sociais. Visa ainda à preparação profissional na criação, na operacionalização das políticas sociais e na defesa dos direitos humanos civis, sociais, políticos e ambientais, na perspectiva do aprofundamento da democracia e da cidadania no País. Neste sentido, este projeto também é um instrumento norteador da articulação e complementação entre ensino, pesquisa e extensão, entre graduação e pós-graduação e entre as atividades de ensino e de gestão acadêmica.

Este Projeto se pautou nas avaliações e acúmulos obtidos com a implantação das Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABESS (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social) em 1996. Formalmente se pautou em documentos do Ministério da Educação sobre as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social (Parecer CFE/CES nº 492/2001; Resolução nº 15, de 13 de março de 2002); orientações sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização educação dos cursos de graduação na modalidade presencial (Resolução nº 2/CNE/CES/MEC, de 18 de junho de 2007), Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES – MEC, criado em 2004, e suas respectivas atualizações e Lei de Estágio (nº 11.788, de 25 de setembro de 2008). Por fim, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFSC, implantado em 1999, a Política Nacional de Estágio para os Cursos de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), de 2010, e as recomendações da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFSC.

Desta forma, apresentamos a seguir a nova proposta de organização do Curso, incluindo a descrição da construção deste Projeto, a conjuntura brasileira e catarinense, o histórico do Curso de Serviço Social da UFSC, perfil dos discentes ingressantes e egressos da graduação, os pressupostos, objetivos, princípios, competências e habilidades, organização curricular, metodologia de ensino e avaliação, estrutura do Departamento de Serviço Social, articulação graduação-pós-graduação e ensino-pesquisa-extensão, políticas afirmativas, avaliação institucional e Plano de Implantação. Entre os apêndices, destacam-se os programas das disciplinas.

1. O processo de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social de 1999

O processo de revisão do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social teve início em 2008, considerando a análise diagnóstica do Curso elaborada no período 2006-2007¹, que indicava a necessidade de uma nova matriz curricular para o Curso, tendo em vista que o currículo vigente fora implantado em 1999, o que naturalmente requeria atualizações em face da dinâmica da realidade. A análise diagnóstica ocorreu concomitantemente à divulgação dos resultados da *Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social* realizada pela ABEPSS, em nível nacional. Particularmente na UFSC o debate acerca dos resultados desta Pesquisa foi realizado com a presença da Profa. Ana Elizabete Mota, ex-presidente da ABEPSS, em novembro de 2008.

A partir de então, com a convicção de que o currículo de um curso só será efetivamente incorporado, assimilado, se houver a efetiva participação dos principais sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, desde o momento do planejamento até sua implantação e contínua avaliação, desencadeou-se um processo de ampla discussão do novo Projeto Pedagógico do Curso, conforme passamos a elencar.

No primeiro semestre de 2009, houve debate com professores e estudantes sobre a incorporação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS na matriz curricular do Curso de Serviço Social da UFSC e com a Profa. Rosângela Baptistoni, da Universidade Federal de Juiz de Fora, que integrou a Comissão de Especialistas da Área junto ao MEC quando da elaboração das referidas Diretrizes.

No segundo semestre de 2009, uma série de avaliações do Curso foi desencadeada com os professores, os supervisores de estágio e os estudantes. Propriamente com os estudantes, aconteceu a avaliação com todas as dezesseis turmas (matutino e noturno) separadamente por fases, com discussões em cada sala de aula a partir de roteiro que contemplava os objetivos e aspectos a serem considerados quanto à expectativa de apreensão pelos estudantes acerca do conteúdo, como segue.

Fases: 1ª, 2ª e 3ª - Conteúdo: Fundamentos, Método e História.

Indicadores de Avaliação: Mudanças na visão de mundo/realidade-sociedade; Mudanças do senso comum para o saber científico (compreensão das Teorias Sociais); Visão anterior do Serviço Social e concepção atual.

Fases: 4ª, 5ª e 6ª - Conteúdo: Estado, Política Social e Trabalho Profissional.

Indicadores de Avaliação: Apreensão da particularidade da profissão para o exercício profissional; Compreensão da relação Política Social-Espaço Institucional-Profissão; Conjunto das disciplinas cursadas até a fase habilita para pensar e intervir na realidade social.

Fase: 7ª - Conteúdo: Mediações Trabalho Profissional e Formação Profissional.

¹ Ver o documento *O Curso de Serviço Social da UFSC em sintonia com seu tempo – reflexões sobre o Projeto Pedagógico/Matriz Curricular de 1999*. Documento-Base. (UFSC/DSS, out. 2008).

Indicadores de Avaliação: Apreensão da particularidade da profissão para o exercício profissional no cotidiano; Conjunto das disciplinas cursadas até a fase habilita para pensar e intervir na realidade social; Compreensão do estágio supervisionado na formação profissional.

Fase: 8ª - Conteúdo: Síntese do Processo de Formação Profissional.

Indicadores de Avaliação: Apreensão da particularidade da profissão para o exercício profissional no cotidiano e reconhecimento das novas demandas; o Conjunto das disciplinas cursadas até a fase habilita para pensar e intervir na realidade social; Compreensão do estágio supervisionado na formação profissional; Estágio e TCC como desencadeadores da síntese do processo de formação profissional; Lugar e carga horária do Estágio Supervisionado e TCC na matriz curricular.

Outros aspectos foram apontados pelos estudantes em todas as fases: sobreposição de conteúdos; temas da contemporaneidade pouco apresentados e discutidos; poucas oportunidades de pesquisa e extensão; disciplinas optativas restritas; atividades complementares; sugestões para articulação de conteúdos.

Posteriormente aconteceu uma reunião de avaliação com os professores e outra com os supervisores de estágio, tendo também como referências os indicadores de avaliação utilizados com os estudantes.

As avaliações com os diferentes sujeitos e segmentos envolvidos com o Curso convergiram nos seguintes aspectos: a) é necessário pensar outro modelo pedagógico que supere as dificuldades do modelo tradicional; b) reconhecem-se as dificuldades na produção escrita e leitura pelos estudantes; que a leitura individual e aprofundada pelo estudante é o grande desafio a ser considerado na metodologia, devendo ser incentivado o uso da biblioteca; c) as expectativas dos docentes em relação ao estudante da graduação por vezes confundem-se com a pós-graduação; d) há abordagens de conceitos gerais e concepções distintas de profissão; e) deve-se considerar o perfil do estudante e também o perfil do profissional que se quer formar; f) há disciplinas com muito conteúdo para a carga horária correspondente; a disciplina Pesquisa deve ser incorporada nas fases iniciais; g) Estágio Supervisionado: antecipação da fase e maior duração; h) TCC: reorganização em pelo menos duas fases; Estágio e TCC não devem coincidir; i) Disciplinas de Processo de Trabalho: devem ser repensadas; j) Disciplina Serviço Social: Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos: necessária ampliação de carga horária; k) O exercício profissional deve ser repensado e priorizado no processo de formação; l) temas contemporâneos devem perpassar o conteúdo das disciplinas; m) os conteúdos de realidade brasileira devem ser ampliados, e incluídos os referentes à América Latina; n) devem ser discutidas formas mais dinâmicas de atividades complementares, articulando ensino-pesquisa- extensão; o) devem ser articuladas as disciplinas que discutem as Teorias Sociais com aquelas que tratam mais especificamente do Serviço Social; p) o espaço e lugar da política social devem ser repensados no novo currículo; q) deve ser privilegiada a discussão sobre a particularidade da profissão; r) há repetição de conteúdos e autores; s) inadequação de ementas; t) necessário rediscutir a relação ensino-aprendizagem: professor-estudante-profissionais supervisores; u) necessário instituir processo de avaliação constante: curso, disciplinas, implementação e implantação do currículo; v) deve ser observada a particularidade do Curso Noturno; w) há necessidade de atualização didática pelo corpo docente; x) necessária articulação e redimensionamento dos Núcleos de Pesquisa e Extensão; y) necessária articulação vertical-horizontal das disciplinas; z) necessário observar as produções textual e de conhecimento dos estudantes.

Ainda no segundo semestre de 2009, realizaram-se oficinas sobre os temas transversais no currículo: Questão Social, Exercício Profissional e Mercado de Trabalho, Ética e Fundamentos, Pesquisa – com a participação de professores, estudantes e supervisores de estágio, cujo conteúdo foi gravado e transcrito para subsídio da nova proposta pedagógica.

No primeiro semestre de 2010 aconteceram:

–Seminários por temas e conteúdos estruturantes do currículo: Fundamentos, Ética e Trabalho; Questão Social, Política Social, Movimentos Sociais, Planejamento e Administração; Eixo Pesquisa, TCC, Núcleos e Atividades Complementares. Os Seminários tiveram como objetivo a discussão de temas articulados na perspectiva do aprofundamento da discussão dos conteúdos necessários à nova matriz curricular. Neste sentido, as discussões foram gravadas e transcritas e contribuíram para se pensar o lugar dos conteúdos na matriz e a articulação do ensino-pesquisa-extensão no Projeto Pedagógico;

–Consultoria de especialista em currículo no ensino superior – Profa. Dra. Léa das Graças Camargo Anastasiou – que assessorou a Comissão de Revisão Curricular na organização de Seminário de socialização da produção acumulada em relação ao novo currículo até então e na elaboração preliminar do perfil, fases, objetivos gerais e conteúdos do novo currículo. A consultora ofereceu subsídios pedagógicos para se pensar o currículo como conjunto das atividades estruturais, articuladas e dinâmicas, constituidoras de um projeto coerente de investigação do mundo físico, da realidade e do próprio saber, de busca de sentido e gênese da prática social; do próprio saber, ensinar e apreender; da formação de estudantes, intelectuais, cidadãos e profissionais.

–Seminário Geral da Revisão Curricular, que ocorreu durante período integral, com professores e estudantes, em local fora da Universidade (Associação dos Funcionários da Fazenda – ASSEFAZ), reservado exclusivamente para este fim. O Seminário teve como objetivos: analisar a coerência entre o objetivo da fase, o conteúdo proposto e o perfil do curso; verificar a crescente complexidade na organização da aprendizagem proposta; verificar o conteúdo dos núcleos integradores do currículo na proposta apresentada; indicar complementações a serem feitas inicialmente. A atividade atingiu seus objetivos e significou um avanço qualitativo no processo de elaboração do novo Projeto Pedagógico, ao somar esforços do coletivo de discentes e docentes.

No segundo semestre de 2010 ocorreu a divulgação dos resultados da pesquisa *período de vínculo formal dos alunos, perfil dos egressos e ingressantes do Curso de Serviço Social da UFSC*, realizada pelas professoras Tânia Regina Krüger e Simone Sobral Sampaio, com os seguintes objetivos: subsidiar a revisão/reelaboração do Projeto Pedagógico; conhecer a trajetória acadêmica dos egressos concluintes e não concluintes; conhecer os motivos que levaram os estudantes que iniciaram o curso nos semestres da amostra da pesquisa a abandonar, transferir-se ou jubilar; caracterizar o perfil socioeconômico, ocupacional e político dos egressos concluintes que iniciaram o curso nos semestres de 2000.1, 2000.2, 2002.1, 2002.2, 2004.1 e 2004.2; sistematizar o perfil dos ingressantes, a partir das informações colhidas no manual do vestibular da Comissão Permanente de Vestibular (COPERVE/UFSC), nos anos de 2000, 2002, 2004, 2005, 2006,

2007, 2008; fomentar uma base de dados com informações atualizadas referentes aos ingressantes e egressos.

Realizou-se ainda pesquisa “Perfil Sociocultural do Estudante do Curso”, pelo Programa de Educação Tutorial (PET) do Serviço Social, no primeiro semestre de 2010, também com o objetivo de subsidiar o processo de revisão curricular favorecendo o conhecimento do perfil do estudante do Curso de Serviço Social da UFSC.

No ano de 2011 o processo de revisão do Projeto Pedagógico contemplou uma série de atividades voltadas às especificidades da nova matriz curricular como: a) reuniões gerais com professores para definição das ementas das disciplinas, novo desenho da matriz com todos os componentes curriculares como disciplinas obrigatórias e eletivas, oficinas pedagógicas, Trabalho de Conclusão de Curso, estágio e atividades complementares; b) constantes reuniões da Comissão de Revisão Curricular para elaboração do texto do PPC e acompanhamento do processo; c) visita a todos os Departamentos que oferecerão disciplinas no Curso como: Antropologia, Sociologia Política, História, Psicologia, Filosofia, Direito e Economia, a fim de apresentar a proposta de ementas e conseqüentemente elaboração dos programas das respectivas disciplinas; e) elaboração coletiva dos programas das disciplinas próprias do Serviço Social no novo currículo pelos professores deste Departamento.

Finalmente, no final de 2011 e início de 2012, contratou-se uma assessoria específica para a sistematização de todo o material produzido neste longo processo de discussões e proposições, para que na conclusão deste processo o novo PPC fosse referendado em assembleia geral, para posterior deliberação e aprovação do Colegiado de Curso de Serviço Social e todas as demais instâncias da Universidade.

Em 12 de junho de 2012 realizaram-se duas reuniões ampliadas, nos períodos da manhã e da noite, com docentes e estudantes do Curso de Serviço Social para apresentação e discussão da versão preliminar do PPC. Como desdobramentos das reuniões, foram encaminhadas sugestões por escrito à Comissão de Revisão Curricular, que as analisou e incorporou ao texto, quando avaliadas como procedentes e não conflitantes com a direção geral aprovada pelo coletivo do Curso durante todo o processo de revisão curricular.

No Colegiado do Departamento de Serviço Social este Projeto Pedagógico foi aprovado em 27 de fevereiro de 2013.

Desta forma, o documento que ora se apresenta é fruto de diversas consultas, debates, críticas e sugestões que foram se agregando neste longo, mas necessário, processo de elaboração do documento que deverá nortear o processo de ensino-aprendizagem dos diferentes sujeitos comprometidos com a formação de profissionais em Serviço Social desta Universidade.

2. Aspectos da conjuntura brasileira e catarinense

A preocupação em tematizar alguns dados da conjuntura nacional e estadual atende ao esforço de referenciar o PPC com o tempo presente. Para contribuir no debate acerca do campo e da formação profissional é que pautamos aqui algumas notas introdutórias da conjuntura do País.

No início dos anos 1990, quando o neoliberalismo se acentuou no Brasil, ocorreram, de maneira combinada, as modificações institucionais designadas pela *Reforma do Estado* em nome de duas premissas centrais: a *modernização* e a *abertura econômica*. As orientações contidas no Plano Diretor da Reforma do Estado de 1995 não deixaram dúvidas

quanto ao novo perfil estatal que o governo brasileiro pretendia e conseguiu construir. O presidente da República Fernando Henrique Cardoso, imediatamente após sua posse, no primeiro mandato (1995-1998), em busca da remodelação do Estado, instituiu o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). Em torno do tema da Reforma, construiu-se todo um *consenso favorável*, tendo como *parceiras* as elites políticas e econômicas do País. O Plano Diretor de Reforma do Estado propunha quatro pressupostos básicos para sua refuncionalização: redução de tamanho e de funções, pela via da privatização, terceirização e *publicização*; redução do grau de interferência estatal, repassando a função reguladora em favor de mecanismos de controle via mercado; aumento da governança e retorno da governabilidade, com o aperfeiçoamento da democracia representativa e a expansão do controle social (PEREIRA, 1997). Foi instituído o Conselho da Reforma do Estado, como órgão assessor da Presidência da República para encaminhar reformas com vistas a formar um novo perfil estatal para o Brasil. Esta reforma se sustentou no clima de *satanização do Estado* (BORON, 1995), e o que era para ser uma questão administrativa acabou se tornando um tema que dizia respeito aos princípios da democracia, à participação popular, à política nos espaços representativos e à política econômica nacional.

O governo FHC, assumindo como princípio organizador da gestão pública federal o incentivo ao Estado mínimo para o social e a mercantilização dos serviços públicos, provocou, no processo de implantação dos direitos reconhecidos em 1988, inúmeros constrangimentos. Entre eles destacamos: vetos na regulamentação dos direitos sociais, adiamento de conferências nacionais de políticas e direitos sociais, a implementação de programas sociais que pareciam uma *cesta básica de serviços para os pobres*, as inúmeras normatizações que foram fatiando a perspectiva de uma gestão integral e o trato integral das necessidades sociais pelo gestor municipal, a descentralização sendo realizada como desconcentração de ações e com concentração de decisões e de recursos no nível federal. Quanto ao controle social e a gestão participativa, apesar de manter no espaço público um discurso de valorização da participação social, os ministros não participavam das reuniões dos Conselhos Nacionais e ignoravam suas deliberações. Pelo lado do movimento social dos trabalhadores, observou-se a perda da racionalidade político-emancipatória e da radicalidade democrática que o caracterizou nos anos 1980. Durante a década de 1990 o movimento social ficou em posição defensiva, apenas resistindo aos ataques aos direitos constitucionalmente reconhecidos. Ficou evidente sua fragilidade para enfrentar o desfinanciamento, a desregulamentação, a desconcentração e recentralização da implementação de algumas políticas (BRAVO; MENEZES, 2010).

Em 2002, a vitória política e eleitoral de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) teve um significado real e simbólico para um país como o Brasil, dotado de enorme conservadorismo. Segundo Dias (2003, p.7), a vitória do PT não apagou as condições concretas em que o governo atuou, ao mesmo tempo que colocava novas possibilidades de ação e direção. Apesar de Lula ter sido eleito com forte apelo das massas, a princípio, parece ter representado uma fratura no projeto consolidado nos anos 1990, pois a situação que não nos pode cegar foram as concessões feitas pela esquerda para chegar à vitória eleitoral e os compromissos econômicos firmados para atender às necessidades do mercado. Os doze anos de contrarreformas também deixaram armadilhas para este novo projeto político. A proposta democrático-popular que sustentou os primeiros anos de vida do PT, desde 1979, a partir dos anos 1990 vem sofrendo um crescente *rebaixamento* ideopolítico que se adensou mesmo no go-

verno Lula. Este processo permitiu alianças com as elites conservadoras e com representantes do capital produtivo para a composição do seu governo, ao mesmo tempo que não possibilitou que a prática política deste governo rompesse com a direção firmada na era FHC. Para Antunes (2004), o governo do PT, sustentado nos anseios populares, poderia ter buscado uma nova rota para o Brasil e uma nova morfologia para o mundo do trabalho. Os maiores desafios do PT se concentrariam em: responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho para enfrentar a degradação salarial e o desemprego; realizar reforma agrária ampla; impulsionar o patamar tecnológico para responder às carências dos trabalhadores, como alimentação, saúde, transporte coletivo e habitação; limitar a expansão da especulação do capital-dinheiro; incentivar a produção de bens socialmente úteis e recuperar o sentido público, coletivo e social das atividades estatais. Sem qualquer pretensão de superação da lógica predominante, os elementos desfavoráveis possuíam o risco do continuísmo, dado o peso social, econômico e político que suas forças exercem. E não tardou que os integrantes da gestão reconhecessem os limites internos ao sistema, logo começando a se deparar com as pressões do grande capital. Mas a proposta aqui, com base em uma avaliação dos oito anos do governo Lula realizada por Menicucci (2011), é a de que as opções foram feitas em um contexto de constrangimentos institucionais e financeiros, mas, embora os constrangimentos imponham limites às escolhas, elas sempre são feitas.

O governo Lula levou para os quadros dirigentes pessoas reconhecidas por sua militância política e intelectual nos movimentossociais. Houve inicialmente nas políticas sociais uma reanimação das forças progressistas. Especificamente sobre a política social no início do governo Lula, pode-se destacar alguns aspectos *positivos*, como: escolha de profissionais comprometidos com as políticas setoriais para ocupar o segundo escalão dos Ministérios; o tímido retorno da concepção de Seguridade Social; a participação dos ministros nas reuniões dos Conselhos Nacionais; a convocação de várias conferências nacionais de políticas sociais, que estavam represadas, com objetivo de que elas subsidiassem o plano de governo; aprovação do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Cidade, da Lei Maria da Penha, entre outras. Merece destaque neste governo a retomada dos concursos públicos e no campo da educação superior a interiorização das universidades federais.

No campo das intenções manifestadas para enfrentar a gravidade dos problemas sociais, o governo Lula desencadeou uma série de políticas, vinculadas a novas estruturas administrativas: segurança alimentar e nutricional, tendo como objetivo central o combate à fome; promoção da igualdade racial, com o combate ao racismo e às iniquidades raciais; promoção da igualdade de gênero; desenvolvimento urbano, que busca assegurar oportunidades de acesso à moradia digna, à terra urbanizada, à água potável, ao ambiente saudável e à mobilidade sustentável com segurança no trânsito; racionalização de recursos públicos por meio, por exemplo, da unificação dos programas de transferência direta e condicionada de renda. Dentre estas políticas sociais um campo de iniciativas inovadoras com prováveis impactos na situação de saúde, assistência social e educação é a SegurançaAlimentar, cujo principal Programa é o *Fome Zero*. Este Programa articula vários programas de inclusão social e tem na transversalidade uma de suas características, atuando por meio de parcerias com vários Ministérios (Esporte, Desenvolvimento Agrário, Meio Ambiente, Saúde, Cidades, Ciência eTecnologia, Comunicações, Justiça, Minas e Energia, Trabalho, Turismo, entre outros), empresas públicas e sociedade civil. Expressão da ênfase dada à questão da segurança alimentar foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 64, em 4/2/2010, que introduz a alimentação como direito social. Ou seja, o foco maior foi nas políticas de inclusão social, nas

suas diversas dimensões, o que sugere uma busca da garantia do direito social pela via de um conjunto de políticas públicas intersetoriais que resultariam na melhoria das condições de vida dos usuários das políticas setoriais (MENICUCCI, 2011).

Em paralelo aparecem pontos que são considerados *negativos*, alguns até se referido à forma de implementação dos aspectos tratados como positivos em sua formulação. Entre eles: a concepção de Seguridade Social quando aparece desarticula Previdência, Saúde e Assistência Social; aumento insignificante de verbas; a participação dos ministros nas reuniões dos Conselhos Nacionais se reduziram após os embates; encaminhamentos e defesa de projetos de gestão dos serviços públicos pautados no direito privado – Fundação Estatal de Direito Privado; a permanência das indefinições quanto a um financiamento estável das políticas sociais; a retirada dos cargos decisórios dos Ministérios de pessoas reconhecidamente vinculadas aos movimentos sociais e ao projeto de radicalidade democrática.

As características *positivas* foram mais evidentes no início do governo. No decorrer da gestão houve um recrudescimento do conservadorismo que se tornou visível através da condução das ações e também com a troca dos técnicos dirigentes. Ou seja, passada a fase da expectativa com os compromissos democrático-populares em relação aos direitos sociais, as ações do governo se revelaram estarem sendo tensionadas concomitantemente pela proposta liberal do Estado mínimo e pela defesa da universalização das políticas sociais como direito. A condução e definição das políticas sociais na segunda metade do governo ficaram sob o comando da ala mais conservadora. Desse modo, o processo regressivo e conservador que marcou a era FHC não sofreu descontinuidade.

No entanto, esta continuidade se faz num *mix* com outros ideários, quais sejam: as intenções da retomada dos princípios políticos democratizadores que fundamentaram a Carta de 1988 e a incorporação das ideias do novo desenvolvimentismo. As ideias de desenvolvimento, por vezes, na retórica oficial, se confunde com uma linguagem mais revisionista, por enfatizar a modernização e a flexibilização dos princípios políticos democrático-populares. O Plano Pluri Anual (PPA –2008/2011), do qual o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é parte integrante, indica as prioridades da Administração Pública Federal, que terão tratamento diferenciado durante o período de execução do Plano (BRASIL, 2008). O título do documento –*Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade*– ilustra o ideário político do governo. No PPA o campo econômico passa a caracterizar a política social por um outro prisma, pois se configura um complexo de atividades produtivas de bens e serviços que permite alavancar segmentos-chave da sociedade contemporânea, baseada no conhecimento e na inovação. Por exemplo, para Soares (2010) as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D) em saúde representam uma das áreas mais dinâmicas nas sociedades desenvolvidas. A saúde possui, assim, duas dimensões que se associam a uma nova aposta para o desenvolvimento do Brasil. É parte da política social e do sistema de proteção social, mas especialmente fonte de geração de riqueza para o País. O direito à saúde articula-se com um conjunto altamente dinâmico de atividades econômicas que podem se relacionar virtuosamente num padrão de desenvolvimento que busque o crescimento econômico e a equidade como objetivos complementares. A saúde contribui tanto para os direitos de cidadania quanto para a geração de investimentos, inovações, renda, emprego e receitas para o Estado brasileiro, já que parece estar se tornando a cada dia um serviço mercantilizável.

O novo desenvolvimentismo que vem sendo adotado pelo governo brasileiro segue a lógica do debate do desenvolvimentismo que foi reposicionado pela CEPAL, segundo Mota,

Amaral e Peruzzo (2010), em face das reformas do mercado e da crescente financeirização. As discussões sobre o desenvolvimento econômico e social passam a ser orientadas pelas reformas estruturais na economia, com destaque na política de privatização dos serviços públicos, reforma do Estado e focalização de programas sociais para os segmentos vulneráveis. De acordo com Mattei (2011), esta proposta foi incorporada pela CEPAL, mas com determinações do Banco Mundial, e se organiza com vistas a minorar os impactos sociais e econômicos nos países da periferia do capitalismo causados pelo período de políticas neoliberais. Dessa forma, o novo desenvolvimentismo propõe um novo padrão de intervenção do Estado na economia em consonância com a área social. Formou-se um consenso desenvolvimentista para resolver os problemas de ordem econômica e social nos continentes asiático, africano e latino-americano, que recebeu apoio da ONU e de seus diversos órgãos internos.

Muitas avaliações sobre o significado e a herança do governo Lula estão sendo feitas, e ao mesmo tempo, como síntese em relação às políticas sociais, pode-se indicar: avanços incrementais em um processo de implantação de alguns direitos sociais; despolitização do sentido de Estado democrático realizado por um projeto de base democrático-popular; retomada da diversificação dos projetos para inovar a gerência e gestão dos serviços públicos, sobretudo dos serviços de saúde, com as propostas de Fundação Estatal de Direito Privado e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares para os Hospitais Universitários Federais (EBSERH). Os problemas estruturais da sociedade brasileira e a alocação dos recursos do governo federal não se colocaram efetivamente na agenda pública, mas alguns serviços com vistas a combater as desigualdades regionais foram enfatizados.

A partir de 2011, com o governo da presidente Dilma Rousseff, observa-se uma continuidade das políticas macroeconômicas que priorizam os interesses do capital, em detrimento da classe trabalhadora. Parece renovada a proposta do novo desenvolvimentismo com ênfase no combate à miséria e às históricas desigualdades sociais e regionais, ao mesmo tempo que continua potencializando o *mix* público e privado na operacionalização e gestão das políticas sociais. A relação entre o público e o privado vem sendo continuamente refuncionalizada e adquirindo conteúdo distintos, para se atingir desenvolvimento econômico com desenvolvimento social. As políticas de saúde, educação, previdência, cultura e lazer aparecem continuamente como novos focos de investimento e de lucratividade do capital produtivo em crise.

As consequências geradas pela ofensiva neoliberal, nos últimos 20 anos, foram, nada menos, que um desalentador quadro econômico no nosso país. Para tanto, podemos lembrar que o Brasil ocupa os primeiros lugares do ranking das mais injustas distribuições de renda do mundo. Não menos grave é o aumento da precarização dos trabalhadores, ou seja, o aumento do trabalho informal, terceirizado, *part-time*, o reavivamento das formas ilegais de trabalho precoce, a diminuição de salários e direitos trabalhistas, como também o descompromisso com a reforma agrária e urbana. Este reordenamento capitalista e este novo quadro da acumulação tendem inevitavelmente a manter um quadro de profunda desigualdade social, agravado ainda mais pela renúncia governamental e pela dinâmica especulativa dos papéis da dívida pública imposta pelos setores vinculados à financeirização e à devastação dos recursos naturais.

Se a Constituição Federal é portadora de avanços históricos consideráveis na história brasileira, por outro lado, ao longo dos anos, presenciamos as constantes ameaças de desregulamentação e frequentes emendas a nossa Carta Suprema, revelando-se como

obstáculos para a sua implantação. Mesmo assim, é preciso reconhecer que o Estado tem viabilizado políticas sociais sensíveis às exigências de justiça social, equidade e universalidade, tais como: a estruturação dos fundos setoriais (da educação, da saúde, da assistência social, da criança e adolescente, do idoso, da mulher, trabalho e renda, entre outros), com a elaboração, a cada quatro anos, dos planos de governo para cada política, de acordo com o Plano Plurianual (PPA), e dos relatórios de gestão que devem ser aprovados pelos Conselhos; a criação dos Conselhos vinculados a cada política social, com reuniões periódicas e a realização de Conferências em períodos regulares, o que tem mudado o desenho institucional da gestão, incluindo diferentes sujeitos políticos na tomada de decisão e com potencialidade para socialização de informações antes reservadas ao espaço do Estado. Enfim, as ações antes fragmentadas ou inexistentes ganharam estrutura de política pública, o que, de certa forma, assegura, ainda que de forma limitada, os direitos sociais à população.

Estes ganhos significativos que estavam pautados numa racionalidade político-emancipatória vêm sofrendo um intenso transformismo em suas bases ideológicas, e no processo de materialização não formaram um sistema integrado e articulado de planejamento e execução das políticas sociais. Assim, os desafios e problemas colocados se expressam como: a persistência de elementos tradicionais da nossa cultura política, como autoritarismo, clientelismo e exclusão das massas populares; o não reconhecimento de fato do direito social; ampliação da judicialização dos direitos sociais; a priorização de serviços fragmentados e focalistas destinados a grupos sociais por corte de renda, gênero, geração e etnia; gestões resistentes e neutralizadoras do controle social; a participação da sociedade/usuários ainda com expressões corporativistas e instrumentais; financiamento aquém das necessidades das demandas e o frequente desfinanciamento num quadro de crescimento das receitas da União; falta de uma política de recursos humanos que trate do plano de carreira, cargos e salários, capacitação e realização de concursos públicos, especialmente na saúde e na assistência social; falta de articulação entre as políticas setoriais que obrigam os usuários a percorrer um rol de instituições e atender uma série de demandas burocráticas a cada necessidade.

De maneira geral os aspectos da conjuntura nacional, sobretudo na forma de gestão das políticas sociais, tendem a se reproduzir nas esferas subnacionais. Particularmente, o desenvolvimento do estado de Santa Catarina foi marcado pela valorização criativa e endógena dos recursos locais. A pequena produção, a baixa intensidade das intervenções governamentais, o *empreendedorismo coletivo* da sua herança cultural e a valorização da produtividade do trabalho desempenharam um papel importante nas ações coletivas voltadas para o desenvolvimento local. Todavia, já no início dos anos 1980, essa trajetória começou a apresentar sinais de esgotamento, pois se evidenciaram os limites daquilo que passou a ser conhecido como o *modelo catarinense de desenvolvimento*², em função das coações e das oportunidades impostas pela dinâmica macroeconômica do País e pelos espaços que vêm sendo abertos no cenário de globalização econômica e cultural, provocando uma crise de identidade que persiste ainda hoje (VIEIRA et al., 2009).

² O *modelo catarinense* teve uma série de características especiais: i) a ausência de grandes aglomerações urbanas, configurando um equilíbrio relativo entre os centros urbanos de pequeno, médio e grande porte; ii) um potencial de geração sustentada de emprego e renda; e iii) uma área média das propriedades rurais estimada em 15,8 hectares (VIEIRA et al., 2009).

Nos anos 2000 o estado catarinense ressentiu-se de uma perda progressiva de competitividade dos diferentes setores econômicos, o que vem se tornando cada vez mais preocupante. Vieira (et al., 2009) aponta que, apesar da existência de uma rede urbana bem equilibrada em relação ao contexto nacional, verifica-se no estado a redução progressiva do nível de oferta de empregos produtivos nas áreas urbanas, a urbanização caótica e a concentração demográfica – sobretudo na zona costeira. Estas continuam cada vez mais expostas aos efeitos deletérios da especulação imobiliária, e de um perfil de ocupação dos espaços e de promoção do turismo de verão e de lazer gerador de um volume crescente de impactos destrutivos sobre o meio ambiente. Apesar do alcance e da gravidade dessas distorções, o Poder Público tem se limitado a um padrão *preservacionista* de controle – quase sempre precário em termos operacionais – de casos de poluição excessiva e ocupação desordenada e uso irregular de áreas ecologicamente frágeis. Em relação ao meio rural observa-se a fragilização da agricultura familiar, a intensificação do êxodo rural, concentração fundiária, estímulos fiscais e créditos concedidos à industrialização progressiva da agricultura patronal, a persistência de práticas agrícolas, agroindustriais e industriais fortemente dependentes de insumos químicos de alto risco, o que vem comprometendo, numa proporção alarmante, a qualidade biológica dos recursos hídricos, dos solos e dos alimentos oferecidos à população. No setor de saneamento básico, são raros os municípios catarinenses que dispõem de sistemas de tratamento de efluentes domésticos. Os resíduos sólidos urbanos e industriais têm geralmente como destino final os aterros, controlados ou não, sediados geralmente em áreas periurbanas, com alto potencial de contaminação.

As pesquisas de Vieira et al. (2009) indicam que no estado de Santa Catarina são nítidas as evidências de um esforço vigoroso de adaptação funcional das ações de desenvolvimento às condições estruturais impostas pela inserção da economia estadual nos mercados nacional e global (sobretudo se levarmos em conta o padrão de funcionamento das grandes empresas), ao lado de uma reorganização criativa dos diferentes atores sociais implicados em ações de desenvolvimento local. As evidências recolhidas até o momento confirmam a existência de um potencial não negligenciável para o fortalecimento socioeconômico nas seguintes áreas: a) oportunidades para uma *transição agroecológica* no setor primário em diferentes escalas territoriais; b) estruturação de um sistema integrado mobilizando *pequenas e médias empresas valorizadoras de recursos naturais renováveis*; c) a proliferação de um novo estilo de *turismo de baixo impacto socioambiental*; d) o adensamento de uma rede ainda embrionária de *fóruns de desenvolvimento local integrado e participativo nos níveis local, microrregional e regional*; e) consolidação de um amplo sistema de cooperativas de crédito rural; f) criação de um polo regional de inovação para o setor madeireiro e de papel-celulose, com efetiva dimensão socioambiental; g) produtores e consumidores engajados no compartilhamento das *novas configurações rural-urbanas*. Para os autores, novos enfoques, que emergiram no bojo da abertura das economias nacionais e das mudanças de paradigma tecnológico, se orientam no sentido da diversificação setorial, do fomento de sistemas produtivos integrados no nível local. Isso é exemplificado no contexto de uma estratégia *proativa* de reestruturação do setor industrial, destacando-se o efeito exercido pela base emergente de produção de *software* distribuída em três grandes polos: Florianópolis, Blumenau e Joinville.

O impulso à descentralização dado pela Constituição Federal de 1988, nos anos de 1990, significou uma melhor estruturação administrativa dos municípios. Dada a heterogeneidade socioeconômica, política e territorial desta esfera de governo, ao lado da

municipalização nos anos 2000 observa-se uma tendência político-administrativa para regionalização. Em Santa Catarina houve uma aproximação do Governo do Estado à escala local ou regional nos anos 2000, com o Plano Catarinense de Desenvolvimento criado pela administração de Luiz Henrique da Silveira, que em 2010 complementou o seu segundo mandato consecutivo. O estado era normalmente dividido em 18 regionais, e em 2003 este governo criou 29, chegando em 2007 a 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs). Estas SDRs deveriam, de maneira descentralizada e desconcentrada, promover o Desenvolvimento Regional, protagonizar o planejamento e a execução orçamentária em escala regional, promover e organizar tanto o engajamento como a integração e a participação das distintas comunidades, no intuito de atender as suas demandas, lado a lado com representantes das comunidades. Outro aspecto que justificava a criação das SDRs era a motivação em conter a tendência de esvaziamento de municípios interioranos e de *litoralização* da dinâmica demográfica e econômica catarinense.

Em uma tentativa de avaliar este processo político-administrativo, o estudo de Lins (2011, p. 22) faz algumas considerações:

Todavia não se dispõe, até onde é possível divisar, de avaliação realmente crítica, no sentido de um cotejamento entre objetivos e resultados. De todo modo, qualquer tentativa nessa direção teria que ser cautelosa, pois é difícil isolar os efeitos da descentralização. Como fazer afirmações sobre o papel das SDRs em relação ao comportamento, por exemplo, do Índice de Desenvolvimento Humano ou do mercado de trabalho nas regiões? Diferentes processos estiveram em curso no período, entre eles os ligados aos investimentos realizados com verbas federais.

Sobre esta experiência descentralizadora, Lins (2011) ressalta evidências de maior proximidade do governo estadual às regiões, mas pautado em outros estudos aponta algumas características da fragilidade dela. Esta nova configuração implantada no Estado desde 2003 tem causado conflitos no território, resultando em sobreposição dos órgãos regionais institucionalizados, pois estas Secretarias se organizaram e operam sob o signo de uma forte concepção político-partidária de *cima para baixo*, sobretudo em seu recorte geográfico e administrativo. Há ainda fortes evidências de que as SDRs que mais receberam investimentos foram justamente as mais desenvolvidas economicamente e que a bandeira da descentralização pode ter sido usada para legitimar instâncias centrais de planejamento. Por fim, observa o autor, os próprios documentos de divulgação sugerem que essa experiência representa tão somente uma espécie de gestão estadual territorializada, no sentido de aproximação da administração.

Nestas breves considerações sobre a conjuntura brasileira e catarinense, não podemos passar ao largo de apresentar especificamente alguns elementos sobre a educação superior no Brasil. Com relação à Educação, vivemos sob a égide da Reforma da Educação Superior que vem sendo deflagrada desde 1996, a partir da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), inserida no contexto da contrarreforma do Estado brasileiro. Esta reforma redesenhou o ensino universitário brasileiro, com novas modalidades dos cursos de nível superior. Foram introduzidos os cursos sequenciais, de tipo pós-médio, com o objetivo de *aligeiramento* da formação, tendo como objetivo assegurar uma formação específica numa área de saber; os cursos na

modalidade de ensino a distância³ que abrangem os níveis de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*; treinamentos operativos e programas de educação continuada, o que tem se expandido aceleradamente em muitas áreas, inclusive no Serviço Social, à revelia dos compromissos com a qualidade da formação profissional.

Destaca-se ainda a polêmica medida de fortalecimento do ensino privado, por meio do Programa Universidade para Todos (ProUni) (Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005), que destina bolsas de estudo aos estudantes com baixa renda, financiando matrículas ociosas em cursos de nível superior⁴, via renúncia fiscal, para as Instituições de Ensino Superior (IES).

Com o objetivo de ampliar o acesso e permanência na educação superior nas universidades federais, o Decreto nº 6.096 (BRASIL, 2007) instituiu o *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (REUNI), que também não foi capaz de suscitar debates consistentes e acolher propostas mais aprofundadas. Embora estabeleça que sua meta global é “a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007), a rigor, abre um caminho para maior precarização das condições de trabalho docente e de ensino, uma vez que os investimentos estruturais para a expansão de vagas não estão suficientemente organizados e disponíveis previamente. Não se pode negar que a política de expansão contribuiu, sobretudo, com a ampliação do ensino superior público em instituições federais de ensino (14 novas universidades federais e 124 novos *campi*⁵) e com a abertura de concursos para docentes e técnicos-administrativos. Contudo, a concepção que permeia esta política e sua gestão evidencia fragilidades, pois a expansão rápida de vagas não está correspondendo na mesma medida à ampliação da infraestrutura física dos *campi* e da contratação de docentes, as políticas afirmativas e de permanência ainda se encontram em estruturação e os primeiros indicadores estão apresentando índices crescentes de evasão. Ou seja, a rápida expansão de vagas discentes, neste curto prazo, não está revelando igual índice de permanência e de formados.

Sobre a expansão do ensino superior no Brasil, graduação presencial, considerando o sistema público e privado, na última década, a síntese apresentada por Horodynski-Matsushige (2009), reunindo dados entre 2001 e 2009, é ilustrativa: 75% das vagas estão concentradas no sistema privado. O ensino predominantemente universitário está concentrado nos 24% de vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior ou Instituições Estaduais de Ensino Superior. Apenas 53% das vagas do setor privado estão em universidades, mas nem sempre com real investimento em pesquisa. A expansão (80% nos 8 anos entre 2001 e 2009) das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas se deu

³Disposto no art. 80 da LDB e regulamentado pelo Decreto nº 2.494 de 10/2/1998 do Presidente da República e pela Portaria nº 301 do Ministro da Educação (IAMAMOTO, 2000, p. 61).

⁴Uma das justificativas para o ProUni podemos encontrar já no Programa de Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: “Os dados do Censo da Educação Superior de 2000 mostram que os jovens das camadas mais pobres praticamente não têm acesso à educação superior pública: apenas 7,7% dos jovens entre 18 a 22 anos frequentam cursos universitários. Cerca de 70% deles estudam em estabelecimentos privados. [...] São tarefas inadiáveis a ampliação significativa das vagas nas universidades públicas e a reformulação do sistema de crédito educativo vigente.” (SILVA, 2002, p. 46 apud TAVARES; OLIVEIRA; SEIFFERT, 2011). Algumas avaliações sobre o ProUni e a conclusão do ensino superior podem ser encontradas em Amaral e Oliveira (2011).

⁵BRASIL (2010).

principalmente em IES não universitárias. As vagas no sistema privado estão muito longe de serem preenchidas: em 2009, apesar do ProUni, havia 1,6 milhão de vagas ociosas. Na avaliação da autora, este processo está provocando competição predatória entre as próprias instituições privadas; atendimento de áreas de estudo ao sabor das ondas do mercado sem respeitar as reais necessidades do País; concentração nas áreas urbanas de maior poder aquisitivo; desrespeito aos profissionais da educação e aos estudantes; trabalho precarizado e demissões de docentes; e falta de infraestrutura para pesquisa.

Outro espaço de expansão e precarização da educação superior brasileira tem sido a educação a distância⁶, organizada sob a retórica de ser um instrumento de democratização das oportunidades. Em 2009, segundo o Censo da Educação Superior, havia 844 cursos de graduação a distância e 222 instituições autorizadas pelo MEC a implantá-los (BRASIL, 2010). Com base nos resultados do Censo da Educação Superior de 2010, o número de estudantes a distância no Brasil já ultrapassou um milhão. O Serviço Social está na 3ª colocação, após os cursos de Pedagogia e Administração, no ranking dos cursos oferecidos nesta modalidade, com maior número de estudantes matriculados (INEP, 2011).

No balanço desta expansão da educação superior os dados oficiais revelam que o acesso e participação, na taxa de escolarização bruta, da população entre os 18 e 24 anos passou de 16,6% em 2002 para 26,7% em 2009⁷. Ao mesmo tempo que estes indicadores poderiam sinalizar a elevação do patamar educacional da população brasileira e constituir um indicador de redução das nossas desigualdades sociais, eles devem ser analisados com bastante cautela, pois nas atuais condições é mais provável que sua disseminação, conforme os desígnios do mercado, poderá aumentar a distância entre os que têm acesso a uma educação de qualidade, na qual as tecnologias modernas são utilizadas de forma complementar, e aqueles submetidos a pacotes tecnológicos, simplificados, segundo recomendações de organismos internacionais.

A reforma do ensino superior tem atingido todas as áreas. Porém, o Serviço Social sofre impactos singulares, na medida em que, desde a década de 1980, discute e implementa propostas curriculares⁸ por meio de processos de participação democrática e de construção coletiva. Diante do sucateamento das universidades públicas, do desmantelamento das universidades comunitárias e da proliferação dos cursos privados e a distância, colocando em questão a qualidade da formação, o Serviço Social intensifica sua defesa das diretrizes curriculares definidas pela categoria e processos de revisão curricular para melhor implementá-las.

⁶ “Nesse contexto, é importante resgatar alguns conceitos fundamentais, cunhados por educadores: *educação* é muito mais amplo do que *ensino*, que, por sua vez, não é equivalente a atividades didáticas. Não é válido falar em ‘Educação a Distância’, pois esta modalidade não abrange diversas das dimensões essenciais à caracterização da educação, mas, no máximo, em ‘Ensino a Distância’, o *EaD*. Mais restritamente, talvez se devesse falar em programação de ‘atividades didáticas’, já que o ‘ensino’, necessariamente, teria de corresponder à *aprendizagem*, ou seja, à apropriação e reformulação de conceitos, cuja ocorrência, ou não, é difícil de ser acompanhada em boa parte das situações de *EaD*. Por fim, o *EaD* não prepara para a vida em sociedade, portanto pode até ensinar, mas não educa. Atividades formadoras são necessariamente presenciais, pois são as únicas que promovem saberes socialmente referenciados. [...] Por outro lado, o *EaD* pode ser uma opção viável, se bem conduzido, naquilo que se convencionou denominar *educação continuada*, pois, neste caso, tendo interiorizado conceitos e técnicas básicas de sua área de atuação, o estudante teria a capacidade de agregar-lhes, avaliando-as criticamente, as informações técnicas adicionais, que podem ser veiculadas sem uma intensa interação professor-aprendiz”. (HORODYNSKI-MATSUSHIGUE, 2009).

⁷ BRASIL (2010).

⁸ A primeira ocorreu em 1982 e a segunda em 1983.

Por fim, cabe destacar que não menos polêmico que o processo de expansão precarizada da educação superior tem sido o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Segundo Calderón, Poltronieri e Borges (2011), o governo Lula, ancorado em intelectuais que defendiam a chamada avaliação emancipatória, defendia a eliminação dos princípios neoliberais do governo anterior: hipervalorização da concorrência entre as instituições educacionais e dos *rankings* com ampla divulgação na mídia. Estudos focados sobre a política de avaliação realizados por pesquisadores, alguns deles participantes diretos da implantação do SINAES, denunciaram, com pesar, que o governo Lula no seu segundo mandato adotou ou reeditou velhas práticas do governo anterior: “*ranking* e mídia”, retomando medidas próprias do paradigma técnico-burocrático. Com estas denúncias, coloca-se em discussão o afastamento do governo Lula do paradigma emancipatório da avaliação educacional, para abraçar uma perspectiva classificatória, concorrencial e legitimadora de valores neoliberais.

Por outro lado, Tavares, Oliveira e Seiffert (2011) avaliam que, passados quatro mandatos e o governo de dois presidentes representantes de projetos políticos diferenciados, os *rankings* enquanto estratégias de estímulo da concorrência para a melhoria da qualidade da educação superior ganharam consenso e legitimidade, deixando de ser políticas de Estado, com vigência no mandato de governos específicos, para se tornarem política do Estado Brasileiro com vigência de longo prazo, acima dos interesses dos grupos políticos que se alternam no poder. Para estes mesmos autores, o SINAES constitui-se como um sistema misto, pois a lei que o criou apresenta tanto características da avaliação emancipatória quanto da regulatória. No entanto, há preocupação em diferenciar os processos de avaliação e regulação, de forma que introduziu vários instrumentos objetivando assegurar o caráter sistêmico da avaliação, a integração dos espaços, momentos e distintas etapas do processo. Em função do exposto, caracteriza-se por tomar a avaliação como instrumento de política educacional voltado à defesa da qualidade, da participação e da ética na educação superior.

3. Breve histórico Curso de Serviço Social da UFSC

A criação do Curso de Serviço Social em Florianópolis foi produto da articulação das entidades sociais (filantrópicas, patronais e confessionais⁹) de Santa Catarina, que se congregaram para instituir e manter a *Fundação Vidal Ramos* (FVR), cuja criação data de 3 de maio de 1958, assumindo a presidência o Sr. Celso Ramos, também presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC)¹⁰. O SESI e o SESC foram grandes

⁹ De acordo com seus estatutos registrados, a FVR era constituída pelas seguintes instituições: Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina; Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina; Federação das Associações Rurais do Estado de Santa Catarina; Departamento Regional do Serviço Social da Indústria (SESI/SC); Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/SC); Departamento Regional do Serviço Social do Comércio (SESC/SC); Departamento Regional do Serviço Social Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/SC); Arcebispado de Florianópolis; Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência Social em Santa Catarina; Conselho Regional de Serviço Social Rural em Santa Catarina; Departamento Nacional de Endemias Rurais, Circunscrição de Santa Catarina. O ato da criação da Fundação Vidal Ramos ocorreu em 1958, mas a proposta de sua criação remonta a negociações desde 1953, sobretudo com os dirigentes do SESI e do SESC em Santa Catarina. Entre os primeiros dirigentes da Fundação Vidal Ramos havia significativa participação dos dirigentes das entidades patronais, de médicos, sacerdotes, que a idealizaram e constituíram (GERBER, 2009).

¹⁰ Em relação à futura Universidade de Santa Catarina (na época da criação da Fundação Vidal Ramos, isto é, no ano de 1958, já havia discussões governamentais e lideranças de várias entidades que almejavam a cria-

incentivadores da criação da Faculdade de Serviço Social em Florianópolis, pois necessitavam que o profissional de Serviço Social se fixasse nas cidades catarinenses. Até então usavam como estratégia contratar profissionais formados no Rio Grande do Sul, mas estes ficavam pouco tempo nos postos de trabalho e voltavam para suas cidades. A estratégia de pagar bolsa de estudo para catarinenses realizarem a faculdade de Serviço Social no Rio Grande do Sul também foi usada, mas nem todos retornavam para o estado depois de formados.

A FVR firmou convênio com a *Sociedade Feminina de Instrução e Caridade*, braço jurídico da Congregação das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, sediada em Campinas, São Paulo, a qual enviou duas representantes assistentes sociais (Irmã Clementina Tonello e Madre Olma Aquino Casses, diretora e vice respectivamente) para organizarem e dirigirem a Faculdade de Serviço Social (FSS) de Santa Catarina. A autorização para o funcionamento do curso foi concedida pelo Decreto nº 45.063, de 19 de dezembro de 1958, quando se iniciaram as suas atividades.

A Faculdade, de natureza laica, vinculada a uma Mantenedora que integrava sociedade civil, governo e classes patronais, mantinha, em seu Regimento, artigos que ancoravam a formação profissional à Doutrina Social da Igreja, característica esta quase universal no Serviço Social Brasileiro. (GERBER, 2009, p. 139).

As disciplinas constantes no Currículo de Serviço Social que começou com seus estudantes em 1959 eram as seguintes: Sociologia, Ética Geral, Psicologia, Estatística, Noção de Direito, Higiene e Medicina, Introdução ao Serviço Social, Serviço Social de Casos, Serviço Social de Grupo, Introdução à Filosofia, Economia Social, Legislação Social, Ética Profissional, Higiene Mental, Pesquisa Social, Atividades de Grupo, Organização Social da Comunidade, Cultura Religiosa e disciplinas dos diferentes setores optativos (Família, Menor, Médico e do Trabalho). O currículo previa estágio em Obras Sociais sob a supervisão de assistentes sociais e elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso¹¹.

Compondo desde seu início a recém-criada Universidade Federal de Santa Catarina (Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960), a Faculdade de Serviço Social foi agregada como escola isolada, conforme consta no Diário Oficial da União (29 de maio de 1961, artigo 5º, alínea h). O passo seguinte foi o reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) (conforme Decreto nº 50.868, de 29 de junho de 1961). A partir de 1970 o Vestibular passou a ser unificado e organizado pela Universidade Federal de Santa Catarina. A Faculdade de Serviço Social, na condição de Faculdade Agregada à UFSC, aos poucos,

ção de uma Universidade no estado), o estatuto da Fundação Vidal Ramos, em seu artigo 22, trazia a previsão de que *a Escola de Serviço Social a ser mantida pela Fundação Vidal Ramos, poderá integrar à Universidade de Santa Catarina* (FVR – Estatuto, 1958 Fls. III – verso)”. (GERBER, 2009, p. 132).

¹¹Matriculados na primeira turma: Amélia Machado; Bernadete Maria da Luz Fontes; Dagmar Batista da Rosa; Déa Cunha; Diana Cordeiro; Elisa Faustino da Silva; Jaçanã Fagundes Coelho de Souza; Lenir Ribas Zimmer; Maria Aparecida Freitas; Maria do Rosário Dutra Fontes; Maria Lizete Neves; Maria Regina S. dos Santos; Maria Terezinha Haenshke; Maria Terezinha Martins; Ney Cunha Lisboa; Rute Maria de Souza; Terezinha de Jesus Gallarreta; Yolanda Gonçalves dos Santos; Zilma Pinheiro.

Corpo docente que iniciou as atividades pedagógicas da Faculdade de Serviço Social de Santa Catarina: Olma Aquino Casses, Assistente Social; Clementina Tonello, Assistente Social; Lourdes Aparecida Carelli, Assistente Social; Neusa Mendes Guedes, Assistente; Zuleica T. Albrecht, Assistente Social; Osni de Medeiros Régis, Bacharel em Direito; Alcides Abreu, Bacharel em Direito; Milton Leite da Costa, Bacharel em Direito; Antônio Moniz Aragão, Médico; Osmar N. Schoeder, Médico; Raul Pereira Caldas, Bacharel em Direito; Roberto Mündell Lacerda, Bacharel em Direito; Francisco Sales Bianchini, Sacerdote; Álvaro C. de Carvalho, Médico; Antônio Santaella, Médico; Jorge Anastácio Kotzias, Médico; e Oswaldo Cabral, Médico (GERBER, 2009).

começou a manter laços cada vez mais estreitos com a Universidade, dependendo cada vez mais financeira e administrativamente da mesma, seguindo o preconizado pela Reforma Universitária de 1969. Em 1980, ocorreu a definitiva integração do Curso de Serviço Social à Universidade Federal, vinculando-se ao Departamento de Direito Público e Social do Centro Sócio-Econômico, mas houve negociações para que o Curso de Serviço Social ficasse vinculado ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) (GERBER, 2009).

Só a partir da mudança em definitivo do Curso de Serviço Social para UFSC é que a direção do Curso tornou-se laica, sendo assumida pela professora e assistente social Dymuth Meinecke, no período de 1980-1984. A Madre Olma de Aquino Casses ocupou a Direção da Faculdade do ano de 1959 até 1980¹². A título de ilustração, ingressaram, nos dois semestres de 1979, 51 estudantes para o Curso de Serviço Social; em 1980, 49; e em 1981, 52 estudantes¹³. Estima-se que, à época da transferência, o Curso contava com aproximadamente 200 discentes e 16 professores¹⁴.

Conforme consta em documento emitido pela Coordenadoria do Curso de Serviço Social, o novo Curso de Serviço Social, agora pertencente à UFSC, objetivava:

[...] conhecer e compreender a realidade social, suas inter-relações conjunturais e estruturais, num processo histórico de transformação econômica, social, política e cultural. Refletir criticamente a construção teórico-metodológica do Serviço Social e contribuir para o avanço do saber profissional. Habilitar para o exercício profissional, no que se refere ao conhecimento e utilização do instrumental técnico operativo de intervenção. Propiciar o desenvolvimento da capacidade de estabelecer relações sociais, baseadas na ética profissional. (UFSC, 1989, p.3).

Naquela ocasião, o Curso já tinha entre seus propósitos *formar profissionais habilitados e comprometidos com o conhecimento e a intervenção na realidade social e política*. O mesmo documento afirmava ainda: “seus fundamentos metodológicos e ideológicos têm caráter pluralista. Reconhece-se a complexidade e a dinâmica das relações sociais em suas transformações históricas e na sua contemporaneidade”. (UFSC, 1989, p.1).

¹² Chefiadas e vices do Departamento de Serviço Social: Olma de Aquino Casses, diretora da FSSSC (1959-1980); Dymuth Meinecke (1980-1984); Catarina Maria Schminckler e Ivete Simionatto (1984-1986); Stela Maris Pizazza Souza (1986-1988); Nilva Souza Ramos (1988-1990); Krystyna Matys Costa (1990-1996 e 2002-2004); Marly Venzon Tristão (1996-2002); Teresa Kleba Lisboa (2004-2006); Maria Del Carmen Cortizo e Iliane Kohler (2006-2008); Beatriz Augusto de Paiva e Tânia Regina Krüger (2008-2010); Beatriz Augusto de Paiva e Eliete Cibele Cipriano Vaz (2010-2012); Maria Teresa dos Santos e Vera Herweg Westphal/Keli Regina Dal Prá (2012-) (UFSC, 2009).

Coordenadoras, subcoordenadoras de Curso e/ou presidentes do Colegiado de Curso de Graduação: Marilde Rodrigues (1981-1989), tendo como subcoordenadoras neste período as professoras Olma Aquino Casses, Krystyna Matys Costa e Maria Ester Menegasso; Maria Ester Menegasso e Geney Takashima (1989-1993); Maria Ester Menegasso e Nilva Souza Ramos (1993-1995). Período de subcoordenadores apenas: Heloisa Maria José de Oliveira e Vilmar Vicente (1995); Heloisa Maria José de Oliveira (1995-1999). Período de presidentes do Colegiado apenas: Marly Venzon Tristão (1997-1999); Regina Célia Tamasso Mioto (1999-2002); Heloisa Maria José de Oliveira (2002); Vera Maria Ribeiro Nogueira (2003); Krystyna Matys Costa (2004); Rosana de Carvalho Martinelli Freitas (2004). Coordenadoras e subcoordenadoras: Rosana de Carvalho Martinelli Freitas e Iliane Kohler (2005); Ana Maria Baima Cartaxo e Simone Sobral Sampaio (2006-2008); Maria Teresa dos Santos e Vania Maria Manfroi (2008-2010); Tânia Regina Krüger e Sirlândia Schappo (2010-2012) e (2012-) (UFSC, 2009).

¹³ Portal dos egressos/UFSC, disponível em <http://www.egressos.ufsc.br/>, acesso em 18 de abril de 2012.

¹⁴ Não temos informação sobre qual era o regime de trabalho destes 16 professores. No entanto, parece que era uma situação mais confortável de trabalho quando comparamos com a realidade do Curso em 2012.1, quando o Curso conta com 650 alunos de graduação, 25 de mestrado, 15 de doutorado e 25 professores efetivos e 6 professores substitutos.

O Curso de Serviço Social nos anos 1980 realizou avaliações sistemáticas, no sentido de adequar a formação profissional do assistente social às exigências da atualidade e da própria dinâmica de revisão do Serviço Social brasileiro, elaborando por isso revisões de seu projeto pedagógico nos anos de 1982 e 1985 e uma revisão parcial em 1991.

O Serviço Social brasileiro, no decorrer da década de 1990, empreendeu intensas reflexões, envolvendo as Unidades de Ensino do País, sob a coordenação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), avaliando e propondo alterações para a almejada revisão curricular em nível nacional. Entre 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 oficinas locais nas Unidades de Ensino filiadas à ABEPSS, em todo o País, 25 Oficinas Regionais e duas Oficinas Nacionais. Esta proposta foi contemplada nas *Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social*, aprovadas pela ABEPSS, em novembro de 1996.

O Departamento de Serviço Social (DSS) da UFSC participou ativamente deste processo, tanto no âmbito nacional quanto regional. No plano local, a participação de estudantes, professores e profissionais, representados pelo Conselho Regional de Serviço Social, propiciou a construção coletiva da proposta de alteração curricular.

Em suas proposições para a formação profissional na UFSC, o Curso, no processo de Revisão do seu Projeto Pedagógico em 1998, afirmou as diretrizes e o desenho curricular estabelecido nacionalmente, na perspectiva da garantia do perfil profissional pleno. Com esse eixo, procurou-se atender as tendências quanto: às exigências do mercado de trabalho; às necessidades dos espaços ocupacionais dos assistentes sociais após as alterações conjunturais dos anos de 1990; às novas competências e atribuições, em face das duas questões anteriores; à formação efetiva de profissionais que tivessem condições de atuar de forma competente nos planos teórico, político, operativo e investigativo, assegurando a compreensão integral da intervenção efetivada e do próprio significado social da profissão na sociedade brasileira e internacional contemporânea.

Em 1999, processou-se a implantação do atual Projeto Pedagógico, a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS e da Comissão de Especialistas do MEC, adequadas posteriormente à Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002. Nestes termos, o Curso de Serviço Social da UFSC, na perspectiva de assegurar os princípios acadêmicos gerais definidos para o ensino superior na LDBEN, destaca:

1. As diretrizes curriculares integram centralmente o Projeto Pedagógico, com fidelidade à exigência de flexibilização dos seus diversos componentes como o conjunto das disciplinas, as atividades complementares e abertura às adequações decorrentes das novas demandas que a sociedade e a profissão exigem. É importante destacar que estas mesmas Diretrizes de 1996 já sofreram um processo de avaliação nacional organizado pela ABEPSS e também no Curso de Serviço Social da UFSC;
2. O Projeto Pedagógico expressa a articulação dos três núcleos de fundamentação do currículo do curso: Fundamentos teórico-metodológicos da vida social, Fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade e Fundamentos do trabalho profissional;
3. O compromisso estruturante com a sólida e crítica formação nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do assistente social, capaz de prepará-lo para enfrentar os desafios das transformações da sociedade, do mercado de trabalho, das demandas profissionais oriundas desses processos e das condições do exercício profissional;

4. O Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social é construído num contexto de velozes e intensas mudanças políticas, econômicas, culturais, tecnológicas e ambientais, que exigem, em termos de conhecimento e intervenção na vida social, a necessidade de privilegiamento da perspectiva interdisciplinar no ensino, na pesquisa e na extensão universitária na formação profissional;

5. O Curso de Serviço Social deve assegurar uma formação profissional com sólida base de conhecimentos científicos e filosóficos, que permitam ao profissional formado na UFSC uma leitura e compreensão crítica da realidade social na qual exerce sua profissão, plural e generalista, com forte identidade republicana e democrática, decorrente de sua inserção numa universidade nacional, pública e gratuita (UFSC, 1999, p. 6-7).

Em paralelo à implantação do Currículo de 1999, outra mudança substantiva ocorreu: a ampliação de vagas do Curso de Serviço Social em 1998, com a abertura do curso noturno, perfazendo um total de entradas anuais de 140 ingressos, sem que o Departamento pudesse contar com ampliação do quadro docente. Isso tem comprometido, desde então, o processo pedagógico e acadêmico-político em geral. No entanto, as chefias de Departamento e seu Colegiado empreenderam um longo processo de luta pela ampliação de seu quadro docente junto à administração central da UFSC, quase sempre sem sucesso. Nos primeiros anos de implantação do novo currículo ocorreram aposentadorias de muitos professores e houve a proibição de concurso público. Em 1999 o DSS contava com 17 professores do quadro e em 2003 este número se reduziu para 11.

Somam-se a este processo difícil duas importantes conquistas do Departamento de Serviço Social: a criação do Programa de Pós-Graduação em 2001 com o Curso de Mestrado e em 2011 com o Curso de Doutorado.

Embora essas duas iniciativas de expansão (aumento de vagas na graduação e criação da pós-graduação) tenham sido da maior relevância, as condições estruturais para tais empreitadas não foram equivalentes. Então, seguimos na implantação do Currículo de 1999, numa contínua conjuntura de incertezas em toda a primeira década dos anos 2000, o que passou a exigir esforços permanentes de gestão acadêmica para a formação de assistentes sociais em nossa universidade.

Nos anos 2000 toda a Universidade e o Curso de Serviço Social se deparam com novas medidas de organização do ensino superior do MEC, com destaque para a avaliação trienal dos cursos superiores no País via Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) desde 2004. Ele é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Dentre os indicadores do SINAES, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) tem sido bastante polêmico no âmbito dos Cursos de Serviço Social em todo o País e na própria UFSC. Nas etapas do ENADE de 2007 e 2010 o Curso de Serviço Social da UFSC ficou *sem conceito* e com conceito *1 (um)* respectivamente, por uma decisão política do movimento estudantil nacional de boicotar tal exame. Portanto, esta nota não reflete o esforço acadêmico e pedagógico retratado na história deste Curso, mas tem causado vários impasses institucionais quando o Departamento e o Curso colocam suas demandas à Reitoria da UFSC. Por outro lado, o Curso obteve nota máxima (situação *ótima*) em 2008 quando da visita dos avaliadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

4. Perfil dos discentes ingressantes e dos egressos da Graduação

4.1 - Perfil dos discentes ingressantes, percentual de conclusão do Curso e número de semestres de integralização do Curso

O perfil dos candidatos do vestibular e dos aprovados para os cursos da UFSC são levantados e sistematizados pela COPERVE, fundação que gerencia e realiza o concurso do vestibular anualmente. No caso do Serviço Social, os dados dos aprovados para os dois semestres dos anos de 2000, 2002, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 foram sistematizados pelas professoras Tânia Regina Krüger e Simone Sobral Sampaio, no relatório de pesquisaintitulado *O período de vínculo formal dos alunos, perfil dos egressos e ingressantes do Curso de Serviço Social da UFSC*, julho de 2010.

Para este documento, apresentamos uma síntese dos resultados da pesquisa de 2010, em que a sistematização dos aprovados para o vestibular no relatório correspondente envolveu 22 tabelas. Optamos, neste caso, destacar os indicadores numa tabela-síntese com o percentual mais representativo do perfil dos nossos ingressantes.

Tabela 1– Perfil socioeconômico dos aprovados no vestibular para o Curso de Serviço Social no período matutino e no período noturno, nos anos 2000, 2002, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, UFSC

| Indicadores | Matutino | | Noturno | |
|---|----------|-------|---------|-------|
| | Nº | % | Nº | % |
| Estado civil–solteiro | 487 | 86,96 | 365 | 86,90 |
| Estado da Federação em que residia na época do vestibular – Santa Catarina | 503 | 89,82 | 400 | 95,23 |
| Cursou todo o ensino médio em escola pública | 279 | 49,82 | 259 | 61,66 |
| Não cursou pré-vestibular | 232 | 41,42 | 183 | 43,57 |
| Motivo da escolha da primeira opção do vestibular – mais adequada às suas aptidões | 426 | 76,07 | 289 | 68,80 |
| Expectativa após realização do curso superior – formação profissional voltada para o futuro emprego | 350 | 62,5 | 197 | 46,90 |
| Valor em salários mínimos da soma bruta de todos os salários do grupo familiar, incluindo o do candidato –acima de 3 até 5 salários mínimos | 148 | 26,42 | 136 | 32,38 |
| Valor em salários mínimos da soma bruta de todos os salários do grupo familiar, incluindo o do candidato – acima de 1 até 3 sal. mín. | 114 | 20,35 | 110 | 26,19 |
| Instrução do pai do aprovado –Fundamental incompleto | 153 | 27,32 | 133 | 31,74 |
| Instrução do pai do aprovado–Médio completo | 134 | 23,92 | 92 | 21,95 |
| Instrução da mãe do aprovado –Fundamental incompleto | 143 | 25,53 | 138 | 32,85 |
| Instrução da mãe do aprovado –Médio completo | 133 | 23,75 | 105 | 25,00 |
| Ocupação do principal responsável pelo sustento da casa – servidor público | 145 | 30,20 | 68 | 16,19 |
| Ocupação do principal responsável pelo sustento da casa – empregado de empresa privada | 129 | 26,87 | 112 | 26,66 |
| Principal meio utilizado para se manter informado– televi- | 314 | 56,07 | 221 | 52,61 |

| são | | | | |
|---|-----|-------|-----|-------|
| Principal meio utilizado para se manter informado –Internet | 86 | 15,35 | 70 | 16,66 |
| Meio de transporte utilizado – ônibus | 406 | 72,5 | 337 | 80,42 |
| Meio de transporte utilizado - carro próprio ou da família | 103 | 18,39 | 52 | 12,41 |

Fonte: KRÜGER; SAMPAIO, 2010.

(Fonte primária: UFSC e COPERVE. Estatística do questionário socioeconômico-cultural dos candidatos de primeira chamada aprovados para o Curso de Serviço Social)

Os dados mais representativos da Tabela 1 denotam características comuns à maioria dos estudantes de Serviço Social da UFSC: solteiros, nascidos em Santa Catarina e que escolheram o curso por “aptidão”. Dentre as características de aproximadamente 50% dos estudantes, destacam-se: cursaram ensino médio em escolas públicas, não frequentaram curso pré-vestibular para ingressar no curso, utilizam-se da televisão como principal veículo de informação e de ônibus para locomoção.

Também é significativo o percentual daqueles que declaram o emprego como maior expectativa em relação à formação universitária: 62% e 46%, respectivamente, nos turnos da manhã e da noite. Os dados sobre as condições socioeconômicas dos pais parecem justificar tal expectativa: em média 52% recebem entre um a cinco salários mínimos mensais, pelo menos 58% de pais e mães não possuem ensino fundamental completo e têm como principais ocupações o trabalho em órgãos públicos e em empresas privadas.

Embora os indicadores acima não indiquem a idade dos aprovados no vestibular, observamos no perfil dos ingressantes que se trata da maioria de estudantes jovens¹⁵. Este dado, somado aos demais indicativos (solteiros, de baixa renda, oriundos de escolas públicas e primeira geração familiar a cursar educação superior), reforça a necessidade de, além da ampliação e flexibilização das formas de ingresso ao espaço acadêmico, que também se ampliem e qualifiquem políticas e serviços de manutenção desse estudante na Universidade. Ao refletir sobre a realidade dos estudantes cotistas, Castro (2006, p.4-5) pondera sobre o imperativo de superação da mera política de reserva de vagas, “tornando-a uma Política Pública de Estado que englobe apoio acadêmico, auxílio financeiro, apoio psicológico e infraestrutura institucional que disponibilize alojamentos, restaurante universitário, laboratório de informática e bibliotecas”, como condições indispensáveis à qualificação da formação profissional.

A afirmativa acima cabe, de uma maneira geral, aos estudantes do Curso de Serviço Social da UFSC, que, independentemente de sua caracterização como cotista, são oriundos basicamente da classe trabalhadora e com reais necessidades básicas a serem supridas, condição esta para a permanência e conclusão do curso em nível superior.

Sobre o percentual de concluintes e não concluintes do Curso, a pesquisa das professoras Krüger e Sampaio (2010) indicaram que aproximadamente 60% dos ingressantes concluem o Curso, não havendo diferenças significativas no percentual de concluintes do matutino e do noturno.

¹⁵ O indicador da idade dos aprovados no vestibular não aparece na estatística do questionário socioeconômico-cultural dos candidatos aprovados e classificados para o Curso de Serviço Social em primeira chamada divulgado anualmente pela COPERVE. O estudo do Perfil do Estudante do Curso de Serviço Social da UFSC 2010.1, coordenado pelo PET Serviço Social, apresentou os seguintes indicadores: 28% tinham entre 17 e 20 anos, 24% entre 21 e 23 anos, e 16% com mais de 30 anos.

Tabela2 – Frequência e percentual dos concluintes e não concluintes em 2009.1 dos que ingressaram, nos períodos matutino e noturno no Curso de Serviço Social, nos semestres de 2000.1, 2000.2, 2002.1, 2002.2, 2004.1 e 2004.2, UFSC

| Semestre de ingresso | Matutino | | | Noturno | | |
|----------------------|--------------|---------------|-------------------|--------------|---------------|-------------------|
| | Ingressantes | % Concluintes | % Não concluintes | Ingressantes | % Concluintes | % Não concluintes |
| 2000.1 | 42 | 80,95 | 19,0 | 29 | 72,41 | 27,59 |
| 2000.2 | 41 | 80,48 | 19,52 | 31 | 77,41 | 22,59 |
| 2002.1 | 41 | 63,41 | 36,59 | 33 | 69,69 | 30,31 |
| 2002.2 | 40 | 57,50 | 42,50 | 34 | 55,88 | 44,12 |
| 2004.1 | 39 | 46,15 | 53,85 | 28 | 53,57 | 46,43 |
| 2004.2 | 46 | 36,95 | 63,05 | 30 | 36,66 | 63,34 |
| Total | 249 | 60,64 | 39,36 | 185 | 61,08 | 38,92 |

Fonte: KRÜGER; SAMPAIO, 2010.

Dos 249 estudantes de Serviço Social que ingressaram no período matutino nos anos e semestres alocados, 151 (60,64%) se formaram, enquanto 98 (39,36%) não concluíram o Curso ou desligaram-se ainda nos primeiros anos. Dos 185 ingressantes do noturno, 113 (61,08%) se formaram, enquanto 72 (38,92%) não concluíram o Curso dentro do prazo que é até 14 semestres. Para ampliar as possibilidades de ensaios analíticos, o estudo das professoras foi conhecer os indicadores de conclusão decurso dos ingressantes nos anos de 2000, 2002 e 2004 nos cursos do Centro Socioeconômico até 2009.1, e estes se situam em torno de 51%. O percentual de concluintes em outros Centros da UFSC, dos ingressantes no mesmo período, é o seguinte: no Centro de Ciências Físicas e Matemáticas, 17%; no Centro de Ciências da Saúde, 76 %; no Centro de Ciências Jurídicas, 72%; no Centro Tecnológico, 44%; e no Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 35% (KRÜGER; SAMPAIO, 2010).

O Projeto Pedagógico do Curso de 1999.1 prevê o período de conclusão do Curso em oito semestres, podendo se prolongar até 14 semestres. A pesquisa de Krüger e Sampaio (2010) identificou o número de semestres que os ingressantes têm levado para concluir o Curso.

Tabela3– Número de semestres de conclusão do Curso de Serviço Social em 2009.1 dos ingressantes entre 2000.1 e 2004.2 do período matutino, UFSC

| Semestre de Ingresso | Ingressantes | Nº de semestres para a conclusão do Curso – matutino | | | | | | | | | Total |
|----------------------|--------------|--|----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|------------|
| | | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | |
| 2000.1 | 42 | 1 | 1 | 28 | 2 | 1 | 1 | - | - | - | 34 |
| 2000.2 | 41 | - | - | 18 | 8 | 3 | 1 | 2 | 1 | - | 33 |
| 2002.1 | 41 | - | - | 13 | 6 | 3 | 1 | 1 | 1 | 1 | 26 |
| 2002.2 | 40 | - | - | 11 | 9 | - | 3 | - | - | - | 23 |
| 2004.1 | 39 | - | - | 13 | 4 | 1 | - | - | - | - | 18 |
| 2004.2 | 46 | - | - | 11 | 6 | - | - | - | - | - | 17 |
| Total | 249 | 1 | 1 | 94 | 35 | 8 | 6 | 3 | 2 | 1 | 151 |

Fonte: KRÜGER; SAMPAIO, 2010.

É perceptível a tendência crescente de prolongar a estada no curso, expressa nos indicadores das tabelas 2 e 3. Dos 185 ingressantes no período noturno, 31,35 % concluíram no prazo de oito semestres, 14,0% em nove e 14,5% concluíram num prazo entre 10 e 14 semestres. Em 2000.1, 66,6% dos graduandos se formaram dentro do prazo de oito semestres; já em 2002.1 e 2004.2 alcançam-se 31,70% e 23,91% de conclusão em oito semestres, respectivamente.

Tabela 4– Número de semestres de conclusão do Curso de Serviço Social em 2009.1 dos ingressantes entre 2000.1 e 2004.2 do período noturno, UFSC

| Semestre de Ingresso | Ingressantes | Nº de semestres para a conclusão do Curso - noturno | | | | | | | | | Total |
|----------------------|--------------|---|----------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|----------|------------|
| | | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | |
| 2000.1 | 29 | - | - | 16 | 1 | 2 | 1 | - | - | 1 | 21 |
| 2000.2 | 31 | - | - | 17 | 4 | 2 | 1 | - | - | - | 24 |
| 2002.1 | 33 | 1 | - | 11 | 2 | 3 | 3 | 2 | 1 | - | 23 |
| 2002.2 | 34 | - | - | 2 | 9 | 2 | 4 | 1 | 1 | - | 19 |
| 2004.1 | 28 | 1 | - | 5 | 6 | 3 | - | - | - | - | 15 |
| 2004.2 | 30 | - | - | 7 | 4 | 0 | - | - | - | - | 11 |
| Total | 185 | 2 | - | 58 | 26 | 12 | 9 | 3 | 2 | 1 | 113 |

Fonte: KRÜGER; SAMPAIO, 2010.

Em relação aos acadêmicos concluintes do período noturno, observa-se que 61,08% do universo pesquisado terminaram o curso. Destes, 51,32% o fizeram no tempo regular de oito semestres, sendo que 46,90% ultrapassaram este período.

A título de exemplo, os ingressantes de 2004.2, se tivessem concluído o curso no tempo regular de oito semestres, teriam se formado em 2008.1; no entanto, até 2009.1 (nove semestres) apenas em torno de 36% haviam concluído, independentemente se ingressantes do noturno ou do diurno. Cabe esclarecer que, dentre os graduandos não concluintes, existem os que ainda estão matriculados no Curso.

Os dados do período noturno também revelam a evasão presente no Curso não apenas quando verificada a diminuição de formandos no prazo regular, mas sobretudo quando se observa que, mesmo ao longo do período máximo permitido para a formação, não se atinge o número total dos ingressantes. Essa realidade mostra-se alarmante quando observado, por exemplo, o período de 2002.2, em que, dos 34 ingressantes, dois se formaram em oito semestres e do total apenas 19 (55,8%) concluíram o Curso (KRÜGER; SAMPAIO, 2010).

Uma síntese sobre a situação, no período de 2000.1 a 2004.2, dos 249 ingressantes no Curso do período matutino é a seguinte: 60,64% se formaram, 24,89% desistiram ou abandonaram, 3,21% pediram transferência, 10,44% ainda estavam em 2009.1 matriculados, 0,40% com matrícula trancada e 0,40% jubilaram.

No mesmo período, dos 185 ingressantes do período noturno: 61,08% se formaram, 23,24% desistiram ou abandonaram, 1,08% pediu transferência, 12,43% ainda estavam em 2009.1 matriculados, 0,54% com matrícula trancada e 0,54% jubilaram. Em 2009.1 já estavam matriculados no Curso por dezsemestres 62,5% dos ingressantes em 2004.1. Dos que iniciaram o Curso em 2004.2, após dezsemestres (2009.1), 46,66% ainda estavam vinculados ao Curso regularmente, quase 13% a menos que os do período matutino. Dos 72 graduandos não concluintes, 23 ainda possuíam em 2009.1 matrícula regular, o que equivale a 33,33%, enquanto os graduandos não concluintes sem matrícula válida são ao todo 46, o

que em porcentagem equivale a 63,88%. Sobre as formas de desligamento do Curso, os percentuais dos estudantes que cursavam no matutino e no noturno também são bastante próximos. Apenas os percentuais dos que ainda estão matriculados são discretamente um pouco maiores no período noturno (KRÜGER; SAMPAIO, 2010).

4.2 - Perfil dos egressos concluintes

A pesquisa de Krüger e Sampaio (2010) também procurou conhecer o perfil dos egressos concluintes. Os 264 egressos concluintes para amostra desta pesquisa estavam entre os ingressantes dos semestres 2000.1, 2000.2, 2002.1, 2002.2, 2004.1 e 2004.2. Destes, levantou-se o contato de aproximadamente 235(89%), mas apenas 36 contatos foram concretizados em função da ausência de informações a respeito dos egressos concluintes. 23 entrevistas foram feitas por telefone e 13 via correio eletrônico. Os entrevistados são majoritariamente do sexo feminino e possuem idade entre 26 e 30 anos. Foram entrevistadas 12 assistentes sociais que ingressaram nos dois semestres do ano 2000, 11 em 2002 e 13 em 2004. Estes informaram que 35 escolheram o Serviço Social como primeira opção no vestibular e apenas um como segunda opção.

Acerca do local de origem dos egressos e do local de residência atual, é notável o grande número de pessoas provenientes de Florianópolis, com percentual de mais de 50%, entretanto esse número cai para de 35% no que se refere à residência atual. Ao mesmo tempo, o município de São José, vizinho de Florianópolis, apresentava 1 (um) egresso, entretanto, com local de residência atual, ultrapassa Florianópolis, com um total de 37,83%. Dessa forma, ao analisar os questionários, constatou-se que, dos 18 egressos de origem florianopolitana, 7 residem na cidade, 8 residem em São José, e 1 (um) em cada cidade que segue: Palhoça e Joinville no estado de Santa Catarina, e Cruzeiro do Sul no Acre. Dos que residem atualmente em São José, somente 1(um) é natural desta cidade, sendo 8 naturais de Florianópolis e 4 de cidades do interior de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Observou-se que há 7 entrevistados de cidades diversas (Pelotas e Porto Alegre, RS; Campos Novos e Videira, SC; São Paulo, SP; e Brasília, DF) que atualmente residem em Florianópolis. Dos egressos originados e com residência atual fora do eixo Florianópolis/São José, constatou-se que 2 deles continuam residindo em sua cidade de origem, quais sejam, Palhoça e Águas Mornas, SC. O restante apresenta o seguinte panorama: 1 (um) egresso de Caxias do Sul, RS, atualmente residente em Ituporanga, SC; 1 (um) egresso de Campos Novos, SC, atualmente em Frei Rogério, SC; 1 (um) egresso de Porto Alegre, RS, em Mafra, SC; e 1 (um) egresso de Major Gercino, SC, em São João Batista, SC.

Mais de 50% dos egressos atuam como assistentes sociais, enquanto outras atividades profissionais exercidas pelos entrevistados sugerem uma proximidade com a sua formação profissional, a exemplo de Coordenador de ONG, Educador Social e Assistente de Recursos Humanos. Também estão próximos da área os que cursam pós-graduação, sendo 2 destes no mestrado em Serviço Social na UFSC e 1 (um) em especialização em Estratégia em Saúde da Família. Os egressos que estavam desempregados expressavam 11% dos entrevistados, e aproximadamente 20% exerciam atividades sem proximidade com a área de formação.

As áreas de atuação dos egressos entrevistados são bem diferentes: uma atua na Assistência Social e como Educadora Social, um atua na Assistência Social e é estudante de

pós-graduação, um entrevistado atua na área de Criança e Adolescente e Idoso, um atua na área da Saúde, Criança e Adolescente, Assistência Social, Idoso e Deficiente, e uma atua na área de Criança e Adolescente, Assistência Social e como Educadora Social. A maioria dos entrevistados trabalha no setor público, destacando-se a esfera municipal.

Tabela 5 – Atividade profissional exercida pelos egressos concluintes entrevistados em 2009.2

| Atividade Profissional | Número | % |
|--------------------------------|---------------|------------|
| Assistente Social | 18 | 48.6 |
| Docência em Serviço Social | 1* | 2.7 |
| Estudante de Pós-Graduação | 4** | 8.1 |
| Autônomo | 1 | 2.7 |
| Desempregado | 4 | 10.8 |
| Coordenador de ONG | 1 | 2.7 |
| Técnica em Laboratório | 1 | 2.7 |
| Educadora Social | 1 | 2.7 |
| Assistente de Recursos Humanos | 2 | 5.4 |
| Auxiliar Administrativo | 2 | 5.4 |
| Técnica de Enfermagem | 1 | 2.7 |
| Não Informado | 1 | 2.7 |
| Total | 36 | 100 |

Fonte: Elaboração da equipe de pesquisadores.

(*) Este entrevistado que atua como docente destacou também estar atuando como assistente social em outra instituição.

(**) Um destes entrevistados é mestrando e também atua como assistente social.

Há dados significativos no que concerne ao tempo para inserção no primeiro emprego como assistente social. Do total do grupo entrevistado, 14 responderam terem conseguido o primeiro emprego até 6 meses após a conclusão do curso e 10 egressos permaneceram sem atuar de 7 meses a dois anos. Dos 12 entrevistados que ainda não atuaram como assistente social, o tempo de formado é bastante variado, sendo um deles formado há cinco anos e dois há quatro anos e meio. Os demais tinham menos de dois anos de formados.

Os egressos entrevistados foram questionados sobre a realização de algum curso de pós-graduação. Os cursos de especialização cursados por 13 entrevistados incluem diversas áreas: Gestão Pública, Violência Doméstica, Criança e Adolescente em Situação de Risco, Gestão Empresarial e Responsabilidade Social, Saúde do Trabalhador, Residência em Saúde da Família, Políticas Públicas com Habilitação Superior, Saúde da Família, Políticas Sociais e Demandas Familiares, Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, Recursos Humanos, Metodologia de Ensino em Filosofia e Sociologia. Incluem-se nas instituições que ministraram os cursos: UDESC, Instituto de Psicologia da USP, Estácio de Sá, Gama Filho, Escola de Saúde Pública/SES, UFSC, UNISUL, Universidade de Brasília, FATEC e FAEL. No mestrado todos os 4 entrevistados o realizam na UFSC, na área de Serviço Social. Quando questionados sobre a possibilidade de realizar uma pós-graduação, 25 egressos responderam que planejam dar continuidade à formação profissional.

Os profissionais que participam de Conselhos de Direitos e Políticas Sociais são em número de 10, alguns participando de mais de um Conselho ao mesmo tempo¹⁶ e destes a

¹⁶ Quanto à participação dos entrevistados em Conselhos, estão assim distribuídos: 1 (um) atua no Conselho da Mulher, 1 (um) no Conselho Municipal de Assistência e Conselho da Criança e Adolescente, 1 (um) no Conselho da Criança e Adolescente, 1 (um) no Conselho de Assistência e Conselho Municipal da Saúde, 1

maioria representa o gestor. A participação dos profissionais é maior na área da Assistência Social e da Criança e do Adolescente.

4.3 - Os egressos por abandono e desistência

Entre os anos de 2008 e 2010 abandonaram o curso 127 estudantes e 26 desistiram. A pesquisa coordenada por Krüger, Schappo e Silva (2011) conseguiu contatar por e-mail 131 dos que abandonaram e desistiram, mas apenas 16 responderam à entrevista que tinha por objetivo saber os motivos da escolha do Curso e também o motivo do seu abandono.

Tabela 6—Estudantes que abandonaram e desistiram¹⁷ do Curso de Serviço Social por semestre dos períodos matutino e noturno entre 2008.1 e 2010.2

| Semestre | Abandonos | | | Desistências | | |
|--------------|-----------|-----------|------------|--------------|-----------|-----------|
| | Matutino | Noturno | Total | Matutino | Noturno | Total |
| 2008.1 | 11 | 10 | 21 | 02 | 01 | 03 |
| 2008.2 | 11 | 10 | 21 | 01 | - | 01 |
| 2009.1 | 11 | 11 | 22 | 02 | 04 | 06 |
| 2009.2 | 08 | 11 | 19 | - | 03 | 03 |
| 2010.1 | 17 | 08 | 25 | 04 | 04 | 08 |
| 2010.2 | 07 | 12 | 19 | 03 | 02 | 05 |
| Total | 65 | 62 | 127 | 12 | 14 | 26 |

Fonte: KRÜGER; SCHAPPO; SILVA, 2011.

Tabela 7—Número de estudantes dos períodos noturno e matutino e na relação de desistência que atenderam à solicitação da pesquisa conforme forma de contato

| Forma de Contato | Número de Respondentes |
|--|------------------------|
| Email | 12 |
| Telefone (Fixo/Celular) | 04 |
| Não aceitaram a pesquisa / Não responderam | 115 |
| Endereço desatualizado | 22 |
| Total | 153 |

Fonte: KRÜGER; SCHAPPO; SILVA, 2011.

Os entrevistados foram questionados sobre o motivo do abandono e desistência do Curso de Serviço Social, verificando-se que, dos respondentes, sete(43%) relataram que o motivo do abandono foi a não identificação com o Curso. Esta não identificação, para alguns, foi simultânea às dificuldades de conciliar trabalho, estudo e família. A maternidade foi o principal motivo do abandono/desistência para três (18,7%) entrevistadas. Dificuldades com a dinâmica do Curso (horários, estágio, atividades extraclases, elaboração do TCC a distância) foi o motivo alegado por quatro entrevistadas, mas apenas para duas destas foi a única causa apontada.

(um) no CMAS, CMDCA, CMS e CME (Educação), 1 (um) no CMDCA e CMAS, 1 (um) no CMAS e CMI, 1 (um) no CMI e CMDCA, 1 (um) no CMAS e 1 (um) na Comissão do Bolsa Família.

¹⁷ A não renovação da matrícula, ou seu trancamento nos prazos previstos no Calendário Escolar, será considerada abandono de curso. É considerado desistente aquele que comunica formalmente a UFSC sobre a não continuidade no curso (Resolução nº 017/CUn/97/UFSC).

Por fim, no formulário de entrevistas no espaço para comentário livre, três entrevistados optaram por não fazer qualquer comentário; uma expressou que “*me arrependi por ter abandonado*”; e outra indicou seu desejo de retomar o curso: “*ainda pretendo retomar o serviço social e me formar. No momento não posso por causa de falta de tempo e outros objetivos mais urgentes, mas assim que possível pretendo pedir retorno ao curso*”. Quatro entrevistados reclamaram das dificuldades de conciliar os estudos pela necessidade que têm de trabalhar, alegando problemas com a burocracia do Curso e da Universidade, e outros dois indicaram que a dinâmica do ensino superior não permite ao aluno trabalhador permanecer e concluir o Curso (KRÜGER; SCHAPPO; SILVA, 2011).¹⁸

5. Pressupostos da formação e perfil profissional

O Curso de Serviço Social da UFSC, como parte desta instituição federal de ensino, compartilha da missão da Universidade aprovada pela Assembleia Estatuinte em 4/6/1993 e expressa no Art. 3º do seu Estatuto (UFSC, 2002):

A Universidade Federal de Santa Catarina tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida.

Nesse sentido, o Curso de Serviço Social inscreve sua ação na socialização e produção do conhecimento científico historicamente construído na sua esfera de atuação dentro da grande área das ciências sociais, respeitando a pluralidade de paradigmas, métodos e técnicas construídas nesta área de saber.

As diretrizes e pressupostos curriculares vigentes foram estabelecidas a partir de duas considerações básicas: I) a dimensão interventiva da profissão, nas suas inter-relações nos processos de exclusão cultural, social, política, econômica e ambiental; II) e as manifestações da questão social, no âmbito das transformações advindas pelo reordenamento do capital e do trabalho, consequência do processo de reestruturação produtiva e das amplas inovações informacionais e tecnológicas na sociedade contemporânea.

Os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional, constante nas diretrizes curriculares de 1996 e aprovadas pelo MEC em 2002, foram os seguintes, que ora o Curso de Serviço Social da UFSC reafirma em sintonia com as avaliações acumuladas ao longo destes anos:

- O Serviço Social se particulariza como uma profissão interventiva. Identificar esta dimensão implica reconhecer que o Serviço Social se altera e se transforma quando se alteram os elementos que constituem o fundamento de sua existência, ou seja, a questão social, os processos de exclusão e as novas demandas oriundas da dinâmica societária lhe exigem intervenção específica e qualificada. Outra decorrência desse reconhecimento é a necessidade de compreensão dos processos sociais e de um método pedagógico para a

¹⁸As duas pesquisas realizadas revelam a necessidade de construção de um instrumento institucional que melhor detecte os motivos da evasão (por abandono, trancamento) bem como um instrumento que estimule a informação pelo concluinte da graduação quanto a sua vida profissional (vínculo empregatício, função, cargo, remuneração, qualificação profissional). Ambos os instrumentos podem contribuir para o monitoramento do Curso, as demandas ao Serviço Social e as necessidades de formação profissional.

tarefa de formar os novos profissionais. Desta forma, teoria, método e história não se constituem em eixos curriculares ou em disciplinas, mas perpassam a formação profissional como pressupostos para a compreensão do movimento histórico e concreto da realidade e dos aspectos focais e particulares da mesma, os quais se constituem em objetos de intervenção profissional;

- A relação do Serviço Social com as expressões da questão social e com os processos de exclusão social sempre renovados é mediada por um conjunto de situações/dimensões sócio-históricas e teórico-metodológicas que se constitui nas dimensões da prática profissional. Temos um cenário contemporâneo em que as expressões da questão social condensam múltiplas desigualdades, que é acompanhado de uma forte retórica de reconhecimento de direitos formais, mas de fato avesso a sua concretização;
- As incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas também do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ela se realiza. De outro modo, o campo sobre o qual incide a ação profissional é polarizado por interesses e conflitos explícitos ou não, de várias ordens. Isto tem exigido da categoria profissional dos assistentes sociais significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa, da regulamentação e organização político-cooperativa, bem como presença na organização e formação política dos diferentes segmentos dos trabalhadores, com vistas a superar a fragmentação dos sujeitos coletivos e de suas lutas;
- As alterações no modo de organização do capital e do trabalho introduzem modificações nas demandas profissionais e alteram o mercado profissional, pois provocam mudanças na esfera da produção que operam refrações nos mecanismos de reprodução social – âmbito privilegiado da intervenção do Serviço Social;
- A ação profissional do Serviço Social é determinada por configurações estruturais e conjunturais da questão social dos processos de exclusão, das novas demandas societárias e pelas formas que a sociedade dispõe e implementa para atenuá-los ou resolvê-los. As requisições que se apresentam à profissão têm configurações que dão novas dimensões aos velhos fenômenos, como os novos papéis da sociedade civil, a segmentação social dos usuários, a *assistencialização* e *criminalização* da pobreza, as novas formas de organização do trabalho. A ação profissional é atualmente afetada pela *banalização do humano*, pelo descarte dos produtos da vida cotidiana, pela indiferença frente à esfera das necessidades das grandes majorias e dos direitos a ela atinentes, ou seja, radicalização das múltiplas expressões da questão social (IAMAMOTO, 2007).

O reconhecimento deste conjunto de elementos no processo pedagógico do Curso deve contribuir para a formação de um perfil profissional capacitado nas dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa nos diversos espaços profissionais. Estes pressupostos atravessam as diretrizes curriculares que dão sustentação a uma formação profissional intelectual e cultural generalista que possibilite:

I - apreensão crítica do processo histórico;

II - investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender a constituição e o desenvolvimento do Serviço Social no País;

III - apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

IV - apreensão das expressões da questão social e das demandas consolidadas e das emergentes que são apresentadas ao Serviço Social pela dinâmica social, visando formular respostas profissionais eficazes, eficientes e efetivas;

V - exercício profissional cumprindo as competências, atribuições e exigências previstas na legislação que regulamenta a profissão (Lei Regulamentação da Profissão nº 8.662, de 7/7/1993, e Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993).

Isso requer do profissional uma permanente atitude crítica, propositiva e competente, uma sólida formação teórica, ético-política e técnico-operativa, como também uma atitude ético-política que tenha a liberdade como valor central; o trabalho como fundante do ser social; a radicalidade democrática comprometida com a socialização dos meios de produção da riqueza material e cultural; a equidade traduzida em justiça social; e o reconhecimento do pluralismo de ideias e de práticas na profissão e na sociedade (KOIKE, 2009).

Em síntese, o perfil dos formandos é expresso na Resolução nº 15, de 13 de março de 2002 (BRASIL, 2002):

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

Para se garantir o perfil pretendido e atingir os objetivos do Curso, reafirma-se a importância de continuar adotando um conjunto de conhecimentos indissociáveis – que foram traduzidos em Núcleos de Fundamentação – constitutivos da formação profissional: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, como consta na Organização Curricular.

6. Objetivos do Curso

- a) promover a apreensão do conhecimento crítico-científico, fundado no arcabouço teórico/metodológico construído na teoria social crítica, no diálogo com as Ciências Sociais e Humanas, destinado a subsidiar a análise da realidade social e do processo histórico nacional e internacional;
- b) assegurar uma formação ética e humanista;
- c) possibilitar a aquisição do conjunto de competências e habilidades, com base na análise das expressões da questão social nos diversos espaços sócio-ocupacionais, para o exercício profissional;
- d) fomentar uma postura investigativa para o exercício profissional;
- e) articular conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, relacionados às demandas e necessidades sociais para a formulação de respostas profissionais.

7. Competências e habilidades

O Curso de Serviço Social visa formar profissionais para desempenhar as atribuições profissionais previstas na legislação da profissão (CFESS, Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/1993) e para afirmação do projeto ético-político, a partir da análise crítica da realidade social em suas múltiplas determinações, buscando-se assim habilitar o profissional para enfrentamento da desigualdade de classe e da conflitualidade social.

Exige, portanto, o desenvolvimento de especiais habilidades para atuar no fortalecimento das condutas igualitárias e democráticas, em âmbito interpessoal e institucional, e na mesma medida no enfrentamento dos mecanismos de opressão e de reprodução da subalternidade. É uma habilidade essencial ao assistente social formado na UFSC o domínio das estratégias políticas de mobilização social, para centralidade da participação popular como meio e fim do processo de garantia dos direitos sociais e da construção e efetivação das políticas sociais públicas.

Requer o domínio e o manejo das técnicas para elaboração, execução e avaliação de planos, programas e projetos na área social, mas também da dinâmica de organização, planejamento e administração de benefícios e serviços (realização de visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social), articulando a especificidade profissional e a interação com equipes interdisciplinares, associadas às estratégias de socialização das informações institucionais e orientação à população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos.

Com ênfase na dimensão investigativa, prevê o conhecimento do conteúdo e das técnicas de pesquisa, que subsidiem a formulação de políticas sociais e ações profissionais, bem como o movimento popular e organizações, na prestação de assessoria e consultoria.

Pretende-se formar o assistente social com um perfil teoricamente crítico, comprometido com as conquistas e as lutas da classe trabalhadora, com capacidade política para a politização das demandas e fortalecimento da participação popular, para ruptura dos processos de subalternização política.

Para a implementação do projeto profissional e para que as atribuições e competências definidas tenham viabilidade, o processo de formação profissional deve oferecer as bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas (BRASIL, 2002), com vistas à:

- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários nacional e internacional desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação e politização das demandas presentes na sociedade, visando a formulação de respostas políticas e profissionais para o enfrentamento da questão social;
- domínio dos recursos gerenciais, informacionais, operacionais e orçamentários presentes na instituição, que envolvem o exercício profissional concretamente.

8. Organização curricular

8.1 - Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional

As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, regulamentadas pelo MEC por meio da Resolução nº 15, de 13 de março de 2002, estabelecem um desenho curricular que tem sua gênese num amplo processo de discussão das Unidades de Ensino da profissão no Brasil, desencadeadas em 1993 em conjunto com as suas principais entidades representativas (a ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS e a ENESSO), e pressupõem mudanças significativas no conteúdo e na estrutura curricular, comparando-se ao currículo mínimo do curso anterior que datava de 1982.

Na referida Resolução, os conteúdos curriculares são organizados a partir de três Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, que se organizam a partir da premissa de que representam diferentes dimensões de apreensão da realidade social e profissional, a saber:

Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social;

Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;

Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado. (ABESS/CEDEPSS, 1997).

A lógica curricular expressa nas Diretrizes elaboradas pela ABESS¹⁹ implica a orientação de que tais Núcleos não devem ser hierarquizados ou subsequentes, pois tratam de uma série de conhecimentos que não se separam e que são condição para a “apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional.” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.64). A mesma Resolução define ainda que esses mesmos Núcleos contemplem conteúdos que se desdobrarão em uma série de atividades que incluem disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

No presente Projeto Pedagógico, seguindo ainda a direção estabelecida pelas Diretrizes Curriculares aprovados no MEC, via Resolução 15/2002, a organização curricular considera os seguintes princípios:

1. Flexibilidade na organização do currículo;
2. Dinamicidade entre a matriz curricular e a realidade social;
3. Rigor teórico-metodológico e crítico na compreensão dos processos sociais na perspectiva da totalidade;
4. Articulação entre os conteúdos das disciplinas, supervisão acadêmica e de campo em sua dimensão investigativa e interventiva;
5. Padrões idênticos para cursos diurnos e noturnos;

¹⁹A Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) foi fundada em 1946 e modificada em 1998, quando em Assembleia Geral Extraordinária passou a denominar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS).

6. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
7. Pluralismo no debate das diferentes tendências teóricas;
8. Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
9. Respeito à ética profissional;
10. Valores ético-políticos emancipatórios perpassando a formação curricular.

8.2 - Matriz curricular

A matriz curricular do Curso de Serviço Social está composta por:

- Disciplinas obrigatórias do Departamento de Serviço Social e dos Departamentos de Sociologia e Ciência Política, Antropologia, História, Psicologia e Filosofia;
- Oficinas pedagógicas;
- Estágio Supervisionado Obrigatório distribuído entre as sexta, sétima e oitava fases, a ser desenvolvido em instituições credenciadas na UFSC, fora do horário regular das disciplinas e em concomitância obrigatória com a disciplina de supervisão acadêmica de estágio da fase correspondente;
- Trabalho de Conclusão de Curso;
- Atividades Complementares: não configuradas como disciplinas, mas cuja carga horária deverá ser computada administrativa e pedagogicamente;
- Disciplinas Optativas de livre escolha entre as oferecidas pelo Departamento de Serviço Social e de outros Departamentos da UFSC, observando-se que as disciplinas optativas vinculadas ao Departamento de Serviço Social serão oferecidas em forma de rodízio, em média de duas disciplinas por semestre, excetuando-se as disciplinas de Supervisão de Estágio Não Obrigatório I e II.

A distribuição das disciplinas e respectivas cargas horárias, ementários e detalhamento dos demais elementos curriculares estão apresentados nos itens seguintes.

8.2.1 - Fases, disciplinas, carga horária e pré-requisitos

| Fase | Códigos | Disciplinas Obrigatórias | Carga horária Disciplina | (P) Pré-requisito ou (CD) Dependência | Turmas dois turnos |
|----------------------------------|----------|--|--------------------------|--|--------------------|
| 1. ^a | HST 7105 | Formação Sócio-Histórica do Brasil | 72 | | 02 |
| | SPO 7104 | Introdução à Teoria Sociológica | 72 | | 02 |
| | DSS 7107 | Introdução ao Conhecimento Científico e Serviço Social | 72 | | 02 |
| | DSS 7101 | Serviço Social e Realidade Social I | 72 | | 02 |
| | DSS 7103 | Oficina Introdução à Vida Acadêmica | 72 | | 02 |
| 2. ^a | DSS 7102 | Serviço Social e Realidade Social II | 72 | DSS 7101 | 02 |
| | DSS 7150 | Psicologia Social | 72 | | 02 |
| | SPO 5236 | Ciência Política | 72 | | 02 |
| | DSS 7104 | Oficina Serviço Social e Produção Textual | 72 | | 02 |
| 3. ^a | DSS 7110 | FHTM SS I | 72 | DSS 7101 | 02 |
| | DSS 7120 | Serviço Social, Direito e Cidadania | 72 | | 02 |
| | DSS 7114 | Classes Sociais e Movimentos Sociais | 72 | | 02 |
| | ANT7100 | Antropologia Social I | 72 | | 02 |
| | DSS 7113 | Serviço Social e Economia Política | 72 | | 02 |
| 4. ^a | DSS 7111 | FHTM SS II | 72 | DSS 7110 | 02 |
| | FIL 7100 | Introdução à Ética | 72 | | 02 |
| | DSS 7121 | Política Social | 72 | DSS 7120 | 02 |
| | DSS 7115 | Método Crítico Dialético | 72 | DSS 7113 | 02 |
| | DSS7105 | Oficina Preparação ao Estágio | 72 | DSS 7110 | 02 |
| 5. ^a | DSS 7112 | FHTM SS III | 72 | DSS 7111 | 02 |
| | DSS 7117 | Ética Profissional do Serviço Social | 72 | FIL 7100 | 02 |
| | DSS 7118 | Instrumentalidade e Competências Profissionais em Serviço Social | 72 | FHTM SS II | 02 |
| | DSS 7122 | Serviço Social e Previdência Social | 72 | DSS 7121 | 02 |
| 6. ^a | | Optativa I | 72 | | 01 |
| | DSS 7123 | Serviço Social e Assistência Social | 72 | DSS 7121 | 02 |
| | DSS 7125 | Pesquisa em Serviço Social I | 72 | | 02 |
| | DSS 7131 | Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I | 72 | Todas até 5. ^a fase e CD com DSS 7141 | 04 |
| | DSS 7141 | Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório I | 216 | Todas até 5. ^a fase e CD com DSS 7131 | - |
| | DSS 7106 | Oficina Análise Institucional e Serviço Social | 72 | Todas até 4. ^a fase | 02 |
| 7. ^a | | Optativa II | 72 | | 01 |
| | DSS 7126 | Pesquisa em Serviço Social II | 72 | DSS 7125 | 02 |
| | DSS 7127 | Gestão e Planejamento em Serviço Social I | 72 | DSS 7121 | 02 |
| | DSS 7124 | Serviço Social e Saúde | 72 | DSS 7121 | 02 |
| | DSS 7132 | Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório II | 72 | DSS 7131 e CD DSS7142 | 04 |
| 8. ^a | DSS 7142 | Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrig. II | 216 | DSS 7141 e CD DSS7132 | - |
| | DSS 7128 | Gestão e Planejamento em Serviço Social II | 72 | DSS 7127 | 02 |
| | DSS 7133 | Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III | 72 | DSS 7132 e CD DSS7142 | 04 |
| | DSS 7143 | Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrig. III | 180 | DSS 7142 e CD DSS7133 | - |
| | DSS 7151 | Trabalho de Conclusão de Curso I | 36 | DSS 7132 e DSS 7126 | 02 |
| 9. ^a | | Optativa III | 72 | | 01 |
| | DSS 7153 | Serviço Social e Desafios Profissionais Contemporâneos | 72 | DSS 7151 | 02 |
| | DSS 7152 | Trabalho de Conclusão de Curso II | 108 | DSS 7151 | - |
| | | Optativa VI | 72 | | 01 |
| Subtotal - Carga Horária | | | 3492 | | 80 |
| Atividades Complementares | | | 108 | | |
| Total | | | 3600²⁰ | | |

²⁰Resolução nº 2/CNE/CES/MEC, de 18 de junho de 2007 – Dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação na modalidade presencial. Art. 2º ... I – a carga horária total dos cursos, atendidos os tempos letivos fixados na Lei nº 9.394/96, deverá ser dimensionada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de trabalho acadêmico efetivo [...] Carga horária mínima dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial –Serviço Social 3.000h. Art. 4º As Instituições de Educação Superior devem ajustar e efetivar os projetos pedagógicos de seus cursos aos efeitos do Parecer CNE/CES nº 8/2007 e desta Resolução, até o encerramento do ciclo avaliativo do SINAES (ou seja 2010).

8.2.2 - Distribuição da carga horária por fase, natureza dos conteúdos e atividades pedagógicas

| Conteúdos e Atividades Pedagógicas | Fases e carga horária | | | | | | | | | | % |
|---|-----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|------------|
| | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 5ª | 6ª | 7ª | 8ª | 9ª | Total | |
| Disciplinas Obrigatórias do DSS | 144 | 72 | 288 | 216 | 288 | 144 | 216 | 72 | 72 | 1512 | 42,1 |
| Disciplinas Obrigatórias de outros Cursos | 144 | 144 | 72 | 72 | - | - | - | - | - | 432 | 12 |
| Disciplinas Optativas* | - | - | - | - | 72 | 72 | - | 72 | 72 | 288 | 7,8 |
| Estágio Curricular Obrigatório | - | - | - | - | - | 216 | 216 | 180 | - | 612 | 16,6 |
| Supervisão Estágio Curricular Obrigatório | - | - | - | - | - | 72 | 72 | 72 | - | 216 | 5,8 |
| Atividades Complementares | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 108 | 2,9 |
| Oficinas | 72 | 72 | - | 72 | - | 72 | - | - | - | 288 | 7,8 |
| TCC | - | - | - | - | - | - | - | 36 | 108 | 144 | 2,9 |
| Total | 360 | 288 | 360 | 360 | 360 | 576 | 504 | 432 | 252 | 3.600 | 100 |

(*) As quatro Disciplinas Optativas (288h) são de livre escolha entre as oferecidas pelo Departamento de Serviço Social e por outros Departamentos da UFSC.

As Disciplinas Optativas vinculadas ao Departamento de Serviço Social serão oferecidas em forma de rodízio, em média de duas disciplinas semestralmente, excetuando-se as Disciplinas Optativas de Supervisão de Estágio Não Obrigatório I e II, que deverão ter fluxo contínuo, por exigência legal (Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de Estágio no Serviço Social)

8.2.3 - Disciplinas Obrigatórias oferecidas pelo DSS

| Fase | Disciplinas Obrigatórias | Carga horária Disciplina | Nº turmas dois turnos |
|------|--|--------------------------|-----------------------|
| 1ª | Introdução ao Conhecimento Científico e Serviço Social | 72 | 02 |
| | Serviço Social e Realidade Social I | 72 | 02 |
| | Oficina Introdução à Vida Acadêmica | 72 | 02 |
| 2ª | Serviço Social e Realidade Social II | 72 | 02 |
| | Oficina Serviço Social e Produção Textual | 72 | 02 |
| 3ª | FHTM SS I | 72 | 02 |
| | Serviço Social, Direito e Cidadania | 72 | 02 |
| | Classes Sociais e Movimentos Sociais | 72 | 02 |
| | Serviço Social e Economia Política | 72 | 02 |
| 4ª | FHTM SS II | 72 | 02 |
| | Política Social | 72 | 02 |
| | Método Crítico Dialético | 72 | 02 |
| | Oficina Preparação ao Estágio | 72 | 02 |
| 5ª | FHTM SS III | 72 | 02 |
| | Ética Profissional do Serviço Social | 72 | 02 |
| | Instrumentalidade e Competências Profissionais em Serviço Social | 72 | 02 |
| 6ª | Serviço Social e Previdência Social | 72 | 02 |
| | Serviço Social e Assistência Social | 72 | 02 |
| 6ª | Pesquisa em Serviço Social I | 72 | 02 |

| | | | |
|---------------------------------|--|--------------|----|
| | Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I | 72 | 04 |
| | Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório I | 216 | - |
| | Oficina Análise Institucional e Serviço Social | 72 | 02 |
| 7 ^a | Pesquisa em Serviço Social II | 72 | 02 |
| | Gestão e Planejamento em Serviço Social I | 72 | 02 |
| | Serviço Social e Saúde | 72 | 02 |
| | Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório II | 72 | 04 |
| | Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório II | 216 | - |
| 8 ^a | Gestão e Planejamento em Serviço Social II | 72 | 02 |
| | Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III | 72 | 04 |
| | Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório III | 180 | - |
| | Trabalho de Conclusão de Curso I | 36 | 02 |
| 9 ^a | Serviço Social e Desafios Profissionais Contemporâneos | 72 | 02 |
| | Trabalho de Conclusão de Curso II | 108 | - |
| Subtotal - Carga horária | | 2.628 | |

8.2.4 - Disciplinas Obrigatórias oferecidas por outros Departamentos

| Fase | Disciplinas Obrigatórias | Carga horária Disciplina | (P) Pré-requisito ou (CD) Codependência | Nº turmas dois turnos |
|----------------|------------------------------------|-----------------------------|--|--------------------------------|
| 1 ^a | Formação Sócio-Histórica do Brasil | 72 | | 02 |
| | Introdução à Teoria Sociológica | 72 | | 02 |
| 2 ^a | Psicologia Social | 72 | | 02 |
| | Ciência Política | 72 | | 02 |
| 3 ^a | Antropologia Social I | 72 | | 02 |
| 4 ^a | Introdução a Ética | 72 | | 02 |
| Total | | 432 | | |

8.2.5 - Disciplinas Optativas

| Códigos | Disciplinas oferecidas pelo Departamento de Serviço Social* | Carga horária | Pré-requisito |
|----------------|--|----------------------|-------------------------|
| DSS 7160 | Assessoria em Serviço Social | 72 | |
| DSS 7161 | Lutas Sociais na América Latina | 72 | |
| DSS 7162 | Metodologia da Superv. de Estágio em Serviço Social | 72 | DSS7131 DSS7141 |
| DSS 7163 | Política Social e Família | 72 | |
| DSS 7164 | Serviço Social e Educação | 72 | |
| DSS 7165 | Serviço Social e Envelhecimento | 72 | |
| DSS 7166 | Serviço Social e Gênero | 72 | |
| DSS 7167 | Serviço Social e os Direitos da Criança e do Adolescente | 72 | |
| DSS 7168 | Serviço Social e Questão Agrária | 72 | |
| DSS 7169 | Serviço Social e Questão Urbana | 72 | |
| DSS 7170 | Serviço Social e Saúde Mental | 72 | |
| DSS 7171 | Serviço Social e Instituições Público-Privadas | 72 | |
| DSS 7172 | Serviço Social em Meio Ambiente | 72 | |
| DSS 7173 | Serviço Social na Área Sócio Jurídica | 72 | |
| DSS 7134 | Supervisão Acadêmica de Estágio Não Obrigatório I** | 36 | Todas até 4º fase |
| DSS 7135 | Supervisão Acadêmica de Estágio Não Obrigatório II*** | 36 | Estágio Obrigatório III |
| DSS 7180 | Tópicos Especiais em Movimentos Sociais | 72 | |
| DSS 7181 | Tópicos Especiais em Pesquisa | 72 | |
| DSS 7182 | Tópicos Especiais em Políticas Sociais | 72 | |
| DSS 7183 | Tópicos Especiais em Serviço Social | 72 | |
| DSS 7174 | Violência, Criminalização da Pobreza e Serviço Social | 72 | |
| DSS 5801 | Intercâmbio Acadêmico I | 72 | Todas até 4º fase |
| DSS 5802 | Intercâmbio Acadêmico II | 72 | Todas até 4º fase |
| DSS 5710 | Atividade Extraclasse: Monitoria | 72 | - |
| | Disciplinas Optativas oferecidas por outros Cursos* | Carga horária | Pré-requisito |
| LSB 7904 | Língua de Sinais Brasileira I(LSB 7904) | 72 | |
| LLV5603 | Produção Textual Acadêmica (LLV5603) | 72 | |
| SPO 7105 | Teoria Sociológica Contemporânea | 72 | |
| ANT 7003 | Relações Interétnicas(ANT 7003) | 72 | |
| INE 5116 | Introdução à estatística (NE5116) | 72 | |

(*) Recomenda-se que as Disciplinas Optativas sejam cursadas a partir da terceira fase do Curso.

(**) A matrícula em Supervisão Acadêmica de Estágio Não Obrigatório I deve ser concomitante à matrícula em Estágio Não Obrigatório I.

(***) A matrícula em Supervisão Acadêmica de Estágio Não Obrigatório II deve ser concomitante à matrícula em Estágio Não Obrigatório II.

8.2.6 - Atividades Extracurriculares

| Disciplinas de Atividades Extracurriculares | | | |
|---|---------------------------------------|------------|--|
| Até 20% da carga horária do Estágio Curricular Não Obrigatório I e II poderão ser computados como horas de Atividades Complementares (DSS 7190), obedecido ao Regulamento aprovado no Colegiado de Curso de Graduação em Serviço Social | | | |
| Código | Disciplina | Horas/aula | Pré-requisitos |
| DSS 7144 | Estágio Curricular Não Obrigatório I | 225 | Todas as disciplinas até a 4. ^a fase, inclusive |
| DSS 7145 | Estágio Curricular Não Obrigatório II | 225 | DSS 7133 DSS 7143 |

8.3 - Ementários

8.3.1 - Disciplinas Obrigatórias do Departamento de Serviço Social

CLASSES SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS

Estado e sociedade civil. Democracia, participação popular e luta de classes. Classes sociais e sujeitos coletivos: partidos, sindicatos, movimentos e organizações populares. Concepções teóricas dos movimentos sociais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos sociais. O Serviço Social na relação com os movimentos sociais. Movimentos Sociais em Santa Catarina.

ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

O processo de construção do *ethos* profissional. Fundamentos filosóficos nos diferentes códigos de ética dos assistentes sociais brasileiros: neotomismo, personalismo e ontologia social. Análise crítica dos valores na sociabilidade burguesa. O Código de Ética Profissional, seus valores e princípios. Os dilemas éticos contemporâneos no cotidiano da profissão.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I – FHTMSS I

Capitalismo monopolista, questão social e Serviço Social. Gênese do Serviço Social. As condições histórico-sociais da emergência, da institucionalização e desenvolvimento do Serviço Social na América Latina e Brasil.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II – FHTMSS II

O processo de renovação do Serviço Social latino-americano e brasileiro. A produção teórico-metodológica do Serviço Social do período de renovação e a aproximação ao marxismo. A crise da autocracia burguesa e a redemocratização brasileira. A construção do projeto ético político profissional.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL III – FHTMSS III

O Serviço Social no contexto da democratização brasileira. Transformações do capitalismo contemporâneo. Trabalho, questão social e Serviço Social. Modernidade, neoconservadorismo e o projeto ético-político profissional. O Serviço Social no mundo. A produção teórico-metodológica, espaços socioocupacionais e exercício profissional do Serviço Social a partir dos anos 1990.

GESTÃO E PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL I

Planejamento social e a relação público/privado/filantropico na história do Estado e da sociedade brasileira. Metodologias de planejamento. Planejamento de políticas sociais e instrumentos de gestão. Planos Plurianuais e Relatórios de Gestão das políticas sociais. Projetos sociais no terceiro setor e das empresas. Elaboração de um projeto social. Funções, atribuições e competências dos assistentes sociais no planejamento nas esferas pública e privada.

GESTÃO E PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL II

Financiamento e gestão das políticas sociais e nas instituições público-privadas. O financiamento público e a filantropia. Metodologias de avaliação de políticas sociais. O uso dos indicadores sociais. O assistente social na elaboração, coordenação, execução e avaliação de programas e políticas sociais.

INSTRUMENTALIDADE E COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS EM SERVIÇO SOCIAL

Instrumentalidade, competências e intervenção profissional. As perspectivas teóricas e metodológicas na construção dos instrumentos de intervenção. Instrumentos e técnicas nos diferentes espaços de atuação profissional.

INTRODUÇÃO À TEORIA SOCIOLÓGICA

O contexto histórico de surgimento da Sociologia, concepção de homem e sociedade nas matrizes clássicas do pensamento sociológico. Comte, Durkheim, Weber e Marx.

INTRODUÇÃO AO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E SERVIÇO SOCIAL

Senso comum, conhecimento científico e ideologia. Metodologia do trabalho científico. O processo de construção do conhecimento científico. A dimensão investigativa do Serviço Social. O Serviço Social como área de conhecimento.

MÉTODO CRÍTICO-DIALÉTICO

Idealismo e materialismo. Ser social, trabalho e ontologia. Método crítico-dialético e suas categorias fundamentais. Totalidade e História. As categorias de mediação e a apreensão da universalidade, singularidade e particularidade. Trabalho e produção social. Método crítico dialético e Serviço Social

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL I

A pesquisa na produção do conhecimento científico. Métodos de conhecimento da realidade social. Metodologias de pesquisa. Ética e pesquisa. Tipos de pesquisa. Elementos constitutivos do projeto de pesquisa. Experiência de elaboração de projeto de pesquisa.

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL II

Revisão da literatura do tema da pesquisa. Coleta e organização dos dados quantitativos e qualitativos. Sistematização e análise dos dados. Elementos constitutivos do relatório de

pesquisa. Devolução e socialização dos resultados da pesquisa. Experiência de execução de pesquisa.

POLÍTICA SOCIAL

Determinações sócio-históricas das políticas sociais. Perspectivas conceituais da política social. A construção das políticas sociais no século XX. A Constituição de 1988 e a Seguridade Social. O Estado brasileiro e a regulamentação e implementação dos direitos sociais. A conjuntura de contrarreformas do Estado e (novo) desenvolvimentismo.

SERVIÇO SOCIAL, DIREITO E CIDADANIA

Sociedade, Estado e Direito. Constituição: origem e significado. República, federação e estado democrático de direito. Direitos fundamentais, cidadania e Serviço Social. A Ordem Social na Constituição Brasileira de 1988. Organização dos poderes no Estado brasileiro.

SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE SOCIAL I

A construção social da realidade. Elementos da análise de conjuntura. Realidade social catarinense. Processo constitutivo da profissão. Institucionalização da profissão e divisão social do trabalho.

SERVIÇO SOCIAL E REALIDADE SOCIAL II

O exercício profissional e os espaços socioocupacionais. Marco regulatório da profissão de Serviço Social. Atribuições e competências do assistente social. Mercado de trabalho, áreas de atuação e demandas para a profissão. Indicadores sociais.

SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Estado brasileiro e a política de assistência social. A assistência social como direito social. Marco legal da política de Assistência Social. Financiamento, gestão e controle social da política de assistência social. O Sistema Único da Assistência Social. O exercício profissional do assistente social no âmbito da política de assistência social. Serviços direcionados a segmentos especiais. Indicadores sociais.

SERVIÇO SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Estado brasileiro e a construção do Sistema Previdenciário Público. A Seguridade Social na Constituição de 1988. A relação previdência pública e privada. Gerenciamento, financiamento e controle da previdência social. O Instituto Nacional de Seguro Social, estruturação, operacionalização, plano de benefícios, categorias de segurados e dependentes. A política previdenciária e a contrarreforma do Estado. O exercício profissional do assistente social no setor previdenciário. A particularidade dos segmentos especiais. Interface da política previdenciária com as políticas de Assistência Social, Saúde e Trabalho.

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE

A saúde como direito social e o conceito ampliado de saúde. O Estado brasileiro e a política de saúde. O Movimento de Reforma Sanitária. O marco legal e a implementação do Sistema Único de Saúde. Modelo de atenção, financiamento e participação popular. Perspectivas e a tensão entre os fundamentos do SUS e o projeto privatista da saúde. As políticas setoriais e transversais no SUS. Indicadores de saúde. A prática profissional do assistente social na saúde.

SERVIÇO SOCIAL E ECONOMIA POLÍTICA

Economia política clássica e a teoria do valor-trabalho. Crítica da economia política. Mercadoria, valor e dinheiro. Produção da mais-valia absoluta e relativa. A lei geral da acumulação capitalista. Economia política e os fundamentos do Serviço Social.

SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO I

Reconhecimento e análise do espaço sócio-ocupacional. O assistente social como trabalhador assalariado. Mercado de trabalho e as condições de trabalho. Conhecimento do exercício profissional e suas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica. Orientação para elaboração de plano de estágio.

SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO II

O exercício profissional, as demandas, os serviços oferecidos, a interface com as políticas setoriais e o modelo de gestão institucional. Problematização e orientação do exercício profissional em face do Projeto Ético Político profissional. Orientação para elaboração de projeto de intervenção profissional.

SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO III

Orientação e avaliação da experiência de estágio. Proposição de alternativas à intervenção profissional e proposição de alternativas. Exercício profissional e supervisão de estágio. Elaboração de relatório final de estágio.

Serviço Social e Desafios Profissionais Contemporâneos (Faltou na impressão)

Formação profissional e mercado de trabalho do assistente social. Análise da experiência de estágio na relação com a conjuntura e com o debate profissional. Polêmicas conjunturais do Serviço Social. Questões emergentes no campo teórico e prático.

8.3.2 - Disciplinas Obrigatórias oferecidas por outros Departamentos

ANTROPOLOGIA SOCIAL I

Antropologia social e cultural. Cultura popular. Identidades e expressões culturais, regionais e multiculturais.

CIENCIA POLÍTICA

Política e ciência política. Conceitos fundamentais da ciência política. O Estado moderno e a transformação da política clássica.

INTRODUÇÃO À ÉTICA

Desenvolvimentos clássicos e contemporâneos da reflexão ética. Virtude e dever. Teorias da Justiça. Utilitarismo.

INTRODUÇÃO À TEORIA SOCIOLÓGICA

O contexto histórico de surgimento da Sociologia, concepção de homem e sociedade nas matrizes clássicas do pensamento sociológico. Comte, Durkheim, Weber e Marx.

FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL

Questão agrária e urbana na formação do Brasil. A interpretação do Brasil moderno. A revolução burguesa no Brasil. A escravidão, o patriarcalismo, o coronelismo, o patrimonialismo na formação das instituições no Brasil.

PSICOLOGIA SOCIAL

Fundamentos da psicologia social crítica. Consciência, subjetividade, identidade, afetividade. Constituição do sujeito. Percepção social. Formação de impressões. Atitudes. Influência social e bases de poder. Relações intergrupais e conflitos. Estereótipos, estigma e Preconceito.

8.3.3- Oficinas

OFICINA INTRODUÇÃO À VIDA ACADÊMICA

Inserção na Universidade e vida acadêmica. Compreensão da estrutura, serviços acadêmico-administrativos e organização curricular do Curso de Serviço Social da UFSC. Projetos de pesquisa e extensão do Departamento de Serviço Social e da UFSC. A universidade pública brasileira.

OFICINA SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO TEXTUAL

Leitura e interpretação de textos. Elaboração de resumos, resenhas e artigos científicos. Relatórios técnicos e científicos na área do Serviço Social. Normas de apresentação de trabalhos científicos e pesquisa em base de dados.

OFICINA DE PREPARAÇÃO AO ESTÁGIO

O estágio curricular na formação do assistente social. As dimensões investigativa e interventiva da profissão nas Diretrizes Curriculares. Normatização do Estágio. Campos de estágio de Serviço Social credenciados na UFSC. Estudo de produções referentes aos campos de estágio. Conhecimento de experiências de estágio.

OFICINA ANÁLISE INSTITUCIONAL E SERVIÇO SOCIAL

Diferentes concepções de análise institucional. Formas de organização institucional. A relação entre o público e o privado. A instituição e seus sistemas de poder e de correlação de forças. Requisições institucionais e demandas da população. Identificação e análise das necessidades sociais. Sistemas de informação e indicadores sociais. Exercícios de análise institucional.

8.3.4.- Estágio

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO I

Inserção no espaço sócio-ocupacional. Identificação da organização e sua dinâmica de funcionamento, demandas, serviços oferecidos, perfil dos usuários e política social a que se vincula. Conhecimento do exercício profissional na Instituição em suas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica. Conhecimento das condições de trabalho na Instituição. Elaboração de plano de estágio. Desenvolvimento de atividades teórico-práticas em espaço sócio-ocupacional com supervisão sistemática no campo de estágio e na Unidade de Ensino.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO II

Aprofundamento do conhecimento das demandas, serviços oferecidos, caracterização dos usuários, modelo de gestão institucional e a ação profissional. Elaboração e implementação de projeto de intervenção profissional. Desenvolvimento de atividades teórico-práticas em espaço sócio-ocupacional com supervisão sistemática no campo de estágio e na unidade de ensino.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO III

Execução e avaliação do projeto de intervenção e da experiência do estágio. Sistematização e síntese do exercício profissional na Instituição. Elaboração do relatório final de estágio. Desenvolvimento de atividades teórico-práticas em espaço sócio-ocupacional, com supervisão sistemática no campo de estágio e na Unidade de Ensino.

8.3.5 - Trabalho de Conclusão de Curso

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I – TCC I

Regulamento do TCC/DSS/UFSC. Elaboração do projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso. Apresentação dos projetos. Articulação com os orientadores individuais.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II – TCC II

Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Preparação para a banca de avaliação. Defesa do Trabalho de Conclusão do Curso.

8.3.6 - Disciplinas Optativas do Departamento de Serviço Social

LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

Imperialismo. Capitalismo dependente. Superexploração do trabalho. Estado e lutas sociais na América Latina.

SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA SOCIOJURÍDICA

O acesso à justiça como direito social. A questão social e suas refrações no sistema sociojurídico. O papel do Poder Judiciário, da Segurança Pública e do Ministério Público. Trajetória e particularidade da inserção do Serviço Social no sistema sociojurídico. O exercício profissional do assistente social no Poder Judiciário e na segurança pública. Demandas, formas de abordagem e instrumentos técnicos.

INTERCÂMBIO ACADÊMICO I

Participação em Programa de Intercâmbio Acadêmico, decorrente de convênio assinado com Instituições de Ensino Superior, Agências de Fomento e Centros de Pesquisa, visando à realização de atividades acadêmicas de aprimoramento da formação do estudante. Participação em atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão em universidades de âmbito nacional ou internacional conveniadas com a UFSC a partir da 4ª fase do Curso.

INTERCÂMBIO ACADÊMICO II

Continuidade da participação em Programa de Intercâmbio Acadêmico, decorrente de convênio assinado com Instituições de Ensino Superior, Agências de Fomento e Centros de Pesquisa, visando à realização de atividades acadêmicas de aprimoramento da formação do

estudante, participação em atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão em universidades de âmbito nacional ou internacional conveniadas com a UFSC a partir da 4ª fase do Curso.

SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE

Capitalismo e a questão ambiental. As múltiplas concepções de desenvolvimento. Gestão pública do meio ambiente e Serviço Social. A particularidade de Santa Catarina na prevenção e atenção às situações de desastres.

POLÍTICA SOCIAL E FAMÍLIA

Família e sociedade. As concepções de família, as políticas sociais e o Estado brasileiro. A contradição e a interface entre o espaço público e o espaço privado. Transição demográfica, envelhecimento populacional e as novas configurações familiares. Os aspectos ético-políticos no trabalho com famílias. Intersetorialidade, políticas sociais setoriais, necessidades sociais e o Serviço Social.

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO AGRÁRIA

Questão agrária e lutas camponesas no Brasil. Latifúndio e monocultura. Fome, pobreza e políticas públicas. Reforma agrária. Políticas públicas no meio rural. Agronegócio e desenvolvimento rural sustentável. O debate da questão agrária no Serviço Social e a intervenção nos espaços sócio-ocupacionais rurais.

SERVIÇO SOCIAL E QUESTÃO URBANA

Questão urbana e direito à cidade. Teorias da cidade e pensamento crítico. Marcos legais do direito à cidade. Políticas urbanas. Espaços de participação e controle democrático na política urbana. Inserção e possibilidades de atuação do Serviço Social na política urbana.

SERVIÇO SOCIAL E GÊNERO

Construção social das relações de gênero. História do movimento feminista. Perspectivas teóricas presentes na construção dos conceitos de gênero. Sexualidade, raça e etnia e classe social. Serviço Social e relações de gênero. Gênero e políticas públicas.

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO

Educação, Estado e Sociedade. Política educacional brasileira: fundamentos históricos e bases legais. Dimensão social da política educacional. Interfaces entre Educação e Serviço Social. O exercício profissional do assistente social na área da Educação.

SERVIÇO SOCIAL E ENVELHECIMENTO

A construção histórica do processo de envelhecimento. Transição demográfica, envelhecimento populacional e mudanças na estruturação e composição das famílias. O envelhecimento na sociedade brasileira e as demandas para as políticas sociais. Estatuto do Idoso. Políticas, controle social, serviços e programas de atendimento à pessoa idosa. Exercício profissional do assistente social nas questões do envelhecimento.

SERVIÇO SOCIAL E OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Construção histórica da concepção de infância e adolescência. Sistema de direitos da infância e da adolescência. Medidas socioeducativas e de proteção especial. Intersetorialidade das políticas sociais e o Serviço Social na atenção à criança e ao adolescente. Fóruns. Conselhos de Direitos. Conselhos Tutelares. Fundo da Infância e da Adolescência. Protagonismo juvenil e cultura.

SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL

Histórico das práticas assistenciais no campo da saúde mental. Movimento de Reforma Psiquiátrica. Movimento antimanicomial. O Sistema Único de Saúde e a Política Nacional de Saúde Mental. Rede de serviços ao portador de sofrimento mental e aos usuários de substâncias psicoativas. Exercício profissional do assistente social na área da saúde mental. Atuação em equipes multiprofissionais de saúde mental.

SERVIÇO SOCIAL E INSTITUIÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS

Instituições público-privadas, setor filantrópico e práticas assistenciais no Estado e na sociedade brasileira. Os requisitos para atuação profissional. Gerência e formulação de projetos sociais. O setor filantrópico e a cidadania. Responsabilidade social e voluntariado. Captação de recursos. A crítica do Serviço Social às instituições público-privadas. O exercício profissional dos assistentes sociais nas instituições privadas e público-privadas.

VIOLÊNCIA, CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA E SERVIÇO SOCIAL

A sociedade brasileira e a reprodução da desigualdade. O significado social da violência. Os números da violência no Brasil. Violência e pobreza. Formas de criminalização da pobreza. Criminalização da pobreza e direitos humanos. A transversalidade da violência e da criminalização da pobreza no exercício profissional do assistente social.

ASSESSORIA EM SERVIÇO SOCIAL

Assessoria e consultoria no trabalho do assistente social. Assessoria para movimentos sociais, organizações sem fins lucrativos e setor filantrópico. Assessoria da gestão pública estatal dos serviços públicos. Contribuições para o Sistema Único de Saúde, Sistema Único de Assistência Social e demais políticas setoriais. A articulação ensino-pesquisa-extensão e a prática de assessoria.

SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO I

Preparação para o Estágio Obrigatório. Contextualização e observação da realidade social produtora das demandas do Serviço Social. Aproximação empírica dos diferentes espaços institucionais nos quais se exerce o Serviço Social. O processo de supervisão de estágios. Desenvolvimento de habilidades para registro das atividades do Serviço Social.

SUPERVISÃO ACADÊMICA DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO II

Mercado de trabalho e espaços institucionais do exercício profissional do Serviço Social. O desenvolvimento de habilidades no planejamento para a intervenção e avaliação do exercício profissional. Registro e sistematização do exercício profissional.

METODOLOGIA DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Concepções de supervisão. Determinantes históricos e perspectivas de supervisão em Serviço Social. O exercício profissional do assistente social e a supervisão. Relação teoria-prática

e o processo de ensino-aprendizagem. Sujeitos da supervisão. Marco legal da supervisão de estágio. Metodologia da supervisão em Serviço Social. Plano de estágio e plano de supervisão de estágio.

TÓPICOS ESPECIAIS EM MOVIMENTOS SOCIAIS

Temas emergentes em movimentos sociais.

TÓPICOS ESPECIAIS EM PESQUISA

Conteúdos complementares da pesquisa em Serviço Social.

TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICAS SOCIAIS

Temas emergentes em política social.

TÓPICOS ESPECIAIS EM SERVIÇO SOCIAL

Desafios profissionais emergentes. Questões contemporâneas no Serviço Social.

8.3.7 -Disciplinas Optativas recomendadas de outros Departamentos

LIBRAS

Desmistificação de ideias recebidas relativamente às línguas de sinais. A língua de sinais enquanto língua utilizada pela comunidade surda brasileira. Introdução à língua brasileira de sinais: usar a língua em contextos que exigem comunicação básica, como se apresentar, formular perguntas, responder perguntas e dar informações sobre alguns aspectos pessoais (nome, endereço, telefone). Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira.

PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA (LLV5603)

Estudo e produção de textos técnico-científicos relevantes para o desempenho das atividades acadêmicas como resumo, resenha, artigo e seminário.

TEORIA SOCIOLÓGICA CONTEMPORÂNEA

Pensamento social contemporâneo. A praxeologia de Pierre Bourdieu. A Escola de Frankfurt. Pós-modernismo. Michel Foucault, Boaventura de Sousa Santos, Latour, Anthony Giddens e Edgar Morin.

RELAÇÕES INTERÉTNICAS (ANT 7003)- 72h

Grupos étnicos. Processos socioculturais de construção de identidade étnicas. Particularidades históricas e processos de diferenciação. Etnicidades e questões raciais, acomodações e conflitos. Sociedades pluriétnicas, cultura e política.

INTRODUÇÃO À ESTATÍSTICA (INE5116) - 72h

Estatística descritiva: representação tabular e gráfica; medidas de tendência central e dispersão. Noções de amostragem. Probabilidade: definições e teoremas. Distribuições de probabilidade – esperança matemática. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Estimação pontual e intervalar. Testes de hipóteses.

8.4 - Atividades Complementares

As Atividades Complementares consistem em elementos integradores do currículo e compõem as matérias necessárias da formação profissional com a finalidade de fomento às atividades de pesquisa e extensão, articuladas ao ensino. Estas atividades atendem ao princípio de flexibilidade de organização dos currículos plenos, previstos nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, que indicam que os conteúdos das disciplinas devem ser integrados com outros componentes curriculares.

Na legislação federal não há detalhamento sobre estas Atividades, contudo, nas Diretrizes Curriculares da área, são descritas como:

Atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho. As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 69).

Em relação à carga horária prevista, as Atividades Complementares no Curso de Serviço Social da UFSC obedecem à Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, do MEC, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Essa Resolução estabelece que a carga horária mínima do Curso de Serviço Social é de 3.000 horas, que, calculadas em horas-aula de 50 min, equivalem a 3.600 h/a, sendo destinados às Atividades Complementares e Estágios Curriculares não mais que 20% do Curso, o que corresponde nesta matriz curricular a 108 horas.

No Curso de Serviço Social da UFSC as Atividades Complementares são compreendidas como importantes estratégias de aprendizagem para além da sala de aula. Consistem em atividades que complementam os conteúdos teóricos tradicionais ministrados em sala de aula, cuja escolha será facultada aos estudantes.

Neste Projeto Pedagógico também o Estágio Não Obrigatório I e II e a monitoria poderão ser computados como Atividades Complementares.

A normatização das Atividades Complementares, considerando seu caráter administrativo-pedagógico, será prevista em regulamento próprio.

8.5 - Oficinas Pedagógicas

Sendo um dos objetivos deste PPC a formação de um profissional crítico, comprometido e propositivo, a opção pelas estratégias de ensino-aprendizagem deve favorecer este processo. As oficinas aqui propostas, distribuídas ao longo do curso, são consideradas uma estratégia pedagógica que permite dinamizar e potencializar o processo de ensino-aprendizagem nesta direção. Desse modo, caracterizam-se pela discussão e análise de uma determinada realidade e/ou a sistematização de um conhecimento, através da confrontação e troca de experiências e ideias, problematização dos temas à luz das referências teórico-políticas e metodológicas, estimulando a participação e a criatividade.

Segundo Anastasiou e Alves (2003, p. 96), as oficinas se caracterizam “como uma estratégia do fazer pedagógico, em que o espaço de construção e reconstrução do

conhecimento são as principais ênfases. É lugar de pensar, descobrir, reinventar, criar e recriar, favorecido pela forma horizontal, na qual a relação humana se dá”.

Nesta direção, são complementares as ideias de Masetto (1994), quando analisa e desenvolve propostas para a formação de professores da educação superior

a Oficina deve ter como referência a centralidade no estudante enquanto sujeito que constrói seu conhecimento, com a participação e orientação do professor, a quem cumpre um papel destacado na motivação do grupo, buscando a construção da participação individual e coletiva, facilitando a aprendizagem, o desenvolvimento da socialização e a interação professor-estudante.

Neste sentido, através dela o estudante pode aprender participando da reflexão sobre determinado tema ou situação e contribuir na busca de respostas às questões colocadas inicialmente pelo professor. Por ser uma atividade que supõe a interação grupal, outras habilidades são desenvolvidas, como: o entendimento e o diálogo com os conceitos e perspectivas teóricas que perpassam determinada área de conhecimento, o respeito às diferentes opiniões; a aceitação da complementaridade dos saberes e experiências colocadas; a cooperação na construção coletiva e na distribuição de tarefas, entre outras.

O professor, nesse contexto, tem o papel de oportunizar ao estudante o direito ao questionamento e ao pensar sobre a realidade, o exercício da crítica, como também nortear o desenvolvimento de competências e habilidades exigidas pelo profissional de Serviço Social, em consonância com os desafios postos no cenário contemporâneo.

8.6 - Estágio Supervisionado

No Brasil, desde a criação da primeira escola de Serviço Social em 1936, apesar das diferentes perspectivas teórico-metodológicas da profissão, o estágio sempre esteve presente como elemento fundamental no processo de aprendizagem do estudante Serviço Social.

As atuais Diretrizes Curriculares preveem um lugar central ao exercício profissional do assistente social, diretamente relacionado ao trabalho, compreendido como atividade principal na constituição do ser social, e à profissão como uma especialização do trabalho coletivo e “*sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas determinações da questão social*”. (ABESS/CEDPEPSS, 1997, p. 62). Nesta perspectiva, o exercício *profissional* deve ser entendido como quaisquer processos de trabalho em que se considere seu objeto sobre a qual recai sua ação, os meios de trabalho, a atividade do sujeito teleologicamente direcionada, assim como o reconhecimento do produto da ação profissional em suas diferentes implicações (ABESS/CEDPEPSS, 1997).

A afirmação do trabalho como categoria fundamental da formação e exercício profissional implica o reconhecimento de que todo o conjunto de disciplinas e demais elementos integradores do currículo devem remeter à aprendizagem da prática profissional. Neste cenário, o estágio supervisionado é considerado *locus* privilegiado de tal aprendizagem, sendo descrito nas Diretrizes Curriculares vigentes como:

[...] atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio ocupacional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional de campo, através da reflexão, acompa-

nhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo de estágio tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71)

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, em seu artigo 1º define o estágio como “ato educativo escolar supervisionado”, sendo portanto seu pressuposto a indissociabilidade à supervisão. Neste sentido, a supervisão direta de estágio no âmbito do Serviço Social é regulada pela Resolução CFESS 533/2008, que a define no artigo 2º como:

[...] atividade privativa do assistente social, em pleno gozo dos seus direitos profissionais, devidamente inscrito no CRESS de sua área de ação, sendo denominado supervisor de campo o assistente social da instituição campo de estágio e supervisor acadêmico o assistente social professor da unidade de ensino.

Na Política Nacional de Estágio da ABEPSS, a supervisão de estágio é compreendida como processo político-pedagógico e momento singular para o planejamento de estratégias de enfrentamento às dificuldades da realidade da formação profissional e é caracterizada como:

[...] processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, o registro, a análise e o acompanhamento da atuação do(a) estagiário(a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. (ABEPSS, 2009, p. 15)

O desenvolvimento do estágio supervisionado no Curso de Serviço Social da UFSC atende aos princípios ético-políticos previstos no Código de Ética dos Assistentes Sociais, bem como àqueles explicitados na Política Nacional de Estágios da ABEPSS (2009), a saber: indissociabilidade das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, garantia da ética como elemento transversal à formação do(a) assistente social, articulação entre formação e exercício profissional, indissociabilidade do estágio e supervisão de campo e acadêmica, articulação universidade-sociedade, unidade teoria-prática, interdisciplinaridade e articulação ensino, pesquisa e extensão.

Os estágios podem ser classificados como obrigatórios e não obrigatórios, conforme prevê o artigo 2º da Lei 11.788/2008, sendo o primeiro definido como requisito imperativo para a obtenção de diploma. Já o estágio não obrigatório é estabelecido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória do Curso.

Na presente proposta curricular, se reconhece o perfil do estudante de Serviço Social como trabalhador²¹ e a necessidade de considerar tal realidade na conformação do estágio no Curso, não o confundindo, no entanto, com *emprego*, mas antes como ato educativo imprescindível na formação do estudante de Serviço Social. Assim, nesta proposição o estudante poderá ingressar no Estágio Não Obrigatório a partir da quinta fase desde que tenha concluído todas as disciplinas até a quarta fase. Contudo, a partir da sexta até a oitava fase a exigência é que o estágio supervisionado e a supervisão acadêmica sejam atividades obrigatórias. Ao final do Curso – nona fase – será facultado ao estudante realizá-lo de forma não obrigatória, desde que concluídos o Estágio e a Supervisão Acadêmica III. Deve ser considerado o prazo máximo de dois anos na mesma instituição previsto na legislação de estágio e ressal-

²¹ Para tanto, ver dados do item 4 deste Projeto Pedagógico.

tando-se a impossibilidade do aproveitamento do estágio não obrigatório em substituição à carga horária obrigatória. A indissociabilidade do estágio à supervisão de campo e supervisão acadêmica é pressuposto para a autorização dos estágios no Curso de Serviço Social.

As matrículas em Estágio Supervisionado Obrigatório e Não Obrigatório deverão ser concomitantes à supervisão acadêmica de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório em cada fase correspondente. A disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio Não Obrigatório poderá ser computada como carga horária de disciplina optativa. Por sua vez, os estágios não obrigatórios I e II serão considerados atividades extras curriculares, conforme regulamentação específica.

Para garantir as exigências do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que possui regulamentação específica para a supervisão de estágio (Resolução CFESS nº 533, de 29 de setembro de 2008), bem como da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, as Disciplinas Optativas de Supervisão de Estágio Não Obrigatório I e II deverão ter fluxo contínuo.

Ainda se destaca que, não obstante os diferentes sujeitos implicados no processo de estágio supervisionado (estudante, supervisores, instituição, campo de estágio, Conselho de Fiscalização da profissão e Unidade de Ensino), cabe a este último a maior responsabilidade pela condução e acompanhamento do estágio, considerando ser o principal agente do processo de formação profissional do futuro assistente social.

8.7 - Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) configura-se como uma exigência da formação profissional conforme Parecer CNE/CES 1.363/2001 e Resolução nº 15, de 13 de março de 2002 do MEC. As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social define o TCC, juntamente ao estágio supervisionado, como atividade indispensável e integradora do currículo, obrigatória à obtenção do diploma no nível da graduação em Serviço Social, e que

[...] deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso. (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 72).

No Curso de Serviço Social da UFSC o TCC será desenvolvido com os seguintes objetivos:

- aprofundar teoricamente questões presentes na prática profissional a partir da conjuntura política, econômica e social;
- desenvolver síntese do processo de formação profissional por meio de uma experiência de pesquisa e elaboração de monografia;
- contribuir para o desenvolvimento e a ampliação da produção científica na área do Serviço Social;
- sistematizar e produzir conhecimentos no âmbito da profissão, especialmente das linhas de pesquisa do Departamento de Serviço Social.

Na presente proposta curricular os fundamentos para a elaboração do TCC deverão se desenvolver ao longo do curso, considerando a preocupação com conteúdos teórico-

práticos voltados ao desenvolvimento da postura investigativa a ser fomentada no futuro profissional. Neste sentido, todas as disciplinas e oficinas pedagógicas previstas terão papel fundamental na construção dos conhecimentos, particularmente aquela desenvolvida concomitantemente ao estágio supervisionado obrigatório na sexta fase (Análise Institucional e Serviço Social) com a prerrogativa do conhecimento da realidade institucional e identificação de necessidades e demandas sociais.

Os fundamentos e a metodologia da pesquisa serão conteúdos desenvolvidos nas disciplinas de Introdução ao Conhecimento Científico e Serviço Social (primeira fase) e de Pesquisa em Serviço Social I e II, respectivamente nas sexta e sétima fases.

As duas últimas fases do curso contemplarão diretamente o processo de elaboração do TCC da seguinte forma:

- Oitava fase: a disciplina TCC I oportunizará ao estudante a elaboração do projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso, a apresentação e discussão dos projetos, bem como as orientações iniciais com orientadores individuais. A disciplina também prevê o trâmite junto ao Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos, quando necessário.
- Nona fase: a disciplina TCC II corresponde ao período em que o estudante deverá desenvolver sua pesquisa e redigir o Trabalho de Conclusão de Curso, com orientação individual.

O processo de elaboração do TCC será normatizado em regulamento específico.

9. Metodologia de ensino-aprendizagem e avaliação

O processo de aprendizagem tem uma dupla ancoragem: ensinar e aprender, em uma relação indissociável. A complexidade dessa relação consiste no fato de ela ser não um mero ato de transferência de conteúdos, mas um intenso processo de permanente construção realizado pelos sujeitos. Por sua vez, a proposta de formação profissional em Serviço Social solicita uma relação pedagógica que alie a normatividade curricular, no que diz respeito à apreensão de conteúdos necessários ao exercício profissional, e uma direção crítica na interpretação e reconstrução dos conhecimentos necessários ao saber-fazer profissional, na formação de um saber-pensar autônomo.

Este PPC propõe trabalhar de forma integrada e interdisciplinar suas diretrizes e pressupostos gerais, seus Núcleos de Fundamentos e conteúdos curriculares, objetivando assegurar uma sólida e crítica formação teórico-metodológica aos estudantes de Serviço Social para o desenvolvimento das competências científicas e profissionais, na intervenção nas múltiplas expressões da questão social presentes na sociedade. Deste modo, as atividades pedagógicas deverão estar em sintonia com estas características.

Para isso, é necessário superar a utilização de metodologias conservadoras e diretivas que visam ao simples processo de memorização de conteúdos e construir um caminho na direção do *apreender*, apropriar, *agarrar*, assimilar mentalmente, entender e compreender, como diz Anastasiou (1998). Para esta estudiosa, o ensino-aprendizagem supõe uma unidade dialética processual de parceria deliberada e consciente entre a ação do professor e a do estudante. Neste contexto a mediação do professor é fundamental, pois é ele que conduz o processo.

Para alcançar a consciência crítica e o conhecimento exigido, faz-se necessário aguçar a criatividade e a curiosidade do aluno, para que possa participar do processo de

ensino-aprendizagem como um sujeito ativo. Isso se faz através da problematização, do estímulo à indagação, ao pensamento e à reflexão filosófica, numa perspectiva dialética em que a visão inicial, difusa e não elaborada do aluno, pode ser superada e reelaborada numa síntese qualitativamente superior. Esta proposta de trabalho pedagógico, além de aguçar o pensamento e a ação crítica do aluno no âmbito do curso e da profissão, também contribui para o exercício da democracia no ambiente acadêmico e na sociedade, pois as práticas pedagógicas desempenham um papel importante no sentido de colocar a educação a serviço da transformação da sociedade.

No sentido mais específico da profissão de Serviço Social, essa metodologia conduz os envolvidos no processo educativo à reflexão sobre a prática profissional e à compreensão dos fundamentos e contradições inerentes a esse processo, assim como à apreensão de seus determinantes e à construção de competências e habilidades relacionadas com:

- a problematização da prática profissional desenvolvida nos diferentes contextos sócio-ocupacionais;
- a análise e/ou reflexões vivenciadas que valorizam as características pessoais e experiências dos acadêmicos em formação, da significação social dos conteúdos e da vinculação da prática pedagógica aos processos pelos quais esses se apropriam e constroem seus conhecimentos;
- a articulação com os campos de estágio, assegurando o levantamento de subsídios para a elaboração e execução de projetos de intervenção;
- os procedimentos que permitam ao profissional em formação a progressiva conquista da autodeterminação e da autonomia.

A metodologia tem papel central no processo ensino-aprendizagem, uma vez que se torna necessário criar situações que articulem teoria e prática, construindo competências a partir do conhecimento empírico fundamentado no conhecimento científico. Dessa forma, propõe-se a utilização de *metodologias ativas*, que permitem ao aluno ser sujeito de sua própria aprendizagem, como o desenvolvimento de projetos, o estudo por pesquisa, estudos de casos, reelaboração temática, estudo dirigido, mapa conceitual, exposição dialogada, elaboração de sínteses, seminários, visitas técnicas, simulações (dramatizações) e a prática supervisionada na condição de estagiário, o que favorece o contato do acadêmico com a realidade social. Para tanto, tais procedimentos poderão ser complementados com a utilização dos mais diferentes recursos didáticos como aqueles vinculados às novas tecnologias informacionais e à plataforma Moodle – apoio aos cursos presenciais (sistema disponibilizado pela UFSC), que tem como finalidade potencializar o processo de ensino-aprendizagem.

Tendo em vista o perfil do estudante do Curso de Serviço Social, já mencionado anteriormente neste PPC(item 4), cabe destacar que a monitoria, atividade prevista no artigo 84 da LDBEN (BRASIL, 2001), pode ser considerada como uma atividade estratégica na potencialização do processo de ensino-aprendizagem. A monitoria tem como uma de suas finalidades o suporte pedagógico aos estudantes da graduação com dificuldades, ao contribuir com a redução dos índices de reprovação e de evasão,cooperando para o melhor desempenho destes e conseqüentemente uma maior qualificação da formação profissional.

Outro elemento importante do processo de ensino-aprendizagem é a avaliação, pois é um requisito do processo formal do ensino brasileiro. A LDBEN prevê avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os resultados das provas finais.

A avaliação é um recurso que se estrutura com base em uma perspectiva pedagógica que permite ao professor rever e adequar as estratégias didático-pedagógicas adotadas às condições de aprendizagem dos estudantes. Ela permite conhecer os resultados da ação educativa, como também os processos de aprendizagem, a detecção de possíveis problemas, e aos estudantes permite rever sua aprendizagem e suas estratégias de envolvimento no processo.

A avaliação deve ser um processo contínuo e integrador, rompendo com a fragmentação do conhecimento e condizente com a capacidade cognitiva dos estudantes. Esta é uma postura que pretende resgatar a possibilidade de totalidade da aprendizagem, superar a fragmentação do conhecimento e sua dissociação com a autonomia, a criticidade e a criatividade que se quer do aluno. Essa é a avaliação que pretende qualificar o processo de formação.

A combinação de diferentes formas de avaliação corresponde à própria complexidade que reside no ato de avaliar o processo de ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, a nota de uma prova não é um dado absoluto, mas apenas um indicador desse processo, que pode se dar articulado com outros mecanismos (autoavaliação, debates, jornadas de estudo, seminários), de modo a combinar diversos indicadores qualitativos e quantitativos que permitam uma melhor aproximação com o esperado, tendo sempre como princípio que “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém”.(FREIRE, 1996, p. 23).

Essa base faz emergir ainda outro conceito importante ou ainda uma perspectiva, que inscreve as práticas educativas numa visão processual e contínua. Trata-se da concepção de avaliação formativa, que permite a mobilização de formas distintas de avaliação (diagnóstica, comparativa, contínua, autoavaliação) e de instrumentos de avaliação diversificados (trabalhos em grupo, exposições orais, relatórios de projetos e outros), sempre inseridos em uma visão democrática e construtiva. Nessa perspectiva, a avaliação é entendida como um dos momentos de aprendizagem e não como um instrumento de verificação do produto acumulado.

Na UFSC, o aspecto normativo da avaliação curricular está estabelecida na Resolução nº 17/CUn/97, de 30 de setembro 1997, que regulamenta o funcionamento dos cursos de graduação, tanto no que se refere a sua dinâmica política-administrativa, como às disposições curriculares (por exemplo, a Composição do Currículo e suas Alterações). O capítulo IV dessa Resolução tratado Rendimento Escolar, abarcando a frequência às aulas (comparecer, no mínimo, a 75% nas atividades da disciplina) e o aproveitamento nos estudos (conforme o Art. 72, a nota mínima de aprovação em cada disciplina é 6,0). Sobre o rendimento escolar a Resolução indica que os instrumentos de avaliação deverão ser previstos no Plano de Ensino de cada disciplina.

A metodologia de ensino-aprendizagem e avaliação da educação superior tem a função de contribuir na formação profissional para o desenvolvimento da capacidade para trabalhar com os recursos de infraestrutura, orçamentários, gerenciais, informacionais e indicadores sociais, comunicar ideias, tomar decisões, planejar, identificar e diferenciar demandas e necessidades sociais, ter iniciativa, ser criativo e ético. Tais bases favorecem a crescente autonomia intelectual, num contexto de respeito às regras da convivência democrática, possibilitando o desenvolvimento pessoal e profissional.

No Curso de Serviço Social a avaliação geral e sistemática do processo de ensino-aprendizagem será objeto de projeto específico de autorregulação do Curso, considerando indicadores quantitativos e qualitativos, sob acompanhamento de assessoria pedagógica na área.

10. Estrutura do Departamento de Serviço Social

10.1 - Infraestrutura

| Descrição | Quantidade |
|---|------------|
| Salas de aula para o curso de graduação equipadas com projetor multimídia | 12 |
| Salas de aula para o mestrado e doutorado equipadas com computador e projetor multimídia | 02 |
| Sala de secretaria da Pós-Graduação | 01 |
| Sala do coordenador da Pós-Graduação | 01 |
| Sala para a editoração científica e secretaria da <i>Revista Katálysis</i> | 01 |
| Sala de secretaria da Graduação em comum com os demais cursos do CSE | 01 |
| Salas de secretaria do Departamento, secretaria de TCC e coordenação de estágio | 03 |
| Sala chefe de Departamento de Serviço Social | 01 |
| Sala coordenador do Curso de Graduação de Serviço Social | 01 |
| Sala para o Programa de Educação Tutoria – PETSSO | 01 |
| Sala para os projetos de Serviço Social e Saúde | 01 |
| Salas para Núcleos de Pesquisa e Extensão | 06 |
| Salas para professores (2 por sala) | 12 |
| Sala de apoio para os professores substitutos | 01 |
| Sala monitoria da graduação | 01 |
| Sala de reunião | 01 |
| Miniauditório | 01 |
| Laboratórios de informática de uso comum dos 5 cursos do Centro Socioeconômico | 02 |
| Auditório de 130 lugares de uso comum dos 5 cursos do Centro Socioeconômico | 01 |
| Sala de convivência para os docentes | 01 |
| Impressora de uso comum para os setores administrativos e outra de uso comum para os docentes e Núcleos | 02 |
| Biblioteca Central e setoriais | |

10.2 - Professores e técnicos-administrativos

| Natureza do vínculo dos docentes e do corpo técnico-administrativo | Quantidade |
|---|------------|
| Professores efetivos | 22 |
| Professor efetivo cedido ao MDS/Governo Federal | 1 |
| Professores com lotação provisória | 1 |
| Professora voluntária | 1 |
| Professores substitutos em exercício em 2013.1 | 6 |
| Técnico-administrativo na Secretaria do Departamento, sendo um chefe de expediente | 02 |
| Técnico-administrativo (chefe de expediente) na Secretaria do programa de Pós-Graduação | 01 |

| | |
|--|----|
| Técnico-administrativo (chefe de expediente) na Secretaria do Curso de Graduação | 02 |
| Técnico em educação – secretaria de Estágio e TCC | 01 |
| Editora técnica da <i>Revista Katálysis</i> | 01 |

No que se refere ao quadro docente, cabe registrar que as atividades de ensino na graduação serão desenvolvidas por todos os professores efetivos vinculados ao Departamento de Serviço Social, bem como por aqueles com vínculo junto a outros Departamentos de Ensino com disciplinas previstas no Curso de Serviço Social. Das disciplinas da matriz curricular deste PPC, 63% deverão ser desenvolvidas por professores do DSS e 17% dos demais Departamentos, excetuando-se 20% da carga horária do Curso que não implica atividades em sala de aula, como os estágios e atividades complementares.

Destaca-se que a carga horária de ensino da graduação deve ser acrescida àquela destinada ao ensino da pós-graduação que envolve os Programas de Mestrado e Doutorado em Serviço Social, a Residência Multiprofissional em Saúde, além da vinculação de professores do DSS em programas de mestrado de outros cursos.

O corpo docente tem, entre suas atribuições computadas no Plano de Atividades semestral do DSS, as atividades de pesquisa e extensão que correspondem em média a 22% da carga horária.

Para a previsão do número de docentes necessários para o funcionamento do Curso, há ainda que se considerar o comprometimento da carga horária total com a gestão administrativo-pedagógica do Departamento de Serviço Social, distribuídos nos cargos de chefia (30h) e vice-chefia de Departamento (10h), coordenação (30h) e vice-coordenação de Curso de Graduação (10h), coordenação (30h) e vice-coordenação de Curso de Pós-Graduação (10h), coordenação de pesquisa do DSS (10h), coordenação de extensão do DSS (10h), coordenação de estágio do DSS (10h), coordenação de PET (10h), editoria de revista científica (6h), Colegiado de Curso de Graduação envolvendo 7 professores (1h cada um) e Núcleo Docente Estruturante composto por 6 docentes (1h cada um), correspondendo em média 16% da carga horária semestral do Plano de Atividades do DSS. Eventualmente, há carga horária atribuída aos membros com representações em Câmaras de Pesquisa, Graduação ou Extensão e instâncias da Administração Central da UFSC.

10.3 - Estrutura acadêmica e pedagógica

- **Departamento de Serviço Social (DSS)**– sendo de responsabilidade do chefe e do subchefe com mandato de 2 anos, eleitos mediante consulta ao corpos docente, discente e técnico-administrativo vinculados ao DSS (artigo 51 do Estatuto da UFSC, 2004), com as seguintes competências determinadas no artigo 28 no Regimento Geral da UFSC (1982):

- I. presidir o Colegiado do Departamento; II. exercer ou delegar ao Subchefe a Presidência de Colegiado do Curso de Graduação vinculado ao Departamento;
- III. submeter ao Conselho da Unidade as normas de funcionamento do Departamento; IV. elaborar o Plano de Aplicação de Recursos; V. elaborar o Plano de Trabalho do Departamento, distribuindo entre os membros os encargos de ensino, pesquisa e extensão; VI. submeter ao Departamento os Planos de Atividades das disciplinas elaborados pelos docentes, atendidas as diretrizes fixadas pelo Conselho Universitário; VII. propor a relotação,

admissão e afastamento dos servidores docentes e técnico-administrativos;
VIII. superintender as eleições que ocorrerem no Departamento.

- **Colegiado do Departamento de Serviço Social** – composto por todos os docentes do quadro efetivo e com representação estudantil, em média reúne-se uma vez ao mês. Suas competências estão previstas no artigo 26 no Regimento Geral da UFSC (1982):

I. elaborar as normas do seu funcionamento, atendidas as diretrizes fixadas pelo Conselho Universitário; II. eleger o Chefe e o Subchefe; III. aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos; IV. aprovar o Plano de Trabalho do Departamento; V. ministrar o ensino das disciplinas a ele pertinentes; VI. promover o desenvolvimento da pesquisa, em articulação com o ensino e a extensão; VII. apreciar a relotação, admissão ou afastamento dos servidores docentes e técnico-administrativos; VIII. promover e estimular a prestação de serviços à Comunidade, observando a orientação geral do Conselho Universitário; IX. orientar e fiscalizar todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como estágios supervisionados dos alunos no âmbito do Departamento, nos diversos níveis de estudos universitários, de acordo com as normas estabelecidas; X. examinar, decidindo em primeira instância, as questões suscitadas pelos Corpos Docente e Discente, encaminhando ao Diretor da Unidade, informados e com parecer, os assuntos cuja solução transcenda suas atribuições; XI. deliberar sobre os pedidos de afastamentos de servidores docentes e técnico-administrativos para realização de estudos no país e no exterior; XII. exercer outras atribuições previstas por Lei, Regulamento, Estatuto e Regimento da Universidade e no seu próprio Regimento.

- **Coordenação de Pesquisa**—deverá cumprir as exigências especificadas na Resolução 009/Cun/2006, que dispõe sobre a proposição, o acompanhamento e a avaliação das atividades de Pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina, e no Regimento Interno de Pesquisa do Departamento de Serviço Social, aprovado em 2011. O coordenador de Pesquisa será indicado pelo chefe de Departamento, ouvido o Colegiado do DSS, e terá até 10h semanais.

- **Coordenação de Extensão**—deverá cumprir as exigências especificadas na Resolução Normativa nº 03/Cun/09, de 8 de dezembro de 2009, que dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de Extensão na Universidade Federal de Santa Catarina. O coordenador de Extensão será indicado pelo chefe de Departamento, ouvido o Colegiado do DSS, e terá até 10h semanais.

- **Coordenação de Estágio**—é o setor de coordenação, articulação pedagógica, administração e avaliação do estágio curricular. O coordenador de Estágio será indicado pelo chefe de Departamento, ouvido o Colegiado do DSS, e terá até 10h semanais.

- **Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social**— sendo de responsabilidade do coordenador e do vice com mandato de 2 anos, eleitos mediante consulta ao corpos docente, discente e técnico-administrativo, vinculados ao DSS. Para exercer suas funções, ao coordenador são destinadas 30h semanais e ao vice-coordenador 10h semanais. As funções pedagógicas e administrativas do coordenador e do vice do Curso estão expressas no Regulamento dos Cursos de Graduação (Resolução 017/CUn/UFSC/1997):

I - Convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso, com direito a voto, inclusive o de qualidade; II - representar o Colegiado junto aos órgãos da Universidade; III - executar as deliberações do Colegiado; IV - designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo Colegiado; V - decidir, *ad referendum*, em caso de urgência, sobre matéria de competência do Colegiado; VI -

elaborar os horários de aula, ouvidos os Departamentos envolvidos; VII - orientar os alunos quanto à matrícula e integralização do Curso; VIII - indicar ao DAE, ouvidos os Departamentos envolvidos, as disciplinas que serão oferecidas à matrícula em cada período letivo; IX - analisar e decidir os pedidos de transferência e retorno; X - decidir sobre pedidos de expedição e dispensa de guia de transferência; XI - decidir sobre pedidos de complementação pedagógica e exercícios domiciliares; XII - validar disciplinas cursadas em outras instituições, obedecida a legislação pertinente; XIII - verificar o cumprimento do currículo do curso e demais exigências para a concessão de grau acadêmico aos alunos concluintes; XIV - decidir sobre pedidos de colação de grau em caráter de excepcionalidade; XV - promover a integração com os Departamentos; XVI - instaurar processo disciplinar em razão de denúncias que envolvam integrante do corpo docente, observado o disposto neste Regulamento; XVII - coordenar as atividades teórico-metodológicas do projeto pedagógico do curso, em todas as suas modalidades; XVIII - coordenar os processos de reestruturação e avaliação do currículo do curso; XIX - propor as políticas de capacitação pedagógica e coordenar as suas ações; XX - atuar como interlocutor do Curso; XXI - coordenar o levantamento bi-anual da inserção dos egressos do Curso no mercado de trabalho; XXII - promover a articulação com o Escritório de Assuntos Internacionais e a Central de Carreiras da PREG, objetivando a participação de alunos em atividades afetas as respectivas áreas de competência; XXIII - zelar pelo cumprimento e divulgação deste Regulamento junto aos alunos e professores do Curso; XXIV - delegar competência para execução de tarefas específicas; XXV - superintender as atividades da secretaria do Colegiado do Curso; XXVI - exercer outras atribuições previstas em lei, neste Regulamento ou no Regimento do Curso (Resolução 017/CUn/UFSC/1997, com a nova redação dada pela resolução nº 18/CUn/2004).

-Colegiado do Curso de Serviço Social—o Colegiado do Curso de Graduação é instituído por Portaria da Direção do Centro Socioeconômico e acompanha o mandato de dois anos do coordenador de Curso. O Colegiado do Curso de Graduação possui uma rotina de reuniões ordinárias mensais. A Resolução nº 17/CUn/UFSC/1997, no seu Art. 3º dispõe sobre as suas atribuições:

I - estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso; II - elaborar o seu regimento interno; III - elaborar, analisar e avaliar o currículo do curso e suas alterações; IV - analisar, aprovar e avaliar os planos de ensino das disciplinas do curso, propondo alterações quando necessárias; V - fixar normas para a coordenação interdisciplinar e promover a integração horizontal e vertical dos cursos, visando a garantir sua qualidade didático-pedagógica; VI - fixar o turno de funcionamento do curso; VII - fixar normas quanto à matrícula e integralização do curso, respeitando o estabelecido pela Câmara de Ensino de Graduação; VIII - deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso; IX - emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de Cursos de Graduação, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior; X - deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do Presidente do Colegiado do Curso; XI - exercer as demais atribuições conferidas por lei, neste Regulamento ou Regimento do Curso.

- Núcleo Docente Estruturante (NDE)— será responsável pela formulação, implementação, avaliação e desenvolvimento do respectivo projeto pedagógico. Com mandato de dois anos, sua composição é de docentes e deve obedecer aos seguintes critérios: integrar o Colegiado do Curso e/ou ministrar, com regularidade, aulas no curso de graduação. O NDE, de caráter consultivo, propositivo e executivo em matéria acadêmica, terá as seguintes atribuições, de acordo com a Portaria da UFSC n.º 233, de 25 de agosto de 2010:

I - elaborar o projeto pedagógico do curso definindo sua concepção e fundamentos; II - estabelecer o perfil profissional do egresso do curso; III - avaliar e atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso; IV - conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário; V - supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado

do; VI - analisar e avaliar os planos de ensino das disciplinas e sua articulação com o projeto pedagógico do curso; VII - promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico. Parágrafo único. As proposições do NDE serão submetidas à apreciação e deliberação do Colegiado do Curso.

- Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social—A coordenação administrativa do programa de pós-graduação será exercida por um coordenador e um subcoordenador, eleitos para um mandato de 2 anos, por um colégio eleitoral integrado por todos os professores permanentes do PPGSS e da representação discente. O Art. 11 do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado e Doutorado (2011) indica as competências do coordenador do Programa de Pós-Graduação:

I – convocar e presidir as reuniões dos colegiados;II – elaborar as programações dos cursos, respeitado o calendário escolar, submetendo-as à aprovação do colegiado;III – preparar o plano de aplicação de recursos do programa, submetendo-o à aprovação do colegiado;IV – elaborar os relatórios anuais de atividades acadêmicas e de aplicação de recursos, submetendo-os à apreciação do colegiado pleno;V – submeter à aprovação do colegiado os nomes dos professores que integrarão:a) a comissão de seleção para admissão de alunos no programa;b) a comissão de bolsas do programa;c) as comissões examinadoras de trabalhos de qualificação e de conclusão, conforme sugestão dos orientadores;VI – estabelecer, em consonância com os departamentos envolvidos, a distribuição das atividades didáticas do programa;VII – definir, em conjunto com os chefes de departamentos e os coordenadores dos cursos de graduação, as disciplinas que poderão contar com a participação dos alunos de pós-graduação matriculados na disciplina “Estágio de Docência” e os professores responsáveis pelas disciplinas; VIII – aprovar o plano de trabalho de cada aluno que solicitar matrícula na disciplina “Estágio de Docência”, observado o disposto na resolução da Câmara de Pós-Graduação que regulamenta a matéria; IX – decidir, em casos de urgência e inexistindo *quorum* para deliberação *ad referendum* do colegiado, ao qual a decisão será submetida dentro de trinta dias;X – articular-se com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação para acompanhamento, execução e avaliação das atividades do programa;XI – coordenar todas as atividades do programa sob sua responsabilidade;
XII – representar o programa, interna e externamente à Universidade, nas situações relativas à sua competência;XIII – delegar competência para execução de tarefas específicas;XIV – zelar pelo cumprimento deste regimento e do regulamento geral da Pós-Graduação da UFSC.Parágrafo único. Nos casos previstos no inciso IX, persistindo a inexistência de *quorum* para nova reunião, convocada com a mesma finalidade, será o ato considerado ratificado.

- Colegiado de Pós-Graduação em Serviço Social—A coordenação didática do Programa de Pós-Graduação caberá ao Colegiado Pleno do PPGSS e terá a seguinte composição: o coordenador, como presidente, e o subcoordenador, como vice-presidente; todos os professores do quadro permanente do PPGSS;a representação discente, na proporção de 1/5 dos membros docentes do Colegiado Pleno e o Chefe do Departamento de Serviço Social. O artigo 8ºdo Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado e Doutorado (2011) estabelece as competências do Colegiado Pleno do Programa de Pós-Graduação:

I – aprovar o regimento do programa e as suas alterações, submetendo-os à homologação da Câmara de Pós-Graduação;
II – estabelecer as diretrizes gerais do programa;
III – aprovar as alterações nos currículos dos cursos, submetendo-as à homologação da Câmara de Pós-Graduação;

- IV – eleger o coordenador e o subcoordenador, observado o disposto neste regimento do programa;
- V – alterar e aprovar, quando necessário, os novos critérios específicos para credenciamento e credenciamento de docentes, observado o disposto na Resolução Normativa da Pós-Graduação da UFSC, submetendo-os à homologação da Câmara de Pós-Graduação;
- VI – aprovar o credenciamento inicial e o credenciamento de docentes para homologação pela Câmara de Pós-Graduação cumprindo os termos da resolução vigente;
- VII – aprovar as indicações dos coorientadores de trabalhos de conclusão de curso encaminhadas pelos orientadores;
- VIII – decidir nos casos de pedidos de declinação de orientação e substituição de orientador;
- IX – aprovar as comissões examinadoras de trabalhos de qualificação e de conclusão;
- X – decidir sobre a aceitação de créditos obtidos em outros cursos de pós-graduação, observado o disposto neste Regimento e Resolução Normativa da Pós-Graduação da UFSC;
- XI – decidir sobre pedidos de prorrogação de prazo de conclusão de curso, observado o disposto na da Pós-Graduação da UFSC;
- XII – aprovar o plano de trabalho de cada aluno que solicitar matrícula na disciplina “Estágio de Docência”, observado o disposto na resolução da Câmara de Pós-Graduação que regulamenta a matéria;
- XIII – aprovar a programação periódica dos cursos proposta pelo coordenador, observado o calendário escolar da Universidade;
- XIV – deliberar sobre processos de transferência e desligamento de alunos;
- XV – julgar, em grau de recurso, as decisões do coordenador, a ser interposto no prazo de dez dias a contar da ciência da decisão recorrida;
- XVI – manifestar-se, sempre que convocado, sobre questões de interesse da pós-graduação *stricto sensu*;
- XVII – apreciar os relatórios anuais de atividades acadêmicas e de aplicação de recursos;
- XVIII – estabelecer os critérios de alocação de bolsas atribuídas ao programa, observadas as regras das agências de fomento;
- XIX – aprovar o plano de aplicação de recursos do programa apresentado pelo coordenador;
- XX – aprovar a proposta de edital de seleção de alunos apresentada por comissão estabelecida para tal fim;
- XXI – aprovar as comissões de bolsa e de seleção para admissão de alunos no programa;
- XXII – apreciar, em grau de recurso, as decisões da comissão de bolsas;
- XXIII – aprovar a criação, extinção ou alteração de áreas de concentração, submetendo-as à homologação da Câmara de Pós-Graduação;
- XXIV – propor as medidas necessárias à integração da pós-graduação com o ensino de graduação;
- XXV – propor convênios de interesse do programa, observados os trâmites processuais da Universidade;
- XXVI – deliberar sobre as decisões *ad referendum* tomadas pelo coordenador;
- XXVII - deliberar sobre outras questões acadêmicas previstas neste Regimento e da Pós-Graduação da UFSC;
- XXVIII – zelar pelo cumprimento deste regimento e do regulamento geral da Pós-Graduação da UFSC.

11. Articulação Graduação-Pós-Graduação e Ensino-Pesquisa-Extensão

Parte-se do pressuposto de que a realidade social é o fundamento da formação como também da intervenção profissional do assistente social, o que requer uma formação interdisciplinar e uma organização e funcionamento do Curso que se pautem pela intrínseca

articulação entre graduação e pós-graduação e entre os conteúdos acadêmicos com as atividades de pesquisa e extensão.

No decorrer dos anos, pôde-se constatar que a Pós-Graduação em Serviço Social da UFSC revelou imenso potencial na qualificação do projeto ético-político e na formação continuada dos profissionais da região, assim como do projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação. A inserção dos professores do Curso de Graduação também na Pós-Graduação e vice-versa revela a importância concedida à pesquisa e, sobretudo, os esforços direcionados para a garantia da indissociabilidade entre conhecimento e intervenção. O desafio maior está na construção do conhecimento comprometido com as necessidades e demandas sociais, econômicas e políticas de nosso tempo histórico, assim como com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Pensar e concretizar esta indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão na graduação e pós-graduação significa conceber a universidade como produtora de conhecimentos e, através do ensino e da extensão, torná-los acessíveis à formação de profissionais e, desta forma, à própria sociedade. A articulação do ensino e da pesquisa com a extensão aponta para um processo de formação contextualizada, ou seja, que Universidade e o Curso respondam às demandas sociais e institucionais num processo pedagógico no campo do ensino, da extensão e da produção de conhecimentos. Quando o processo de aprendizagem passa a basear-se no conhecimento teórico acumulado sobre a sociedade, na observação, sistematização e investigação das manifestações e expressões da questão social, no diálogo e na interação com a realidade, para compreendê-la e transformá-la, acontece também uma qualificação das práticas pedagógicas.

Entre o programa de pós-graduação e a graduação a articulação tem ocorrido de diferentes formas: revisão conjunta do Projeto Pedagógico da graduação e da pós-graduação; realização de eventos comuns; reafirmação de que todos os professores da pós-graduação ministrem aulas na graduação; participação dos estudantes de graduação nas atividades dos Núcleos de Estudos e Pesquisas vinculados aos programas de iniciação científica com financiamento externo das agências de fomento (PIBIC/CNPq, PIBIC) que agregam professores e discentes da pós-graduação e graduação; participação de estudantes da pós-graduação nas atividades preconizadas nos Estágios Docência²²; exposição dos discentes da pós-graduação de seus temas de estudo e atividades em sala de aula e extraclasse na graduação; participação de mestrandos em bancas de TCC, gerando oportunidade de troca e aprendizagem para ambos os níveis de formação.

Esta interação tem por objetivo a construção de mecanismos de formação dos estudantes e a qualificação do processo de ensino-aprendizagem, quebra das possíveis resistências e barreiras existentes entre os dois níveis de formação, por meio de uma convivência acadêmica e política democrática e autônoma. Para que isto ocorra, as

²²O Estágio Docência implantado em 2002, conforme normas regimentais da UFSC e Capes, apontou para a perspectiva de complementação da formação pedagógica dos pós-graduandos e consequente qualificação para a docência. Dentre o conjunto de atividades que podem ser desenvolvidas (ministrar aulas teóricas e práticas; participação em avaliação parcial de conteúdos programáticos, teóricos e práticos; aplicação de métodos ou técnicas pedagógicas, grupos de estudos), seu objetivo principal é favorecer a integração entre o ensino de graduação e o de pós-graduação. O Estágio Docência integra o plano curricular como disciplina optativa (embora para os alunos bolsistas seja obrigatória), devendo o discente acompanhar disciplinas do curso de graduação referentes à sua área de estudo, ministradas por seus orientadores ou por outros professores pertencentes ao grupo de professores permanentes. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social tem buscado monitorar e qualificar a inserção de seus alunos. Para tanto, o discente em Estágio Docência deve apresentar no início do semestre o plano de trabalho e no final do semestre o relatório final das atividades chancelados pelo orientador.

atividades de pesquisa e extensão devem estar planejadas de forma a proporcionar experiências didático-pedagógicas que fortaleçam e qualifiquem o ensino tanto na graduação como na pós-graduação.

O registro de um número expressivo de recém-graduados que são aprovados no processo seletivo do mestrado pode ser considerado como indicador do impacto desse processo de interação entre os cursos de graduação e pós-graduação. Desta forma, a política se mantém como diretriz deste PPC, pois a experiência já acumulada pela relação foi significativa no que se refere ao processo de formação dos estudantes. A articulação entre a graduação e a pós-graduação se constitui em um importante e permanente desafio de qualificação do processo de formação, que permite também ampliar os horizontes da produção científica no âmbito do Serviço Social e da própria Universidade.

11.1 - Pesquisa e extensão

As atividades de pesquisa do DSS são desenvolvidas por professores, pesquisadores, técnicos-administrativos e estudantes de graduação e pós-graduação preferencialmente vinculados a grupos de pesquisa departamentais, interdepartamentais ou interinstitucionais, conforme Regimento Interno de Pesquisa do DSS, aprovado em Colegiado de Departamento em 6/9/2011. Os projetos de pesquisa no DSS envolvem todos os professores efetivos, com participação de estudantes da graduação e da pós-graduação com bolsas de iniciação científica PIBIC e Bolsa Permanência, e eventualmente professores substitutos como voluntários. Os projetos de pesquisa podem ter durabilidade de até 5 anos e, conforme critérios das Resoluções nº 009/CUn/2006 e nº 024/CUn/2009 e do Regimento Interno do DSS, os professores podem fazer constar no seu PAAD de 10 a 20 horas semanais de pesquisa. Também os projetos de pesquisa precisam ser cadastrados no sistema interno (*on line*) da UFSC, aprovados pelos respectivos coordenadores de pesquisa e homologados no Colegiado do DSS, assim como seus relatórios finais.

As ações de extensão universitária na UFSC têm como objetivos especialmente otimizar as relações de intercâmbio entre a Universidade e a sociedade em relação aos objetivos da Instituição e propiciar mecanismos para que as pessoas, as instituições utilizem o conhecimento existente na realização de suas atividades, estimular a troca de saberes entre a Universidade e a sociedade, avaliar as contribuições da Universidade para o desenvolvimento da sociedade, facilitar e melhorar a articulação do ensino e da pesquisa com as necessidades da sociedade e preservar e proteger o conhecimento produzido pela sociedade. As ações de extensão podem ser de forma individual ou coletiva, envolvendo docentes, discentes e técnicos-administrativos, e ser realizadas na Universidade ou fora dela. Caracterizam-se como ações de extensão universitária os seguintes tipos de atividades: a) coordenação ou participação em projetos de extensão; b) organização ou participação em eventos técnico-científicos, culturais, artísticos, esportivos e outros que tenham como finalidade criar condições para que a sociedade tenha possibilidade de deles usufruir; c) prestação de serviços à sociedade mediante atendimento direto ou indireto, tais como assessorias, consultorias e perícias; d) coordenação, ministração ou participação em cursos de atualização científica, cultural, artística, esportiva e outros que possam constituir instrumentos para maior acesso ao conhecimento, realizada de forma presencial,

semipresencial ou a distância; e) organização, edição, revisão ou apresentação de resultados decorrentes das ações empreendidas para difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica; f) participação em bancas de concurso ou de formação acadêmica; e g) revisão de artigos e livros (Resolução Normativa nº 03/CUn/09, que dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na UFSC).

Algumas atividades de extensão, por terem caráter eventual, não são registradas com horas no Plano Individual de Atividades Docentes (PAAD). Os Projetos de Extensão que possuem horas no PAAD e que apresentam um caráter sistemático de ação normalmente envolvem estudantes, docentes, comunidade e instituições públicas, movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs). As atividades de caráter eventual e as sistemáticas são reconhecidas institucionalmente no sistema interno (*on line*) de Registro de Atividades de Extensão da UFSC e aprovadas pelos respectivos coordenadores de extensão, homologadas pelo Colegiado do Departamento, assim como seus relatórios finais.

Quadro 1– Relação dos Núcleos e Grupos de Estudos e Pesquisas do DSS, por ano de fundação, linhas de pesquisa e extensão

| Denominação | Ano de fundação | Linhas de pesquisa e extensão |
|---|------------------------|---|
| NESSOP - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular | 1992 | Associativismo civil e de trabalhadores Cultura e política Serviço social e processos político-organizativos |
| NECAD - Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família | 1995 | Criança, adolescente e família: políticas sociais e intervenção profissional Educação, cidadania e direitos Família: violência familiar e regulação pública |
| NESPP - Núcleo de Estudos e Pesquisas Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social | 1995 | Direitos, proteção Social e fronteiras Estado, sociedade civil e seguridade social Questão social, desigualdade e pobreza |
| NUSSERGE - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social e Relações de Gênero | 2000 | Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – mulheres trabalhadoras rurais Gênero, gerações e redes de sociabilidade – processos de constituição de identidades Indicadores de equidade de gênero nas políticas públicas Movimentos socioculturais e políticas de gênero Violência intrafamiliar |
| NEPPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Profissões e Instituições | 2002 | Profissões, cultura e processos sociopolíticos no campo judiciário Profissões, instituições e espaço social Risco, biopolítica, cultura e sociedade: o papel do saber científico-técnico e das profissões no campo da saúde |
| NETeG - Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero | 2006 | Questão social, trabalho e emancipação humana Trabalho, gênero e Serviço Social Trabalho, ontologia e Serviço Social |
| MOSCOPSS - Grupo de Pesquisa: Movimentos Sociais Contemporâneos, Políticas | 2008 | Movimentos sociais Movimentos sociais, formação e exercício profissional |

| | | |
|--|------|--|
| Sociais Setoriais e Serviço Social | | Movimentos sociais, políticas sociais setoriais (política urbana, cultura, raça/etnia e gênero, outras) |
| GEPS - Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social | 2010 | Exercício profissional na contemporaneidade Processos pedagógicos da formação profissional |
| Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Política Social na América Latina | 2011 | Direitos, sociedade civil e políticas sociais na América Latina: questão social, trabalho e emancipação humana |
| OLA - Observatório Latino-Americano (Interdepartamental) vinculado ao Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) | 2004 | Estudos latino-americanos |

Fonte: Base de dados: Grupos de Pesquisa do CNPq – Sistematizada pela professora Vera Herweg Westphal e atualizada em 27/5/2012.

11.2 - Programas e projetos especiais que envolvem ensino, pesquisa e extensão

11.2.1 - Programa de Educação Tutorial - PET

O PET tem como objetivo, entre outros, a formulação de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no País, contribuindo para a redução da evasão escolar. As atividades do grupo devem ser orientadas pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ainda, as atividades devem produzir e socializar conhecimento para todos os atores envolvidos (bolsistas, comunidade acadêmica e comunidade externa), fortalecendo e desencadeando os consequentes processos de empoderamento e emancipação social. Desta forma, as atividades contemplam todas estas três áreas da formação acadêmica, de forma equilibrada, contribuindo para a reflexão e autonomia intelectual do estudante. Os estudantes de Serviço Social têm oportunidade de participar nesta conjuntura de Programas de Educação Tutorial: o PET próprio do curso, o PET Conexões de Saberes e o PET Saúde.

a) PET do Curso de Graduação em Serviço Social

O Programa de Educação Tutorial (PET) vinculado ao Curso de Graduação desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão com 11 bolsistas de iniciação científica, visando ao aprimoramento da formação acadêmica com uma tutoria exercida por professor do Departamento de Serviço Social.

b) PET/Conexões de Saberes

O PET/Conexões de Saberes está voltado a estudantes oriundos de comunidades populares e orientado também para os seguintes objetivos: ampliar a relação entre a universidade e os moradores de espaços populares, assim como com suas instituições; aprofundar a formação dos jovens universitários de origem popular como pesquisadores e extensionistas, visando a sua intervenção qualificada em diferentes espaços sociais, em particular, na universidade e em comunidades populares; e estimular a formação de novas lideranças capazes de articular

competência acadêmica com compromisso social. A UFSC tem dois PET/Conexões na modalidade *comunidades urbanas* e uma *comunidade do campo*. Os dois grupos da primeira modalidade contam com estudantes de graduação em Serviço Social. As principais atividades desenvolvidas por estes dois grupos são: a) apoio pedagógico aos estudantes: aulas de produção textual e redação, bioquímica, física, inglês, matemática, química e palestras de orientação dos estudos; b) atividades em articulação com os projetos desenvolvidos pela Comissão de Acompanhamento das Ações Afirmativas da UFSC; c) capacitação em línguas estrangeiras, em parceria com o Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras da UFSC; d) capacitação em metodologia científica, em parceria com a equipe da Biblioteca Universitária da UFSC; e) capacitação em ferramentas informáticas e capacitação em técnicas de pesquisa social; f) participação no projeto de extensão “O direito a ter direitos”; g) grupos de estudos sobre ações afirmativas, cultura popular, epistemologia e extensão universitária. Este PET está vinculado diretamente à PROGRAD e à PROPESQ, portanto pode participar estudante de qualquer curso da UFSC.

11.2.2 - Projetos multiprofissionais da área da saúde

Na sua história o Curso de Serviço Social tem entre suas marcas o forte envolvimento em projetos multiprofissionais da área da saúde, sobretudo a partir dos anos de 1990, quando da regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS), pois a necessidade premente desta política social universal, inédita na história brasileira, é formar profissionais que tenham perfil para atuar no SUS, sobretudo na atenção primária em saúde.

As atividades e projetos multiprofissionais da saúde de que o Serviço Social participa são os seguintes:

a) Rede Docente Assistencial (RDA) – é resultado de um convênio, que vem se renovando a cada 5 anos, entre a UFSC e a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis. A RDA foi criada no ano de 1989 e tem entre seus objetivos promover a integração ensino e serviço, profissionais com perfil para atuar no SUS e desenvolver práticas de ensino, pesquisa e extensão interdisciplinares no espaço da academia e nas Unidades de Saúde. Ao longo destes anos avaliamos que esta parceria foi fundamental para a formação dos estudantes de Serviço Social. Algumas vezes esta parceria ficou prejudicada pela falta do profissional de Serviço Social na Atenção Primária de Florianópolis. A RDA tem um colegiado formado por representantes dos diferentes cursos da área da saúde da UFSC (Medicina, Enfermagem, Nutrição, Odontologia, Farmácia, Psicologia, Educação Física, Serviço Social e Fonoaudiologia), representantes dos gestores e profissionais da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Florianópolis, representantes dos discentes e do Hospital Universitário. Suas reuniões são mensais, e no Curso de Serviço Social é o coordenador que o representa. A RDA é a instância que aprova e acompanha todos os projetos de integração ensino e serviço entre a UFSC e a SMS/Florianópolis. A RDA atualmente abriga vários projetos: estágios em várias modalidades, disciplinas de ensino da prática e de processos de trabalho, atividades de visitas e observação orientadas pelas disciplinas curriculares Residência Multiprofissional em Saúde da Família, Pró-Saúde, PET Saúde da Família, PET Saúde Mental, PET Vigilância em Saúde, UNASUS, TELESAÚDE, entre outros;

b) Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) – com incentivo financeiro do Ministério da Saúde prioritariamente para os cursos de graduação adequarem seu projeto pedagógico às diretrizes curriculares dos cursos da área da

saúde desde 2007. Ao integrar este projeto, a partir de 2008, com o Pró-Saúde II, o principal objetivo do Curso de Serviço Social foi realizar a revisão curricular. Apesar de estarem em estágios diferentes, os oito cursos da área da saúde da UFSC estão neste caminho de adequarem seus currículos para formar profissionais com perfil para atuar no SUS e por isto semestralmente têm realizado atividades em conjunto (oficinas, seminários) para fazer troca de experiências dos processos de revisão curricular, debater sobre metodologia e avaliação do ensino. Estas atividades têm contado com a presença de discentes, de gestores e profissionais da SMS/Florianópolis. A partir de 2012 o Pró-Saúde tem enfatizado a realização de diferentes atividades para fortalecer a formação para o SUS com base na integração ensino-serviço, sobretudo na atenção básica. O PET Saúde, que de 2008 a 2011 foi projeto financiado pelo Ministério da Saúde de forma independente, a partir de 2012 passa a ser integrado ao Pró-Saúde. Estes projetos funcionam em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis e estão envolvidos oito Cursos de Graduação: Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Serviço Social. Os estudantes estão distribuídos em 32 Centros de Saúde da SMS/Florianópolis e desenvolvem, com tutoria acadêmica e preceptoria do serviço, atividades de ensino, pesquisa e extensão, respeitando as necessidades de saúde de cada território. Do Serviço Social a presença dos estudantes neste semestre tem oscilado entre 12 e 15 acadêmicos. A grande maioria recebe Bolsa do PET Saúde da Família e PET Saúde Mental, e os demais são contemplados com Bolsa Permanência. Para as atividades com os estudantes de Serviço Social ficaram definidos os seguintes objetivos: a) proporcionar ao estudante a oportunidade de complementar sua formação profissional com a participação em atividades extraclasse contínuas no semestre letivo e que se relacionem diretamente à atenção básica em saúde; b) oportunizar a vivência de ensino, pesquisa e extensão em equipes multiprofissionais em saúde; e c) conhecer a particularidade do trabalho do assistente social na atenção básica.

c) Residência Multiprofissional em Saúde da Família – iniciou-se em 2002 a primeira turma de residentes, com convênio do Ministério da Saúde. O objetivo da Residência é formar profissionais de saúde, através da educação em serviço, para o desempenho de suas atividades no Sistema Único de Saúde, tendo por base o modelo assistencial da Estratégia de Saúde da Família. Integram a Residência Multiprofissional em Saúde da Família os cursos de Enfermagem, Odontologia, Nutrição, Farmácia, Serviço Social, Psicologia e Educação Física e o Departamento de Saúde Pública. Este curso já formou cinco turmas de ingressantes em 2002, 2004, 2007, 2008 e 2010, e estão em curso os ingressantes de 2011 e de 2012. Ingressaram em março de 2012 e março de 2013 novas turmas de residentes da Saúde da Família. Dos formados até 2012, oito são profissionais de Serviço Social. É a partir da inserção do Serviço Social na Residência Multiprofissional em Saúde da Família que a profissão se insere na atenção básica em saúde do município de Florianópolis. Vale destacar que só a partir de 2011 a carga horária do docente na Residência passou a ser reconhecida na UFSC; até então eventualmente era computada como carga horária de extensão, mas sobretudo a nossa participação neste Programa foi realizada como uma militância dos docentes envolvidos.

d) Residência Multiprofissional em Saúde/HU – este programa iniciou-se em 2010 com 12 residentes de seis áreas da saúde; em 2011 o número de bolsas para residentes ingressantes passou para 21; em 2012 para 24 bolsas e 2013 para 30. Este Curso de Residência faz parte do Projeto de Reestruturação dos Hospitais Universitários de Ensino, numa parceria do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde, sendo as bolsas para os estudantes agora pagas pelo MEC. O Curso possui três áreas de formação: urgência e

emergência, alta complexidade e materno infantil, esta última iniciada em 2013. E o Serviço Social em 2010 iniciou com uma residente na área de urgência e emergência, e em 2011 e 2012 com uma vaga para urgência e emergência e duas vagas novas para alta complexidade, respectivamente. Em 2013, houve uma vaga para urgência e emergência, três vagas na alta complexidade e duas vagas na materno infantil. Os objetivos para área do Serviço Social são: a) formar assistentes sociais, por meio da educação em serviço, para atuar em equipe multiprofissional na atenção de urgência e alta complexidade fundamentadas nos princípios e diretrizes propostos pelo SUS; b) proporcionar a atuação em equipes multiprofissionais nas especialidades de urgência e alta complexidade através de programa interno de treinamento em serviço na perspectiva de um trabalho interdisciplinar; e c) aprimorar a qualidade da assistência prestada aos usuários do SUS, através da atuação conjunta dos residentes, professores, preceptores e profissionais das diversas áreas.

e) Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde (COREMU)—os Cursos de Residência Multiprofissional em Saúde e em área profissional da saúde da UFSC são coordenados por uma COREMU, vinculada ao Centro de Ciências da Saúde, possuindo as seguintes competências: a) acompanhar a elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Residência, bem como sua revisão periódica; b) realizar processo de credenciamento e reconhecimento de tutores e preceptores para atuação nos Cursos de Residência, conforme critérios definidos por instrução normativa; c) aprovar os editais dos processos seletivos dos Cursos de Residência Multiprofissional; d) acompanhar o processo de seleção dos candidatos a residentes dos Cursos de Residência Multiprofissional ou em Áreas Profissionais da Saúde; e) solicitar a emissão de Certificado de Conclusão do Curso de Residência para os residentes que cumprirem as exigências do Curso, conforme Regimento de cada curso; f) elaborar os critérios de avaliação dos cursos, pautados na indicação da Comissão Nacional de Residências Multiprofissionais em Saúde.

12. Políticas de ações afirmativas

“O termo *Ação Afirmativa* refere-se a um conjunto de políticas públicas para proteger minorias e grupos que, em uma determinada sociedade, tenham sido discriminados no passado. A ação afirmativa visa remover barreiras, formais e informais, que impeçam o acesso de certos grupos ao mercado de trabalho, universidades e posições de liderança. Em termos práticos, as ações afirmativas incentivam as organizações a agir positivamente a fim de favorecer pessoas de segmentos sociais discriminados a terem oportunidade de ascender a postos de comando. Nessa perspectiva, a sub-representação de minorias, em instituições e posições de maior prestígio e poder na sociedade pode ser considerada um reflexo de discriminação. Portanto, visa-se, por um período provisório, a criação de incentivos aos grupos minoritários, que busquem o equilíbrio entre os percentuais de cada minoria na população em geral e os percentuais dessas mesmas minorias na composição dos grupos de poder nas diversas instituições que fazem parte da sociedade.” (OLIVEN, 2007).

O debate sobre ações afirmativas, como forma de discriminação positiva, tem, pois, um caráter internacional, transcendendo as fronteiras nacionais. No Brasil temos um *racismo cordial* que encobre uma forte discriminação social. Somos uma sociedade visceralmente desigual, desde a nossa origem. E os debates sobre as ações afirmativas aqui são do início dos anos de 1990, e nas universidades, especialmente, dos anos 2000.

A política de ações afirmativas nas universidades brasileiras representa um significativo marco na efetivação de uma política de inclusão sócio-étnico-racial ao ensino superior, isto é, a reserva de vagas (cotas) às populações indígena e negra, bem como à população de baixa renda (estudantes oriundos de escola pública) nos cursos existentes, como medida que reconhece e combate a desigualdade racial e de renda no Brasil. O desenvolvimento de mecanismos de acesso vem acompanhado de política de permanência destes grupos sociais, de modo que tenham condições de realizar seus estudos.

Na UFSC o Programa de Ações Afirmativas (PAA) é regulamentado pela Resolução Normativa nº 008/CUN/2007, de 10/07/2007. De acordo com o art. 6º da referida resolução, serão destinados 30% (trinta por cento) das vagas do vestibular, em cada curso, distribuídas entre candidatos que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino (20%, vinte por cento); e entre os candidatos autodeclarados negros (10%, dez por cento) que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas de ensino. De acordo com o art. 9º, para a implementação do acesso dos candidatos pertencentes aos povos indígenas, serão criadas 5 (cinco) vagas suplementares que serão preenchidas pelos candidatos mais bemclassificados no vestibular. As vagas pertencentes aos povos indígenas serão criadas especificamente para este fim nos cursos em que houver candidatos aprovados, observado o limite de 2 (duas) vagas por curso.

A Resolução acima também prevê medidas de acompanhamento como apoio acadêmico e econômico para a permanência do aluno na Universidade; ampliação de vagas nos cursos de graduação; criação de cursos de graduação noturnos, e acompanhamento da inserção socioprofissional dos estudantes egressos integrantes do Programa de Ações Afirmativas. Do mesmo modo, na UFSC foi criada uma Comissão, designada pelo Reitor, formada por servidores (docentes e técnico-administrativos efetivos da Universidade) e representantes discentes indicados pelo DCE, com a atribuição de avaliar e propor medidas relativas ao Programa de Ações Afirmativas.

Além das ações, a UFSC oferece uma série de serviços para que os discentes ingressantes consigam permanecer na universidade e concluir seus cursos.

O Programa Bolsa Permanência, criado pela Resolução Normativa nº 015/CUn/UFSC/2007, é um programa de caráter social que visa propiciar auxílio financeiro aos alunos dos Cursos de Graduação, classificados como em situação de carência socioeconômica, para a sua permanência na Universidade. A concessão da Bolsa ocorrerá mediante a alocação do aluno em um projeto de pesquisa, ensino ou extensão vinculado a sua área de formação e poderá ocorrer em órgãos acadêmicos ou administrativos da Universidade que tenham os seus projetos de pesquisa, ensino ou extensão selecionados para este fim²³.

Outra ação da UFSC com vistas à permanência e qualificação da formação de seus discentes é o apoio pedagógico por meio das Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD), de Pós-Graduação (PROPG), de Pesquisa (PROPESQ), de Extensão (PROEX) e de Assuntos Estudantis (PRAE). Destaca-se nessa atividade o Programa de Apoio Pedagógico, em que se oferecem aulas extracurriculares de nivelamento e de reforço para estudantes com dificuldades de aprendizagem. A UFSC também dispõe de um programa de relacionamento entre es-

²³ Desde 2008 a Coordenação de Serviço Social emite anualmente uma Portaria constituindo uma Comissão do Programa Bolsa Permanência, que é integrada por dois docentes e um discente titulares, com seus respectivos suplentes. Esta Comissão, sob abrigo da Coordenação de Curso, se dedica à avaliação dos projetos enviados e à seleção dos que se adequam aos seus critérios. Os projetos aprovados em seu caráter pedagógico de ensino, pesquisa e extensão são remetidos à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, que aloca os alunos após avaliação socioeconômica.

tudantes de graduação e pós-graduação, em que os estudantes de mestrado e doutorado participam do Programa de Apoio Pedagógico e, para isso, recebem bolsa. Outra modalidade de apoio pedagógico aos estudantes é a possibilidade de cursar línguas estrangeiras, programa em parceria com o Departamento de Língua e Literatura Estrangeiras (DLLE) do Centro de Comunicação e Expressão (CCE/UFSC).

No rol de serviços e ações para permanência dos estudantes ainda constam:

- **auxílios financeiros**, destinados a atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de arte e cultura. Consistem na concessão de pagamento de benefícios para aquisição de instrumentais e de materiais específicos, necessários para a realização das atividades previstas nos Planos de Ensino das Disciplinas ou dos Projetos de Pesquisa, de Extensão e de Arte e Cultura. Preferencialmente, são oferecidos aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica. A solicitação pode atender as seguintes demandas: solicitação para serviços gráficos; compra de materiais de alto custo para o curso de graduação (material odontológico, etc.); compra de materiais que influenciem o desempenho do estudante (óculos, etc.);
- **serviço de atenção em psicologia**, que tem por objetivo atender ao estudante em situação de risco psicossocial – vulnerável a resultados negativos no seu desenvolvimento e no alcance de seus objetivos pelo enfrentamento de obstáculos individuais ou ambientais – através de ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde, também em articulação com as demais estruturas universitárias;
- **assistência à saúde**, no Hospital Universitário, onde existe o Serviço de Atendimento à Saúde da Comunidade Universitária, no qual os estudantes podem ser atendidos;
- **moradia estudantil**, vinculada à PRAE e amparada através da Resolução do CUN nº 006/2003, situada na rua Desembargador Vitor Lima, nº 700, bairro Carvoeira, que disponibiliza 154 vagas para estudantes, dos sexos masculino e feminino, que estão cursando a Graduação, com dificuldades financeiras de estudar em uma universidade pública. Visa atender estudantes com vulnerabilidade social regularmente matriculados nos Cursos de Graduação presencial da UFSC, oriundos de outros municípios. A seleção para entrada de novos estudantes é efetuada pela Coordenadoria de Serviço Social a cada semestre e o critério para o ingresso é o cadastro socioeconômico. Os moradores estrangeiros que ocupam as vagas destinadas a intercâmbio são encaminhados pela SINTER, sendo doze oriundos do MERCOSUL (seis por semestre) e seis africanos que vêm à UFSC para cursos de verão e ocupam essas vagas nos meses de janeiro e fevereiro;
- **auxílio-creche** é um benefício concedido aos estudantes com intuito de estimular sua permanência na Universidade. Para solicitá-lo, o estudante precisa: ser aluno(a) de graduação presencial da UFSC, regularmente matriculado(a) e frequentando curso; possuir guarda e responsabilidade legal de crianças com idade de zero a 6 (seis) anos de idade; ter situação de vulnerabilidade socioeconômica devidamente aprovada pela Coordenadoria de Serviço Social/PRAE e não receber outro tipo de auxílio-creche. Atualmente, esse auxílio é concedido a até 50 (cinquenta) estudantes, apresenta vigência semestral e seu valor está fixado em R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais);
- **Restaurante Universitário**, em que os estudantes com cadastro socioeconômico aprovado pela Coordenadoria de Serviço Social podem requerer isenção de alimentação. Os demais estudantes, servidores e docente possuem subsidiado o custo de sua alimentação no Restaurante Universitário;
- **apoio à informática**, através do Laboratório de Apoio à Informática (LabUFSC), vinculado à Coordenadoria de Apoio à Integração Estudantil (CAIE), que disponibiliza aos estudantes

computadores para que possam realizar suas pesquisas e demais atividades acadêmicas. Atualmente, o laboratório contém cadastrados em seu banco 47.685 estudantes, registrando o acesso diário de 1.500 estudantes nos dias úteis;

- **auxílio a eventos**, em que a diretoria de Assuntos Estudantis auxilia os estudantes com a concessão de bolsas e passagens para apresentação de trabalhos em eventos científicos. Sua atuação ocorre em três vertentes principais: contratação de ônibus, concessão de bolsa e concessão de passagem;

- **acessibilidade**, aspecto em a UFSC atua em várias direções. Na Secretaria de Planejamento formou-se o Comitê de Acessibilidade, que tem como objetivo fazer estudo avaliativo das Condições de Acessibilidade e Mobilidade dos *Campi* da UFSC para identificar as barreiras existentes à acessibilidade espacial, promovendo a equiparação de oportunidades e a melhoria das condições de independência, conforto e segurança para todos os usuários na realização de atividades fins. Na Biblioteca Universitária (BU) está estruturado o Ambiente de Acessibilidade Informacional(AAI), que é um ambiente/serviço que trabalha na disponibilização de informação em formatos acessíveis. Atende a Comunidade Universitária nas demandas informacionais de pessoas com deficiência e disponibiliza à comunidade espaços de estudo e equipamentos adequados (computadores com softwares de leitura, lupas, micro system, máquina de escrever em braille, scanner, TV, entre outros). Está localizado no piso térreo da BU, vinculado ao serviço de Referência.

O piso podotátil leva até o local. O Ambiente de Acessibilidade Informacional oferece os seguintes serviços: orientação aos usuários no uso adequado das fontes de informação e recursos tecnológicos; acervo Braille, digital acessível e falado; leituras e digitalização de material didático; empréstimo de materiais tais como lupas, CDs, DVDs, notebooks, etc.; disponibilização de computadores, com softwares específicos para os usuários; espaços de estudo; impressão (em braille, texto em fonte maior para baixa visão, etc.) e cópias ampliadas; assessoramento às coordenações de cursos e professores com estudantes portadores de deficiência.

No Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSC de 2010 a 2014 consta que, para os próximos cinco anos, as metas a serem buscadas para fortalecer os programas de acompanhamento de desempenhos estudantes ingressantes pelas ações afirmativas e de estímulo à permanência são os seguintes: ampliar os programas de apoio psicológico ao estudante; orientar nas situações de saúde mental; fortalecer o Programa Bolsa Permanência; conceder apoio para material escolar de alto custo; manter subsídios do Restaurante Universitário, da Moradia Estudantil e do Programa de Auxílio-Moradia; fortalecer o apoio financeiro aos estudantes de graduação e pós-graduação; socializar as informações necessárias para a permanência do estudante na UFSC; cadastrar estudantes com interesse em ministrar aulas particulares; oferecer bolsas para a realização de curso extracurricular de Línguas Estrangeiras; oferecer disciplinas pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas na área de orientação profissional e planejamento de carreira para todos os estudantes da UFSC.

Tradicionalmente, o Curso de Serviço Social é formado por estudantes provenientes dos estratos médio e baixo de renda, com insatisfatório acesso à leitura, espaços de cultura e lazer, e que fazem parte de uma população historicamente discriminada, resultante de um processo de produção de desigualdades socioeconômica e étnico-racial. Nesse sentido, aliado ao PAA, o combate a esse somatório de discriminação pode começar com a introdução de bibliografias e metodologias pedagógicas que contribuam para fomentar a inserção do estudante na universidade para reconhecimento de direito junto a uma formação

que aglutine sua situação de classe como condição para ampliar sua inserção enquanto sujeito de seu processo educativo.

13. Avaliação institucional com discentes em geral e formandos

O capítulo do Projeto Pedagógico Institucional, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFSC, apresenta as políticas, objetivos e metas para as atividades de ensino, pesquisa e extensão do quadriênio 2010-2014. O PDI esclarece que, junto à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), o Departamento de Apoio Pedagógico e Avaliação coordena as atividades de atualização didático-pedagógica aos docentes e assessora os cursos de graduação nas atividades relacionadas aos processos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O PDI reorienta o Programa de Autoavaliação Institucional (PAAI), para atender às orientações e aos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. O PAAI tem o propósito de ser contínuo e de promover uma cultura de avaliação subjacente às estruturas e ações da Instituição. É gerador de autoconhecimento institucional, amplifica o engajamento profissional, fundamenta a emissão de juízos de valor e articula ações de melhoria. Neste sentido, o PAAI deve ser um processo contínuo e dinâmico, com a participação dos diversos segmentos da Instituição – estudantes de graduação e de pós-graduação, servidores técnico-administrativos, professores e gestores – e representantes da sociedade civil organizada. Esse programa tem como objetivo geral realizar a autoavaliação institucional, com base nos princípios do SINAES, visando à melhoria contínua das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão da Instituição.

Seguindo as diretrizes do PDI, a UFSC em 2010 retomou as avaliações discentes. A avaliação discente é um componente do SINAES. A gestão 2009-2012, em especial a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, resolveu implantá-la de forma oficial e geral, em todos os cursos de graduação. Não tem como objetivo apenas seguir um preceito legal, mas ser um importante instrumento pedagógico. Os objetivos são vários: saber o que os estudantes pensam dos professores, das condições de estudo, da estrutura da universidade (espaço físico, equipamentos, salas de aula), do apoio extraclasse, das unidades de apoio, como a BU (número suficiente ou não de livros, atendimento, etc.) e obter também informações dos estudantes sobre seu próprio desempenho e expectativas. O formulário também contempla assuntos pessoais que têm conexão com a aprendizagem: se trabalham, quantas horas trabalham por semana, quantas horas por semana dedicam aos estudos, se encontram dificuldades na aprendizagem e a que as atribuem, etc. De posse desses dados, os coordenadores, chefes de departamentos e colegiados (de departamento, de curso, NDE) poderão implementar mudanças referentes a currículo, horários, didática, atitudes, etc.

14. Plano de implantação e acompanhamento do Curso

14.1- Dimensionamento da carga horária e necessidades de professores

Quadro 2 – Dimensionamento da carga horária e necessidade de professor na matriz do PPC de 2013, com carga horária semanal de 8 h/a distribuídas entre os turnos diurno e noturno

| Conteúdos e Atividades Pedagógicas | Carga horária | | % | Nº de professores com 8h/a semanais | Nº de turmas |
|--|---------------|--------------|------------|-------------------------------------|--------------|
| | Mat. | Not. | | | |
| Disciplinas Obrigatórias DSS | 1.548 | 1.548 | 42,1 | 21,5 | 43 |
| Disciplinas Obrigatórias outros cursos | 432 | 432 | 12,0 | - | - |
| Disciplinas Optativas (DSS e/ou outros cursos) | 288 | 288 | 7,8 | 2 | 4 |
| Estágio Curricular Obrigatório | 612 | 612 | 16,5 | - | - |
| Supervisão Estágio Curricular Obrigatório | 216 | 216 | 5,8 | 12* | 12 |
| Atividades Complementares | 108 | 108 | 2,9 | - | - |
| Oficinas | 288 | 288 | 7,7 | 8 | 8 |
| TCC | 108 | 108 | 2,9 | Orientação individual | |
| Total | 3.600 | 3.600 | 100 | 43,5 | 43 |

(*) As disciplinas de Supervisão de Estágio Obrigatório I, II e III, pelo seu caráter teórico-prático, serão desdobradas em duas turmas por turno.

Quadro 3 – Dimensionamento da carga horária da Pós-Graduação em Serviço Social

| Discip. Semestre | Obrigatórias de todas as linhas | Obrigatórias por linhas de pesquisa | Optativas de todas as linhas | Optativas por linha | Total Semestre |
|------------------|---|---|--|-------------------------|----------------|
| 1º Semestre | Fundamentos da Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social I (4h/a) | | | Optativa Linha 1 (2h/a) | 14 h/a |
| | Tendência Teórico-Metodológica do Serviço Social na Contemporaneidade (4h/a) | | | Optativa Linha 2 (2h/a) | |
| | | | | Optativa Linha 3 (2h/a) | |
| 2º Semestre | | A Política Social no Capitalismo: Gênese e Desenvolvimento (4h/a) | Fundamentos da Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social II (2h) | Optativa Linha 1 (2h/a) | 24 h/a |
| | | Ética, Direitos Humanos e Serviço Social (4h/a) | Seminário de Tese e Dissertação (2h) | Optativa Linha 2 (2h/a) | |
| | | Trabalho e Teoria do Valor em Marx (4h/a) | | Optativa Linha 3 (2h/a) | |

Quadro 4 – Dimensionamento da carga horária administrativa na Graduação e na Pós-Graduação em Serviço Social

| Função | Carga horária semanal | Carga de ensino no PAAD |
|-----------------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Chefe de Departamento | 30 | 4h |
| Coordenador de Curso de Graduação | 30 | 4h |
| Coordenador Pós-Graduação | 30 | 4h |
| Total | 90 | 12h |

Quadro 5 – Síntese do dimensionamento da carga horária da Graduação, Pós-Graduação e Administração do Departamento de Serviço Social

| Natureza | Nº de professores com 8h/a semanais²⁴ |
|-------------------------|---|
| Graduação (dois turnos) | 43,5 |
| Pós-Graduação | 3 |
| Administrativa | 1,5 |
| Total | 48 |

Os quadros acima dimensionam a necessidade de professores para implantação deste Projeto Pedagógico, incluindo as necessidades da Pós-Graduação e atividades administrativas, tendo em vista que todas são desenvolvidas pelo mesmo corpo docente.

14.2 - Cronograma de implantação e substituição de fases do currículo 1999.1

Quadro 5 – Implantação do novo currículo e substituição de fases do currículo 1999.1 por semestre

| Implantação novo currículo/Substituição fases currículo 1999.1 | Período de Implantação/Semestres Letivos | | | | | | | | |
|--|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| | 2013.2 | 2014.1 | 2014.2 | 2015.1 | 2015.2 | 2016.1 | 2016.2 | 2017.1 | 2017.2 |
| Primeira fase | | | | | | | | | |
| Segunda fase | | | | | | | | | |
| Terceira fase | | | | | | | | | |
| Quarta fase | | | | | | | | | |
| Quinta fase | | | | | | | | | |
| Sexta fase | | | | | | | | | |
| Sétima fase | | | | | | | | | |
| Oitava fase | | | | | | | | | |
| Nona fase | | | | | | | | | |

14.3 - Acompanhamento e avaliação do processo de implantação do currículo

O início da implantação deste Projeto Pedagógico está previsto para o segundo semestre letivo de 2013 (2013.2), com respectivo monitoramento do processo. Ao final de cada semestre serão avaliadas as possíveis necessidades de adequações em sua estrutura,

²⁴Resolução nº 053/CEPE/9531 de agosto de 1995 – Estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior para fins de elaboração do Plano de Atividades do Departamento. Art. 3º - Para o cômputo da carga de ensino do docente, no Plano de Atividades do Departamento (PAAD), serão utilizados os seguintes critérios: III - a orientação e a supervisão de estágios curriculares de curso de graduação corresponderão a 01 (uma) hora-aula por semana e por aluno; IV - até 01 (uma) hora por semana e por aluno, nas orientações de monografias em cursos de especialização e nos trabalhos de conclusão de curso de graduação, excluídos os benefícios previstos no inciso II deste artigo; § 3º - A atribuição de horas-aula prevista no inciso IV deste artigo ficará limitada a 01 (um) semestre letivo por orientando.

pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social, ouvidos professores e estudantes da fase. A principal referência para a avaliação desse processo será o presente Projeto Pedagógico, considerando conteúdo programático desenvolvido, metodologia e didática, adequação de recursos e infraestrutura.

A implantação ocorrerá de modo processual, fase a fase, em substituição gradativa ao currículo de 1999.1, conforme cronograma.

14.4 - Recursos necessários

Os principais recursos previstos para a implantação da nova matriz curricular serão aqueles disponíveis pelo Departamento de Serviço Social, que detém a maior carga horária na matriz curricular aqui proposta, o que já mencionado no item 10 deste PPC.

Especialmente no que se refere ao corpo docente do Departamento de Serviço Social, cabe destacar que haverá necessidade de uma ampliação significativa, já que para a implantação integral do currículo serão necessários 37 (trinta e sete) professores e que em 2012.2 encontravam-se apenas 22 (vinte e dois) professores efetivos vinculados ao Departamento de Serviço Social, sendo dois destes alocados, temporária e respectivamente, na Administração Central da UFSC e junto ao Governo Federal no Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS).

Esta situação de defasagem entre o corpo docente necessário à implantação do novo currículo e o disponível não é resultado somente da ampliação da carga horária desta nova proposta curricular que é prevista em lei, mas também de uma discrepância histórica que se acumula desde a implantação do Currículo do Curso de Serviço Social de 1999.1, ocorrida concomitantemente à oferta do curso no período noturno (que praticamente dobrou o número de estudantes matriculados) e à criação do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, sem a devida e necessária ampliação do corpo docente. Ressalte-se que a demanda da carga horária docente prevista *versus* o número de professores efetivos disponíveis não considera que, em 2013.1, parte da carga horária de 13 (treze) professores é compartilhada com o Programa de Pós-Graduação mencionado, o que reduz ainda mais a disponibilidade destes para o Curso de Graduação.

Haverá ainda a necessidade de ampliação do número de salas de aula, considerando que o Curso será acrescido de uma fase, além das turmas que serão desdobradas, como é o caso das disciplinas de caráter teórico-prático: Oficinas Pedagógicas e Supervisão de Estágio.

14.5 - Formação permanente

Para além dos recursos materiais, a implantação da nova matriz curricular requer a capacitação continuada para docentes e servidores técnico-administrativos. Para tanto, propõe-se a elaboração de programa específico para este fim, em que sejam atribuídos critérios para a adoção das alternativas já disponíveis na própria Universidade, como a licença de capacitação para docentes e o sistema de capacitação do servidor técnico-administrativo, devidamente aprovados nas instâncias colegiadas do Departamento e Curso de Serviço Social.

Um programa de formação continuada para os docentes deve prever também treinamentos, capacitações, atualizações, não somente em conteúdos específicos da área do Serviço Social, mas também e especialmente naqueles relativos à metodologia do ensino superior, didática e avaliação.

REFERÊNCIAS

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política nacional de estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, DF: ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/PNE_ABEPSS_FINAL.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2013.

_____. **O ensino do trabalho profissional**: desafio para a afirmação das diretrizes curriculares e do projeto ético-político, relatório da oficina regional. Florianópolis, 2004.

ABESS/CEDEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL. Proposta básica para o projeto de formação profissional (nov. 1995). **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 143-171, 1996.

_____. Diretrizes gerais para o curso de serviço social. **Caderno ABESS**, São Paulo, p.58-76, 1997. Edição especial.

AMARAL, D. P.; OLIVEIRA, F. B. O PROUNI. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 70-73, 2011.

ANASTASIOU, L. das G. C. **Metodologia do ensino superior**. Curitiba: Ibpex, 1998.

ANASTASIOU, L. das G. C.; ALVES, L. P. **Processo de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville: Univille, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

BORON, A. A. A trama do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILE, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. **Balanco de governo 2003-2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.balancodegoverno.presidencia.gov.br/>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

BRAVO, M. I.; MENEZES, J. A política de saúde no governo Lula: algumas reflexões. In: BRAVO, M. I.; D'ACRI, V.; MARTINS, J. B. (Org.). **Movimentos sociais, saúde e trabalho**. Rio de Janeiro: ENSP/Fiocruz, 2010. p. 45-69.

BURIOLLA, Marta Alice F. **Supervisão em serviço social**: o supervisor, suas relações e seus papéis. São Paulo: Cortez, 1994.

CALDERÓN, A. I.; POLTRONIERI, H.; BORGES, R. M. Os *rankings* na educação superior brasileira: políticas de governo ou de Estado? **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 813-826, out./dez. 2011.

- CARDOSO, F. G. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. **Temporalis**, Brasília, DF, n. 2, 2000.
- _____. A pesquisa na formação profissional do assistente social: algumas exigências e desafios. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 8, p. 27-32, nov. 1998.
- CARDOSO, Isabel Cristina da Costa et al. Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate. **Caderno ABESS**, São Paulo, p.15-57, 1997. Edição especial.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. Avaliação da universidade: legitimação e lógica mercantil. **Temporalis**, Brasília, DF, p.5-13, 2001. Suplemento.
- CARTAXO, Ana Maria Baima; CABRAL, Maria do Socorro Reis. A reforma do ensino superior brasileiro e o seu impacto na formação e no exercício profissional do assistente social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DAS ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL, 2002. **Anais...** Montpellier, França, jul. 2002.
- CASSAB, Maria Aparecida Tardin. Avaliação institucional dos cursos de serviço social: a posição da ABEPSS. **Temporalis**, Brasília, DF, p.61-66, 2001. Suplemento.
- CASTRO, Alba Tereza Barroso de Castro. Estudantes de cotas: um convite à reflexão. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, n. 5, nov. 2006. Disponível em: <2006http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1020/800>. Acesso em: 8 jan. 2013.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade hoje. **Praga, Estudos Marxistas**, São Paulo, p. 23-32, 1998.
- COMPARATO, F. Réquiem para uma constituição. In: LESBAUPIN, I. (Org.). **O desmonte da nação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 15-24.
- CORTIZO, Maria Del Carmen (Coord.). **Pesquisa do estudante de serviço social da UFSC/2010/1**. Florianópolis: Programa de Educação Tutorial/Curso Serviço Social/UFSC, 2010.
- COUTO, B. R. **Odireito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- DIAS, E. F. Democrático e popular? **Outubro**, São Paulo, Instituto de Estados Socialistas, n. 8, p. 7-26, 2003.
- FIORI, José Luis. As palavras e as coisas. In: _____. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 23-31.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GERBER, Luiza Maria Lorenzini. **A formação dos assistentes sociais em Santa Catarina: um estudo sobre o primeiro curso de serviço social do estado (1958-1983)**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2009.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HORODYNSKI-MATSUSHIGUE, L. B. Ensino a distância e Universidade Aberta do Brasil: mitos a serem desfeitos. **Revista PUC Viva**, São Paulo, n. 35, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/79-33-ensino-a-distancia-agosto-de-2009>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

_____. A contrarreforma do ensino na conjuntura do PNE. In: SEMINÁRIO REGIONAL DA ABEPSS, Florianópolis, 22 set. 2011.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Reforma do ensino superior e serviço social. **Temporalis**, Brasília, DF, n. 1, p.35-79, jan./jun. 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O serviço social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 15-50.

KOIKE, Maria Marieta dos Santos. Formação profissional em serviço social: exigências atuais. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 201-219.

_____. Jubileu de ouro. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 7, p.7-14, 1997. Edição especial.

_____. Padrões de qualidade para autorização e reconhecimento de cursos de graduação em serviço social. **Caderno ABESS**, São Paulo, p. 93-111.

KOIKE, Maria Marieta dos Santos; JORGE, Maria Rachel Tolosa; WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Caracterização da área de serviço social. **Caderno ABESS**, São Paulo, p.77-92, 1997. Edição especial.

KONDER, Leandro. **Sobre o amor**. São Paulo: Boitempo, 2007.

KRÜGER, T. R.; SAMPAIO, S. S. **O período de vínculo formal dos alunos, perfil dos egressos e ingressantes do curso de serviço social da UFSC**. Florianópolis: UFSC/DSS, jul. 2010. Relatório de pesquisa.

KRÜGER, T. R.; SCHAPPO, S.; SILVA, S. **O perfil dos egressos do curso de serviço social da UFSC**. Florianópolis: UFSC/DSS, 2011. Relatório parcial do projeto de pesquisa.

LINS, H. N. Descentralização do Estado: discutindo o planejamento e a promoção do desenvolvimento com dimensão espacial. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, n. 28, p. 71-101, fev. 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo. O Brasil e a dimensão econômico-social do governo Lula: resultados e perspectivas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 35-43, jun. 2007.

MASETTO, Marcos. **Didática: a aula como centro**. São Paulo: FTD, 1994.

MATTEI, Lauro. Gênese e agenda do “Novo desenvolvimentismo brasileiro”. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA (AKB), 4., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, ago. 2011.

- MENICUCCI, Telma. A política de saúde no governo Lula. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 522-532, 2011.
- MIOTO, Regina Célia T.; LIMA, Telma Cristina S. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 8, n.1, p. 22-48, jan./jun. 2009.
- MIOTO, Regina Célia T.; NOGUEIRA, Vera Maria R. O projeto de ensino do trabalho profissional no currículo do curso de serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina: um panorama sobre a construção da proposta. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE SERVIÇO SOCIAL, 2003, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2003, v. 1. p. 200-208.
- MITJAVILA, Mirian (Coord.). **Relatório de pesquisa: análise parcial dos dados do perfil do estudante do curso de serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis: Programa de Educação Tutorial/Curso Serviço Social/UFSC, 2005.
- MOTA, A. E.; AMARAL, A.S.; PERUZZO, J. F. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A. E. (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Ed. da UFPE, 2010. p. 35-67.
- NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p.87-132, abr. 1996.
- _____. Reforma do Estado e impactos no ensino superior. **Temporalis**, Brasília, DF, n. 1, p.11-33, jan./ jun. 2000.
- _____. A conjuntura brasileira: o serviço social posto à prova. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 79, p. 5-26, 2004.
- _____. A construção do projeto ético-político do serviço social. **Serviço Social & Saúde**, São Paulo, 2006.
- OLIVEN, A. C. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, Porto Alegre, ano 30, n. 1, v. 61, p. 29-51, jan./abr. 2007.
- PALHARINI, Francisco de Assis. Retrospectiva da avaliação institucional: o PAUIB em Questão. **Temporalis**, Brasília, DF, p.15-28, 2001. Suplemento.
- PEREIRA, L. C. B. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismo de controle. **Cadernos MARE da Reforma do Estado**, Brasília, DF, v. 1, 1997.
- PIMENTA, Selma Garrido. **Questões sobre a organização do trabalho na escola**. São Paulo: FDE, 1993. p. 78-83. (Série Idéias). Disponível em: <<<http://www.varzeagrande.mt.gov.br/sitepmvg/control/Anexos/100e3a62a59b5bad3942a28df3151327.pdf>>>. Acesso em: 1 maio 2012.
- SAMPAIO, Simone Sobral et al. **O período de vínculo formal dos estudantes: perfil dos egressos e ingressantes do curso de serviço social da UFSC**. Florianópolis: DSS/UFSC, 2010.
- SERRA, Rose. Alterações no mundo do trabalho e repercussões no mercado profissional do Serviço Social. **Trabalho e Reprodução**, São Paulo, 2001.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Formação profissional do assistente social**. São Paulo: Cortez, 1984.

SOARES, Laura Tavares. O Estado brasileiro e as políticas de saúde. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001. p.45-57.

SOARES, R. C. Contrarreforma na política de saúde e prática profissional do serviço social nos anos 2000. In: MOTA, A. E. (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Ed. da UFPE, 2010. p. 337-379.

TAVARES, M. G.; OLIVEIRA, M. A. A.; SEIFFERT, O. M. Avaliação da educação superior na Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação: ênfases e tendências. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 71, p. 233-258, abr./jun. 2011.

UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Serviço social em revista**: publicação comemorativa dos 50 anos do curso. Florianópolis: DSS/UFSC, 2009.

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. Tradução Luiz Fernando Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

VERCHAI, Jacson Kachan. **As condições de trabalho das assistentes sociais da prefeitura municipal de Florianópolis**: o caso do programa de orientação e apoio sócio familiar. Trabalho de Conclusão de Curso –Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

VIEIRA, P. et al. Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no estado de Santa Catarina. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 14, p. 335-380, abr. 2009.

XAVIER, A.; MANFROI, M. V. Tendências do mercado de trabalho dos assistentes sociais em Santa Catarina: questões para o debate. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, São Luiz. **Anais...**, São Luiz, 2011.

Legislação e documentos consultados

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 abr. 2007. Seção 1, p. 7.

_____. Lei nº 11.653, de 7 abril de 2008. Dispõe sobre o Plano plurianual para o período 2008/2011. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 abr. 2008. Seção 1, p. 5.

_____. Lei nº 11.788 de 25/09/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a [...] e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Seção 1, p. 3.

_____. Lei de diretrizes e bases da educação nacional (1996). **LDB diretrizes e bases da educação nacional**: lei n.9.394, de 1996, que estabelece as diretrizes... 2. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, 2001. 102p.

_____. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (2005-2010)**. Brasília, DF, dez. 2004. Dispo-

nível em: <<http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/PNPG.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2008-2011**: projeto de lei. Brasília, DF, 2007.

_____. Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jul. 2001. Seção 1, p. 50.

_____. Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002. Estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2002. Seção 1, p. 33.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Resumo técnico**: censo da educação superior 2009. Brasília, DF: MEC/INEP, 2010.

_____. **Censo da educação superior**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2011.

UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Estatuto da UFSC**. Florianópolis: UFSC, 2002.

_____. _____. Florianópolis: UFSC, 2004.

_____. **Plano de desenvolvimento institucional 2010-2014**. Florianópolis: UFSC, 2009.

_____. Portaria nº 233, de 25 de agosto de 2010.

_____. Curso Graduação Serviço Social. **Currículo do curso de serviço social**. Florianópolis: DSS/UFSC, 1989. Datilografado.

_____. Curso Graduação Serviço Social. **Estrutura curricular do curso de serviço social**. Florianópolis: DSS/UFSC, 1999.

_____. Curso Graduação Serviço Social. **O curso de serviço social da UFSC em sintonia com seu tempo**: reflexões sobre o projeto político pedagógico: matriz curricular de 1999. Florianópolis: DSS/UFSC, 2008.

_____. Curso Graduação Serviço Social. **Projeto pedagógico do curso de graduação em serviço social, versão preliminar**. Florianópolis: DSS/UFSC, 2006.

_____. Curso Graduação Serviço Social. **Projeto pedagógico do curso de graduação em serviço social**. Florianópolis: DSS/UFSC, 2007. Aprovado em 13 nov. 2007 pelo Colegiado do Departamento de Serviço Social, UFSC.

_____. Curso Graduação Serviço Social. **Projeto político pedagógico 1999, revisado em 2007**. Florianópolis: DSS/UFSC, 2007.

_____. Curso Graduação Serviço Social. **Questionário de avaliação da implementação das diretrizes curriculares/2006**. ABEPSS – ref. Curso Serviço Social UFSC. Florianópolis: DSS/UFSC, 2006.

_____. Curso Graduação Serviço Social. **Relatório da avaliação do processo de implementação do projeto político pedagógico do curso de serviço social**: disciplinas. Florianópolis: DSS/UFSC, 2005.

_____. Curso Graduação Serviço Social. **Relatório da semana acadêmica do curso de serviço social**: o curso de serviço social no atual momento de formação. Florianópolis: DSS/UFSC, 2005.

_____. Curso Graduação Serviço Social. **Relatórios das comissões didático-pedagógicas**: 2007 a 2008. Florianópolis: DSS/UFSC.

_____. Curso Graduação Serviço Social. **Relatório das oficinas de avaliação da implementação das diretrizes curriculares/2006**. ABEPSS – ref. Curso Serviço Social UFSC. Florianópolis: DSS/UFSC, 2006.

_____. Curso Graduação Serviço Social. **Relatórios de reuniões do fórum permanente de debate político acadêmico do curso de serviço social da UFSC, 2003**. Florianópolis: DSS/UFSC, 2003.

_____. Curso Graduação Serviço Social. **Regimento interno do programa de pós-graduação em serviço social**: mestrado e doutorado. Florianópolis: DSS/UFSC, 2011.

_____. **Regimento geral**. Florianópolis: UFSC, 1982.

_____. Resolução nº 17/CUn/1997. Regulamento dos Cursos de Graduação com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 7/CUn/1998, 10/CUn/2000 e 8/CUn/2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUADRO DE EQUIVALÊNCIAS

| Currículo 2013.2 | | | | Currículo 1999.1 | | |
|------------------|----------|--|-----|------------------|---|-----|
| Fase | Código | Disciplina | CH | Código | Disciplina | CH |
| 1ª | HST 7105 | Formação Sócio-Histórica do Brasil | 72 | HST 5222 | História Geral do Brasil | 36 |
| | SPO 7104 | Introdução à Teoria Sociológica | 72 | SPO 5150 | Teoria Sociológica | 72 |
| | DSS 7107 | Introdução ao Conhecimento Científico e Serviço Social | 72 | DSS 5605 | Serviço Social e Realidade Social | 36 |
| | DSS 7101 | Serviço Social e Realidade Social I | 72 | DSS 5110 | Introdução ao Serviço Social | 72 |
| | DSS 7103 | Oficina Introdução à Vida Acadêmica | 72 | | | |
| 2ª | DSS 7102 | Serviço Social e Realidade Social II | 72 | DSS 5101 | Serviço Social e Acumulação Capitalista no Brasil | 72 |
| | DSS 7150 | Psicologia Social | 72 | PSI 5122 | Psicologia I | 72 |
| | SPO 5236 | Ciência Política | 72 | SPO 5236 | Ciência Política | 72 |
| | DSS 7104 | Oficina Serviço Social e Produção Textual | 72 | | | |
| 3ª | DSS 7110 | FHTM SS I | 72 | DSS 5125 | S. Social e Pensamento Contemporâneo | 72 |
| | DSS 7120 | Serviço Social, Direito e Cidadania | 72 | DIR 5973 | Direito e Cidadania | 72 |
| | DSS 7114 | Classes Sociais e Movimentos Sociais | 72 | DSS 5135 | SS: Movimentos Sociais e Conselhos de Direito | 72 |
| | ANT7100 | Antropologia Social I | 72 | ANT 5315 | Antropologia Social I | 72 |
| | DSS 7113 | Serviço Social e Economia Política | 72 | CNM 5124 | Economia Política | 36 |
| 4ª | DSS 7111 | FHTM SS II | 72 | DSS 5130 | SS: Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos | 72 |
| | FIL 7100 | Introdução à Ética | 72 | FIL 5195 | Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência | 54 |
| | DSS 7121 | Política Social | 72 | DSS 5123 | S. Social e Política Social: Modelos de Proteção Social | 72 |
| | DSS 7115 | Método Crítico Dialético | 72 | | | |
| | DSS 7105 | Oficina Preparação ao Estágio | 72 | | Introdução a Processo de Trabalho no Serviço Social | 36 |
| 5ª | DSS 7112 | FHTM SS III | 72 | | | |
| | DSS 7117 | Ética Profissional do Serviço Social | 72 | DSS 5321 | Ética Profissional do Serviço Social | 72 |
| | DSS 7118 | Instrumentalidade e Competências Profissionais em Serviço Social | 72 | DSS 5167 | Proc. de Trab. no SS em Instituições e Organizações | 72 |
| | DSS 7122 | Serviço Social e Previdência Social | 72 | DSS 5145 | SS e Seguridade Social: Previdência Social | 72 |
| 6ª | DSS 7123 | Serviço Social e Assistência Social | 72 | DSS 5148 | SS e Seguridade Social: Assistência Social | 72 |
| | DSS 7125 | Pesquisa em Serviço Social I | 72 | DSS 5146 | Pesquisa em Serviço Social | 72 |
| | DSS 7131 | Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I | 72 | DSS 5126 | Superv. Pedag. de Estágio Curricular Obrigatório I | 36 |
| | DSS 7141 | Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório I | 216 | DSS5631 | Estágio Curricular Obrigatório I | 306 |
| | DSS 7106 | Oficina Análise Institucional e Serviço Social | 72 | DSS 5136 | SS: Instituições e Organizações | 72 |
| 7ª | DSS 7126 | Pesquisa em Serviço Social II | 72 | | | |
| | DSS 7127 | Gestão e Planejamento em Serviço Social I | 72 | DSS 5332 | Administração em Serviço Social | 72 |
| | DSS 7124 | Serviço Social e Saúde | 72 | DSS 5144 | SS e Seguridade Social: Saúde | 72 |
| | DSS 7132 | Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório II | 72 | DSS 5127 | Superv. Pedag. de Estágio Curricular Obrigatório II | 36 |
| | DSS 7142 | Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório II | 216 | DSS5632 | Estágio Curricular Obrigatório II | 144 |
| 8ª | DSS 7128 | Gestão e Planejamento em Serviço Social II | 72 | DSS 5333 | Planejamento em Serviço Social | 72 |
| | DSS 7133 | Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III | 72 | | | |
| | DSS 7143 | Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório III | 180 | | | |
| | DSS 7151 | Trabalho de Conclusão de Curso I | 36 | | | |
| 9ª | DSS 7153 | Serviço Social e Desafios Profissionais Contemporâneos | 72 | | | |
| | DSS 7152 | Trabalho de Conclusão de Curso II | 108 | DSS5330 | Trabalho de Conclusão de Curso | 72 |

**APÊNDICE B –PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS COM
EMENTA, OBJETIVOS, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E REFERÊNCIAS**

1ª Fase

1 Identificação

Disciplina: Serviço Social e Realidade Social I

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 1ª

2 Ementa

A construção social da realidade. Elementos da análise de conjuntura. Realidade social catarinense. O processo constitutivo da profissão. Institucionalização da profissão e divisão social do trabalho.

3 Objetivos

3.1 Geral

Possibilitar ao estudante o conhecimento crítico e sensível da conjuntura, das expressões da realidade social catarinense e brasileira, das demandas e dos espaços sócio-ocupacionais de atuação do assistente social.

3.2 Específicos

- Suscitar a reflexão sobre a realidade social nos meios de comunicação social.
- Realizar leitura crítica de notícias veiculadas na mídia, identificando as formas de expressão da notícia e o cotejamento de sua manifestação no cotidiano.
- Propiciar ao estudante o conhecimento dos elementos constitutivos da análise de conjuntura.
- Caracterizar os espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social na contemporaneidade.
- Aproximar o(a) estudante da realidade social e profissional no estado de Santa Catarina.

4 Conteúdo Programático

Unidade I– A Construção Social da Realidade

- Realidade, ideologia e sociabilidade.
- Elementos constitutivos da análise de conjuntura: cenários, sujeitos, acontecimentos, correlação de forças, relação estrutura-conjuntura.
- Comunicação de massa, opinião pública e formas de falseamento.
- Exercícios de análise de temas conjunturais: com elaboração de textos a partir das produções da mídia, de observações da realidade, visitas técnicas e outros.

Unidade II – O Processo Constitutivo da Profissão

- Prática social e prática profissional.
- Institucionalização da profissão e divisão social do trabalho.
- Conhecimento dos espaços de atuação do assistente social nas políticas sociais de assistência social, saúde, criança e adolescente, idoso, habitação, sociojurídico e nos espaços de organização comunitária, movimentos sociais e terceiro setor.

Unidade III – Realidade Social Catarinense

- Conhecimento empírico da realidade local e regional.
- Realidade catarinense e os meios de comunicação social.
- Indicadores sociais catarinenses: IBGE, IDH, IDM.
- Santa Catarina: história e conjuntura.

5 Metodologia

Nesta disciplina, a análise de conjuntura deve ser um conteúdo transversal ao longo das atividades do semestre. Também, ainda que não seja oficina, indicam-se para a condução desta disciplina as seguintes estratégias:

- palestras e relatos de experiências com convidados;
- visitas técnicas, vistas de observação e viagens de estudo;
- leitura e discussão de textos, jornais, revistas, internet, consulta a fontes dirigidas;
- realização de trabalhos individuais ou em grupo;
- debate em classe;
- projeção de filmes e documentários com debates;
- socialização das produções textuais dos estudantes em blog, mural, etc.

6 Referências Básicas

DUARTE JUNIOR, João Francisco. **O que é realidade**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Ática, 1986. 188 p.

MATTEI, Lauro Francisco; LINS, Hoyêdo Nunes. **A socioeconomia catarinense**: cenários e perspectivas no início do século XXI. Chapecó: Argos, 2010. 420 p.

SOUZA, Herbert de. **Como se faz análise de conjuntura**. 31. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social**: direitos e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-141.

_____. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social**: direitos e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 145-163.

7 Referências Complementares

AMARAL, Roberto. Imprensa e controle da opinião pública: informação e representação no mundo globalizado. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e poder**. Brasília, DF: Ed. da UnB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BAVARESCO, P. R. **Ciclos econômicos regionais**: modernização e empobrecimento no extremo oeste catarinense. Chapecó: Argus, 2011.

BELATO, Dinarte. A análise de conjuntura. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 2, n. 8, p. 9-13, out./dez. 1987.

CÂMARA, Antônio da Silva. Imprensa e movimento dos sem-terra: interpretação, revelação e ocultação dos fatos. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr16.shtml>>. Acesso em: 1 ago. 2011.

GOULARTI FILHO, Alcides F. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ideologia**. 8. ed. São Paulo: Global, 1994.

PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. Florianópolis como espaço público. In: _____ (Org.). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

1 Identificação

Disciplina: Introdução ao Conhecimento Científico e Serviço Social

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 1ª

2 Ementa

Senso comum, conhecimento científico e ideologia. O processo de construção do conhecimento científico. Metodologia do trabalho científico. A dimensão investigativa do Serviço Social. O Serviço Social como área de conhecimento.

3 Objetivos

3.1 Geral

Introduzir a discussão sobre o conhecimento científico, sua relação com as ciências sociais, a pesquisa como intervenção social e a importância da pesquisa para o Serviço Social.

3.2 Específicos

- Oferecer a discussão sobre o conhecimento científico e sua relação com as ciências sociais.
- Despertar e desenvolver no estudante a capacidade para formular e problematizar a realidade social a partir da pesquisa científica.
- Estimular a formação do espírito científico e a reflexão crítica que conduzam à atitude de sujeito ativo no processo de construção do conhecimento.

4 Conteúdo Programático

Unidade I– A Construção do Conhecimento Científico

- Senso comum, ciência, conhecimento e ideologia.
- A construção do conhecimento científico e os diversos ramos das ciências.
- A ciência na contemporaneidade e a produção de conhecimentos na universidade.

Unidade II– Metodologia e Normas do Trabalho Científico

- Estudo, leitura e produção de textos.
- Introdução ao trabalho científico.
- Exercícios de pesquisa bibliográfica.

Unidade III–Serviço Social, Pesquisa e Produção de Conhecimentos

- A pesquisa na formação profissional.
- A produção de conhecimentos no Serviço Social e a dimensão investigativa.
- O Serviço Social como área de conhecimento.

5 Referências Básicas

ANDERY, M. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica.** São Paulo: EDUC, 1988.

IANNI, O. **Dialética e capitalismo.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

LARA, R. **A produção de conhecimento no serviço social.** São Paulo: UNESP, 2011.

SETUBAL, A. A. **Pesquisa em serviço social: utopia e realidade.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

6 Referências Complementares

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

FERNANDES, F. A reconstrução da realidade nas ciências sociais. In: IANNI, O. (Org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social.** São Paulo: Ensaio, 1993.

1 Identificação

Disciplina: Introdução à Teoria Sociológica

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 1ª

2 Ementa

O contexto histórico de surgimento da Sociologia, concepção de homem e sociedade nas matrizes clássicas do pensamento sociológico. Comte, Durkheim, Weber e Marx.

3 Objetivos

3.1 Geral

Discutir conceitos e teorias sociológicas voltadas à formação acadêmica e profissional do aluno de Serviço Social.

3.2 Específicos

- Contextualizar historicamente o surgimento da Sociologia e identificar as principais correntes teóricas da disciplina.
- Analisar criticamente as teorias sociológicas e suas relações com a realidade social.
- Debater alguns temas contemporâneos a partir da contribuição dos autores estudados em Sociologia.

4 Conteúdo Programático

- O contexto histórico da Sociologia.
- A Sociologia clássica e o mundo moderno.
- Marx: o reino das necessidades e o reino das liberdades.
- Durkheim: o fato social e a divisão do trabalho.
- Weber: a sociologia compreensiva e os tipos ideais.

5 Referências Básicas

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 11. ed. São Paulo: Nacional, 1984.

IANNI, Octavio. A sociologia no mundo moderno. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, 1989.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Várias edições.

MILLS, C.W. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 9-32.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1981. Várias edições.

1 Identificação

Disciplina: Formação Sócio-Histórica do Brasil

Carga Horária: 72 h/a

Fase: 1ª

2 Ementa

Questão agrária e urbana na formação do Brasil. A interpretação do Brasil moderno. A revolução burguesa no Brasil. O patriarcalismo, o coronelismo, o patrimonialismo na formação das instituições no Brasil.

3 Objetivo

Contribuir para a reflexão acerca da construção e consolidação da sociedade brasileira a partir dos movimentos sociais na relação com o Estado, a nação e a cidadania.

4 Conteúdo Programático

- A formação de uma sociedade escravista.
- Conflitos políticos e sociais na formação do Estado Nacional.
- Consolidação da ordem conservadora e a política de terras.
- A República.
- Movimentos sociais na República: Canudos, Contestado, Cangaço, Juazeiro.
- Modernidade, revolução e nacionalismo: as décadas de 1920 e 1930.

5 Referências Básicas

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 1975.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1986.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

NOVAIS, Fernando A. A crise do antigo sistema colonial: estrutura e dinâmica do sistema. In: _____. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1989 (1942).

6 Referências Complementares

CARVALHO, José Murilo. A elite política nacional: definições. In: _____. **A construção da ordem: teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Relume-Dumará, 1996.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: _____. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FAUSTO, Boris. Burguesia industrial e revolução de 1930. In: _____. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- _____. **Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920**. São Paulo: Difel, 1986.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Cultura e dependência: a questão das idéias fora do lugar. **Cadernos de Debate**, São Paulo, 1976.
- LAHUERTE, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, Helena; COSTA, Wilma (Org.). **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Unesp, 1997.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **A política de colonização do Império**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. (Coleção Síntese Rio-Grandense).
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: _____. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1988.
- VESENTINI, Carlos Alberto; DECCA, Edgar de. A revolução do vencedor. **Contraponto**, Rio de Janeiro, n. 1, nov. 1976.

1 Identificação

Disciplina: Oficina Introdução à Vida Acadêmica

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 1ª

2 Ementa

Inserção na universidade e vida acadêmica. Compreensão da estrutura, dos serviços acadêmico-administrativos e da organização curricular do Curso de Serviço Social da UFSC. Projetos de pesquisa e extensão do Departamento de Serviço Social e da UFSC. A universidade pública brasileira.

3 Objetivos

3.1 Geral

Introduzir o(a) graduando(a) na dinâmica da universidade e do Curso de Serviço Social na UFSC.

3.2 Específicos

- Apresentar a dinâmica da universidade na UFSC e no Curso de Serviço Social, com seus serviços e suas rotinas administrativas e pedagógicas.
- Conhecer projetos de pesquisa e extensão do Departamento de Serviço Social e da UFSC.
- Situar o estudante em relação à história e conjuntura do ensino superior brasileiro.

4 Conteúdo Programático

Unidade I—A Dinâmica da Universidade na UFSC e no Curso de Serviço Social

- Estrutura, legislação, serviços administrativos e pedagógicos da UFSC.
- Departamento de Serviço Social: estrutura, graduação e pós-graduação, serviços administrativos e pedagógicos.
- Organização curricular do Curso de Serviço Social.
- O papel da universidade e o significado de ser estudante universitário.

Unidade II – Pesquisa e Extensão do Departamento de Serviço Social e da UFSC

- Núcleos de pesquisa e extensão, projetos especiais de ensino, pesquisa e extensão do Departamento de Serviço Social.
- Conhecer projetos de pesquisa e extensão de outros Centros de Ensino da UFSC.

Unidade III— A Universidade Pública Brasileira

- A história da universidade brasileira.
- O ensino superior após a LDB de 1996: expansão, reformas e avaliação.
- O ensino superior público e privado nos anos 2000.

5 Metodologia

5.1 Conceito

A Oficina deve ter como referência a centralidade no estudante enquanto sujeito que constrói seu conhecimento, com a participação e orientação do professor, a quem cumpre um papel destacado na motivação do grupo, buscando a construção da participação individual e coletiva, facilitando a aprendizagem, o desenvolvimento da socialização e a interação professor-estudante. (MASETTO, 1994).²⁵

5.2 Estratégias

- Conhecimento *in loco* dos principais setores e serviços da UFSC, do CSE e do DSS relativos ao cotidiano do estudante na universidade.
- Leitura e discussão de textos, jornais, revistas, internet, consulta a fontes dirigidas.
- Realização de trabalhos individuais ou em grupo.
- Debate em classe.

²⁵ MASETTO, Marcos. **Didática:** a aula como centro. São Paulo: FTD, 1994.

6 Referências Básicas

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Reforma do ensino superior e serviço social. **Temporalis**, Brasília, DF, n. 1, 2000. Artigos de vários autores.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 5-15, set./out./nov./dez. 2003.

CRUZ, Carlos Henrique de Brito. A universidade brasileira no século 21, **Folha de S. Paulo**, 19 abr. 2002. Disponível em: < <http://www.ifi.unicamp.br/~brito/artigos/fsp-19042002.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2013.

GUERRA, Y. Na contracorrente da reforma do ensino superior: nótula sobre o curso de graduação em serviço social para os assentados da reforma agrária. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 11, n. 21, p. 239-270, jan./jun. 2011.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, maio/jun./jul./ago. 2000.

2ª Fase

1 Identificação

Disciplina: Serviço Social e Realidade Social II

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 2ª

2 Ementa

O exercício profissional e os espaços sócio-ocupacionais. Marco regulatório da profissão de Serviço Social. Atribuições e competências do assistente social. Mercado de trabalho, áreas de atuação e demandas para a profissão.

3 Objetivos

3.1 Geral

Introduzir o(a) graduando(a) no conhecimento do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo na realidade social, suas atribuições e competências no marco regulatório da profissão considerando elementos da análise de conjuntura.

3.2 Específicos

- Caracterizar a profissão de Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho.
- Situar o marco regulatório da profissão Serviço Social, destacando as atribuições e competências expressas.
- Conhecer os espaços sócio-ocupacionais e as práticas do Serviço Social.
- Apresentar o marco regulatório da profissão Serviço Social.
- Aproximar o(a) estudante da realidade social e profissional através de exercício da análise de conjuntura e visitas técnicas.

4 Conteúdo Programático

Unidade I– O Serviço Social e o Exercício Profissional

- Serviço Social: O que é? O que faz? Para que faz? Como faz?
- Demandas para a profissão no tempo presente.
- Condições de trabalho e mercado de trabalho.
- As possibilidades de atuação profissional: abrangência e diversidade de inserção dos assistentes sociais no mercado de trabalho.
- Os campos de intervenção profissional: práticas, demandas, mercado e condições de trabalho.
- Exercício da análise de conjuntura.

Unidade II–Marco Regulatório da Profissão Serviço Social

- Constituição da profissão e seu marco legal.
- Lei de Regulamentação da Profissão.
- As atribuições e competências profissionais.
- Código de Ética Profissional.
- Diretrizes curriculares do Curso de Serviço Social.

5 Metodologia

Ainda que não seja oficina, indica-se para a condução desta disciplina que os exercícios de análise de conjuntura perpassem todo o conteúdo das duas unidades e também o uso das seguintes estratégias:

- palestras e relatos de experiências com convidados;
- visitas técnicas e viagens de estudo;
- leitura e discussão de textos, jornais, revistas, internet, consulta a fontes dirigidas;
- realização de trabalhos individuais ou em grupo;
- debate em classe;
- projeção de filmes e documentários com debates;
- socialização das produções textuais dos estudantes em blog, mural, etc.

6 Referências Básicas

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o curso de serviço social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n.7, 1998.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **A lei de regulamentação da profissão**. Brasília, DF: CFESS, 2002.

_____. **Código de ética profissional do assistente social**: Lei 8.662/93. 3. ed. Brasília, DF: CFESS, 1997.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em serviço social: avanços e tendências (1975 a 1997). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 8, p. 33-76. Diretrizes curriculares e pesquisa em serviço social.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social**: identidade e alienação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 3).

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do serviço social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 185-200.

7 Referências Complementares

IAMAMOTO, Marilda V. O serviço social na divisão do trabalho. In: _____. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: ensaios críticos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995. p. 17-39.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Estado de bem-estar social: origens e desenvolvimento. **Revista Katálisis**, Florianópolis, n. 5, p. 89-103, jul./dez., 2001.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 109).

ROMERO, Francisco Negrini. A prática da análise de conjuntura a partir das classes populares. **Contexto & Educação**, Ijuí, v. 2, n. 8, p. 14-18, out./dez. 1987.

SANTOS, Leila Lima. **Textos de serviço social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

1 Identificação

Disciplina: Oficina Serviço Social e Produção Textual

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 2^a

2 Ementa

Leitura e interpretação de textos. Elaboração de resumos, resenhas e artigos científicos. Relatórios técnicos e científicos na área do Serviço Social. Normas de trabalhos científicos e pesquisa em base de dados.

3 Objetivos

3.1 Geral

Situar o aluno no universo científico através da apresentação de textos científicos, com leitura e análise, assim como proporcionar-lhe a produção desses textos.

3.2 Específicos

- Possibilitar ao estudante exercícios de interpretação, resumos e resenhas de textos da literatura profissional de referência obrigatória da fase.
- Permitir ao estudante elaborar textos de acordo com as normas da ABNT.
- Articular os conteúdos acumulados e os desenvolvidos na fase.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Textos Científicos

- Tipos de texto.
- Leitura e análise de textos.
- Normas do trabalho científico.

Unidade II – Exercícios de Leitura, Escrita e Produção Textual

- Técnicas de redação: interpretação de textos, resumos e resenhas.
- Exercícios de leitura e elaboração de textos a partir de normas do trabalho científico.

5 Metodologia

5.1 Conceito

A Oficina deve ter como referência a centralidade no estudante enquanto sujeito que constrói seu conhecimento, com a participação e orientação do professor, a quem cumpre um papel destacado na motivação do grupo, buscando a construção da participação individual e coletiva, facilitando a aprendizagem, o desenvolvimento da socialização e a interação professor-estudante. (MASETTO, 1994).²⁶

5.2 Estratégias

- Exercícios de leitura e interpretação de textos, redação de resumos e resenhas.
- Leitura e discussão de textos.
- Realização de trabalhos individuais ou em grupo.
- Pesquisa do universo sociocultural e político do período em jornais, revistas, obras literárias, filmes, fotografia, música e artes plásticas do período de emergência do Serviço Social brasileiro.
- Debate em classe.
- Consulta a fontes dirigidas.
- Projeção de filmes com debates.
- Socialização das produções textuais dos estudantes em blog, mural, etc.
- Uso do laboratório de informática.

6 Referências Básicas

ANDRADE, Maria Margarida. **Redação científica**. 2. ed. São Paulo: Factash, 2007.

²⁶ MASETTO, Marcos. **Didática**: a aula como centro. São Paulo: FTD, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 24 p.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 7 p.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. 3. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2011. 9 p.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Observação: os textos de referência para os exercícios serão os que constarem nos programas das demais disciplinas da fase.

1 Identificação

Disciplina: Ciência Política

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 2ª

2 Ementa

Política e Ciência Política. Conceitos fundamentais da Ciência Política. O Estado moderno e a transformação da política clássica.

3 Objetivo

Familiarizar os(as) estudantes no debate da Ciência Política moderna preparando-os(as) para a compreensão dos seus conceitos fundamentais, entre eles: política, poder, dominação, legitimidade, Estado, governo, povo, cidadania, democracia, liberdade, igualdade.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Política e Ciência Política: Conceitos Básicos

- Noções de política.
- Estado, poder e dominação.
- Liberdade, igualdade, justiça.
- Democracia: o que é, origem, desenvolvimento, perspectivas.

Unidade II – A Formação do Estado Moderno e o Pensamento Político Moderno

- Maquiavel e a condução do Estado.
- Hobbes: contrato social e Estado absolutista.
- Locke e o liberalismo.
- Rousseau: a democracia radical.
- Marx: o Estado e as classes sociais.

5 Referências Básicas

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade:** para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de ciência política.** Brasília, DF: Ed. da UnB, 1992.

CARNOY, M. **Estado e teoria política.** Campinas: Papyrus, 1988.

FIORI, José Luís. **O vôo da coruja:** uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1995.

GARCIA, Marco Aurélio. **Em defesa da política.** São Paulo: SENAC, 2001.

SARTORI, Giovanni. **A política.** Brasília, DF: Ed. da UnB.

WEFORT, F. **Os clássicos da política.** São Paulo: Ática, 1998. 2 v.

1 Identificação

Disciplina: Psicologia Social

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 2ª

2 Ementa

Fundamentos da psicologia social crítica. Consciência, subjetividade, identidade, afetividade. Constituição do sujeito. Percepção social. Formação de impressões. Atitudes. Influência social e bases de poder. Relações intergrupais e conflitos. Estereótipos, estigma e preconceito.

3 Objetivos

3.1 Geral

Possibilitar ao estudante o entendimento dos principais conceitos e categorias da psicologia social como um campo de saber interdisciplinar.

3.2 Específicos

- Compreender as determinações da emergência, características e campo de estudo da psicologia social crítica.
- Possibilitar a compreensão do processo de construção do indivíduo na sociedade contemporânea a partir das categorias analíticas da psicologia social crítica: consciência, sujeito, subjetividade, identidade, afetividade e atitudes.
- Possibilitar e problematizar conhecimentos para analisar relações intergrupais e conflitos, estereótipos, estigmas e preconceitos nos espaços da vida privada e social.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Psicologia Social: Principais Conceitos

- Determinações da emergência, características e campo de estudo da psicologia social crítica.
- Principais conceitos da psicologia social.

Unidade II – Contemporaneidade: Identidade e Constituição do Sujeito

- A construção do indivíduo na sociedade contemporânea a partir das categorias analíticas da psicologia social: socialização, consciência, sujeito, subjetividade, identidade, afetividade e atitudes.

Unidade III – Poder, Grupos e Preconceito

- As bases psicossociais do poder.
- Características e formas de poder na sociedade contemporânea.
- Grupo, relações intergrupais e conflitos.
- Estereótipos e preconceitos.
- Processos sociais estigmatizantes.

5 Referências Básicas

CAMINO, L. et al. O conhecimento do outro: primeiras explicações em termos de percepção social. In: CAMINO, L. (Ed.). **Conhecimento do outro e a construção da realidade social: uma análise da percepção e da cognição social**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 1996. p. 17-58.

CROCHIK, J. L. Teoria crítica da sociedade e estudos sobre o preconceito. **Revista Psicologia Política**, ano 1, v.1, n. 1, p. 67-99, 2001.

FISCHER, G. N. **Os conceitos fundamentais da psicologia social**. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. p. 41-76.

LANE, S. T. M. Avanços da psicologia social na América Latina. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Org.). **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense/EDUC, 1995.p. 67-81.

LIMA, M. L. P. Atitudes: estrutura e mudança. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (Ed.). **Psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. p. 187-225.

MARTINS, Sueli T. F. Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 201-217, jan./jun. 2003.

RODRIGUES, A.; ASSMAR, E. M. L.; JABLONSKY, B. **Psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Sobre as histórias das práticas grupais: explorações quanto a um intrincado problema. In: JACÓ-VILLELA, Ana; MANCEBO, Deise. **Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 111-165.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SILVA, Rosane N. **A invenção da psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

6 Referências Complementares

CAZALS-FERRÉ, M. P. **Elementos de psicologia social**. Porto: Editora Porto, 2007. p. 13-21.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

NOVO, H. A. Construindo implicações: (des)caminhos de uma sociedade democrática. In: NOVO, H. A.; SOUZA, L. de; ANDRADE, Ângela N. (Org.). **Ética, cidadania e participação: debates no campo da psicologia**. Vitória: EdUFES/CCHN Publicações, 2001.

PAUGAM, S. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

ROMARO, Rita Aparecida; CAPITÃO, Cláudio Garcia (Org.). **As faces da violência: aproximações, pesquisas e reflexões**. São Paulo: Vetor, 2007.

SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SAWAIA, B.; NAMURA, M. R. (Org.). **Dialética exclusão/inclusão: reflexões metodológicas e relatos de pesquisas na perspectiva da psicologia social crítica**. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 2002.

3^a Fase

1 Identificação

Disciplina: Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 3ª

2 Ementa

Capitalismo monopolista, questão social e Serviço Social. Gênese do Serviço Social. As condições histórico-sociais da emergência, da institucionalização e desenvolvimento do Serviço Social na América Latina e no Brasil.

3 Objetivos

- Apresentar o contexto sócio-histórico da questão social no capitalismo monopolista.
- Discutir as condições de emergência, institucionalização e desenvolvimento do Serviço Social no mundo, na América Latina e no Brasil.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Desenvolvimento do Sistema Capitalista

- Gênese e determinações econômico-políticas do capitalismo monopolista.
- Os fundamentos da modernidade.
- Trabalho e sociabilidade.

Unidade II – Questão Social e Emergência do Serviço Social

- As condições histórico-sociais da emergência da profissão.
- Fundamentos teórico-metodológicos na emergência do Serviço Social mundial.
- A doutrina social da Igreja e o pensamento conservador.
- Política social, racionalização da assistência e suas bases técnico-científicas.

Unidade III – Institucionalização e Desenvolvimento do Serviço Social na América Latina e no Brasil

- Escolas: expansão e perspectivas da formação.
- Espaços sócio-ocupacionais.
- A produção teórico-metodológica do Serviço Social tradicional.

5 Referências Básicas

ABREU, M. M. **Serviço social e a organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BASTOS, M. D. Divergências político-ideológicas no processo de profissionalização do serviço social nos Estados Unidos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 27, p. 5-22, 1988.

CASTRO, M. M. Emergência do serviço social: condições históricas e estímulos. In: **História do serviço social na América Latina**. São Paulo: Cortez/CELATS, 1984. p. 19-36.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010. cap. 2.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. Serviço social: memória e história. São Paulo: Cortez, n. 95-97, 2008-2009.

VERDES-LEROUX, J. **Trabalhador social:** prática, hábitos, ethos, formas de intervenção. São Paulo: Cortez, 1986.

1 Identificação

Disciplina: Classes Sociais e Movimentos Sociais

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 3ª

2 Ementa

Estado, sociedade civil e luta de classes. Democracia e participação popular. Classes sociais e sujeitos coletivos: partidos, sindicatos, movimentos e organizações populares. Concepções teóricas dos movimentos sociais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos sociais. O Serviço Social na relação com os movimentos sociais. Movimentos sociais em Santa Catarina.

3 Objetivos

3.1 Geral

Oferecer um quadro teórico sobre as concepções de Estado, sociedade civil, classe social, sujeitos coletivos e movimentos sociais na relação com o Serviço Social.

3.2 Específicos

- Abordar o debate contemporâneo sobre Estado, sociedade civil e luta de classes.
- Conhecer as concepções teóricas de movimentos sociais e sua inter-relação com os fundamentos do Serviço Social.
- Apreender o debate teórico sobre identidade e subjetividade na construção dos movimentos sociais.
- Caracterizar os sujeitos coletivos (partidos, sindicatos, movimentos e organizações populares) na realidade brasileira e suas concepções de projetos societários.
- Identificar as diferentes formas de manifestação e organização dos movimentos sociais no Brasil e no mundo na contemporaneidade.
- Levantar e problematizar as possibilidades de atuação do Serviço Social na relação com os movimentos sociais.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Estado e Sociedade Civil

- A crítica ao Estado burguês e a luta de classes em Marx e Lênin.
- A concepção de Gramsci sobre o Estado no capitalismo monopolista.
- O Estado no capitalismo monopolista e a luta de classes.

Unidade II – Classes Sociais e Sujeitos Políticos

- A classe social como sujeito político: luta de classes e lutas sociais.
- Os sujeitos políticos: partidos, sindicatos, movimentos e organizações populares.
- O protagonismo de novos sujeitos políticos pós-1960.
- Sujeitos políticos, identidades e subjetividades.

Unidade III – Movimentos Sociais e Serviço Social

- Movimentos sociais no Brasil de base democrático-popular: projetos políticos e as experiências de partidos, sindicatos, movimentos de base comunitária, movimentos camponeses, indígena, quilombola, desabrigados pelas barragens, ambientalistas, reforma urbana e plano diretor das cidades.
- Serviço Social e os movimentos sociais.
- Particularidades da práxis profissional na assessoria junto a movimentos sociais.
- O Serviço Social e os movimentos sociais integrantes conselhos de direitos e políticas sociais.

5 Referências Básicas

- BOITO JUNIOR, Armando. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: UNESP, 2007.
- CARDOSO, F.; LOPES, J. B. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 461-480.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, n. 5).
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- GRUPPI, L. A origem do Estado em Marx e Engels. In: _____. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: LPM, 1980.
- RIBEIRO, Edaléa Maria. **Movimentos sociais em tempos de democracia e globalização em Santa Catarina: os anos 1990**. 2004. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jun. 2009.

6 Referências Complementares

- ALVES, Marcelos João. **A condição do espaço MST no movimento da sociedade burguesa**. 2005. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- BRAVO, M. I.; MENEZES, J. S. B. de (Org.). **Saúde, serviço social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BRAVO, M. I.; D'ACRI, V.; MARTINS, J. B. (Org.). **Movimentos sociais, saúde e trabalho**. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2010.
- CARDOSO, F.; ABREU, M. Mobilização social e práticas educativas. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 461-480.
- COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 119-164.
- _____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1996.
- DURIGUETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.
- FRANZONI, T. M. **As “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário e administração pública municipal na Ilha de Santa Catarina**. 1993. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.
- GALVÃO, A. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula**. *Revista Outubro*, São Paulo, 2009.
- HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compendio (1830)**. São Paulo: Loyola, 1995. p. 295-336.
- _____. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARX, Karl. **O manifesto comunista**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

- _____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**: manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- MENDES, D. C. V. R. Representação política e participação: reflexões sobre o déficit democrático. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, jul./dez. 2007.
- MOURA, R. R. Compromisso governamental e orçamento participativo: estudo comparativo das experiências em Blumenau e Chapecó, Santa Catarina. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, jul./dez. 2007.
- NOGUEIRA, M. A. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. de P. (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SAES, D. Do Marx de 1843-1844 ao Marx das obras históricas: duas concepções distintas de Estado. In: _____. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. Campinas: IFCH, 1994.
- SAES, D. O conceito de Estado burguês. In: _____. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. Campinas: IFCH, 1994.
- SELL, Carlos E. **Introdução à sociologia política**: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis: Vozes, 2006.
- SILVA, Rafael Pereira. **A autonomia aparente**: formação, trajetória e relações políticas de um centro de educação popular (CEDIP) em Criciúma 1983/1998. 2006. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci, sua teoria**: incidência no Brasil, influência no serviço social. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.
- TARROW, Sidney. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2006.

1 Identificação

Disciplina: Serviço Social e Economia Política

Carga Horária: 72 h/a

Fase: 3^a

2 Ementa

Economia política clássica e a teoria do valor-trabalho. Crítica da economia política. Mercadoria, valor e dinheiro. Produção da mais-valia absoluta e relativa. A lei geral da acumulação capitalista. Economia política e os fundamentos do Serviço Social.

3 Objetivos

3.1 Geral

Analisar a dinâmica do processo global da produção capitalista, a exploração da força de trabalho e os fundamentos do Serviço Social.

3.2 Específicos

- Oferecer discussões sobre as principais categorias da crítica da economia política.
- Despertar e desenvolver no estudante interesse para analisar a produção capitalista e a produção da mais-valia (exploração da força de trabalho).
- Estimular a compreensão da lei geral de acumulação capitalista e da produção da superpopulação relativa.

4 Conteúdo Programático

Unidade I– A Gênese da Economia Política e a Crítica Marxista

- Economia política clássica (Adam Smith e David Ricardo).
- A teoria do valor-trabalho e a crítica da economia política.
- O modo de produção capitalista e a exploração da força de trabalho.

Unidade II– A Crítica da Economia Política (Karl Marx)

- Mercadoria, valor e dinheiro.
- Processo de trabalho e processo de valorização.
- A lei geral da acumulação capitalista.

Unidade III–Economia Política e os Fundamentos do Serviço Social

- Produção e reprodução social.
- Trabalho e reprodução da força de trabalho.

5 Referências Básicas

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação teórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1982.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política:** uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social).

6 Referências Complementares

BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. **Capitalismo monopolista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HOBBSBAWM, E. **A era do capital(1848-1975).** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LENIN, W. I. **Imperialismo, fase superior do capitalismo.** São Paulo: Global, 1979.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas.** 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

_____. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O capital**. São Paulo. Difel, 1987. livr. 1, cap. 1 e 5.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Para a crítica da economia política**: introdução. Tradução José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção Os Pensadores).

NAPOLEONI, C. **Smith, Ricardo, Marx**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

RICARDO, D. (1817). **Princípios de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2001.

RUBIN, I. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SCHUMPETER, J. A. (1924). **Fundamentos do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

1 Identificação

Disciplina: Antropologia Social I

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 3ª

2 Ementa

Antropologia social e cultural. Cultura popular. Identidades e expressões culturais, regionais e multiculturais.

3 Objetivo

Fornecer aos estudantes do Curso de Serviço Social uma perspectiva antropológica sobre cultura, com o intuito do desenvolvimento de um olhar crítico e reflexivo acerca das relações humanas, problematizando temas circunscritos nessa discussão, tais como: etnocentrismo, relativismo, diversidade cultural, relações de gênero, identidade, religião, conflito, violências, cultura urbana.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – O Campo da Antropologia

Unidade II – Cultura, Relativismo e Etnocentrismo

Unidade III – Redes de Sociabilidade: Pertencimentos, Identidades e Diferenças

5 Referências Básicas

DAMATTA, Roberto. Sabe com quem você está falando?: um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: _____. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 180-248.

GEERTZ, Clifford. O impacto do conceito de cultura sobre o conceito de homem. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford . Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: _____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 278-321.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: _____. **O saber local**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 85-107.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e história. In: LÉVI-STRAUSS. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).

SAHLINS, Marshall. Homem pobre, homem rico, grande-homem, chefe: tipos políticos na Melanésia e na Polinésia. In: _____. **Cultura na prática**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2004. p. 79-103.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZALUAR, Alba. As teorias sociais e os pobres: os pobres como objeto. In: _____. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 2000. p. 33-63.

7 Referências Complementares

ALMEIDA, Suely Souza de. Violência urbana e constituição de sujeitos políticos. In: PEREIRA, C. A. M. et al. (Org.). **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 97-112.

- BURNS, Mila. A dona da voz e a voz da dona: a trajetória de Dona Ivone Lara. In: VELHO, Gilberto(Org.). **Rio de Janeiro: cultura, política e conflito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 108-127.
- DOUGLAS, Mary. Magia e milagre. In: _____. **Pureza e perigo**. Lisboa: Edições 70. p. 75-91.
- FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: _____. **A família, origem e evolução**. Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980.
- MALUF, Sônia Weidner. Gênero, saúde e aflição: políticas públicas, ativismo e experiências sociais. In: _____. **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010. p. 21-67.
- PICCOLO, Fernanda Delvalhas. Os jovens entre o morro e a rua: reflexões a partir do baile funk. In: VELHO, Gilberto(Org.).**Rio de Janeiro: cultura, política e conflito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 30-58.
- SOARES, Luiz Eduardo. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: PEREIRA, C. A. M. et al. (Org.). **Linguagens da violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 23-46.

1 Identificação

Disciplina: Serviço Social, Direito e Cidadania

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 3ª

2 Ementa

Sociedade, Estado e direito. Constituição: origem e significado. República, federação e Estado democrático de direito. A ordem social na Constituição brasileira. Organização dos poderes no Estado brasileiro. Direitos fundamentais, cidadania e Serviço Social.

3 Objetivos

3.1 Geral

- Estudar os temas direitos fundamentais, ordem social e organização do Estado, com base na Constituição Federal de 1988, para possibilitar a compreensão da cidadania no Estado democrático de direito brasileiro e sua relação com o Serviço Social.

3.2 Específicos

- Estudar os principais conceitos atinentes ao direito constitucional, ao constitucionalismo, ao poder constituinte e à constituição.
- Estudar a origem, as características e dimensões dos direitos fundamentais.
- Identificar e analisar os direitos fundamentais presentes na constituição federal.
- Estudar a ordem social na forma presente da constituição federal.
- Estudar a configuração constitucional da organização dos poderes no Estado brasileiro.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Sociedade, Estado e Direito

1 Conceitos introdutórios

1.1 O que é “direito”

1.2 Espécies de direitos

1.3 Sistema jurídico

2 A constituição: sua origem e significado

2.1 O surgimento e o desenvolvimento do constitucionalismo

2.2 A teoria do poder constituinte: as relações entre direito e política

2.3 O sistema constitucional

2.4 A fiscalização da constitucionalidade

3 Direitos fundamentais

3.1 A origem e as dimensões dos direitos fundamentais

3.2 Características identificadoras dos direitos fundamentais

3.3 Direitos fundamentais e cidadania

Unidade II – A Constituição Brasileira de 1988

1 Direitos e garantias fundamentais

1.1 Esboço da história constitucional do Brasil

1.2 Direitos e deveres individuais e coletivos

1.3 Direitos sociais

1.4 Direito políticos

2 Ordem social e meio ambiente

2.1 Seguridade social

2.2 Família, criança, adolescente e idoso

2.3 Educação, cultura e desporto

2.4 Meio ambiente

3 O Estado brasileiro

3.1 Organização do Estado

3.2 A atividade legislativa

3.3 O poder executivo

3.4 A administração da justiça

5 Referências Básicas

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2011.

LAMY, Eduardo de Avelar; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Teoria geral do processo**. 2. ed. São Paulo: Conceito, 2011.

REVISTA KATÁLYSIS. Ética e direitos humanos. Florianópolis: Ed. da UFSC, v. 14, n. 2, jul./dez. 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2011.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2009.

6 Referências Complementares

BONAVIDES, Paulo. **Direito constitucional**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo (Org.). **O Estado de direito: história, teoria e crítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Direitos fundamentais: uma leitura da jurisprudência do STF**. São Paulo: Malheiros, 2006.

4^a Fase

1 Identificação

Disciplina: Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 4ª

2 Ementa

O processo de renovação do Serviço Social latino-americano e brasileiro. A produção teórico-metodológica do Serviço Social do período de renovação e a aproximação ao marxismo. A crise da autocracia burguesa e a redemocratização brasileira. A construção do projeto ético-político profissional.

3 Objetivos

- Fornecer elementos à problematização das condições sócio-históricas da renovação do Serviço Social latino-americano e a particularidade brasileira.
- Discutir a crise da autocracia burguesa e o processo de redemocratização no Brasil.
- Oferecer elementos para a crítica ao Serviço Social tradicional e a aproximação ao marxismo.
- Apresentar e discutir a produção teórica do Serviço Social no período.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – O processo de renovação do Serviço Social. O Serviço Social latino-americano e brasileiro no contexto de ditaduras militares.

Unidade II – A crise da autocracia burguesa e a redemocratização brasileira. A crítica ao Serviço Social tradicional no Brasil. Diferentes perspectivas das Ciências Sociais no Serviço Social. Construções teórico-metodológicas sob a influência do funcionalismo e do estrutural-funcionalismo – os documentos de Araxá e Teresópolis.

Unidade III – Organização da categoria profissional. A formação ABESS e CEDEPESS. A crítica ao Serviço Social tradicional e a aproximação ao marxismo.

5 Referências Básicas

ABRAMIDES, B. C.; CABRAL, M. S. R. O significado político do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS-1979. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 100, 2009.

CBCISS – CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS. **Teorização do serviço social**: documentos: Araxá, Teresópolis, Sumaré. Rio de Janeiro: Agir-CBCISS, 1984.

FALEIROS, V. P. **Metodologia e ideologia do trabalho social**. São Paulo: Cortez, 1981.

FLORESTAN, F. **Nova república?** Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez/CELATS, 1982.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

LOWI, M. **Ideologias e ciência social**. São Paulo: Cortez, 1985. p. 35-45.

MONTAÑO, C. **A natureza do serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. O serviço social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 30, p. 89-102, 1989.

SOUZA, M. L. **Questões teórico-práticas**: serviço social. São Paulo: Cortez, 1985.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 125-141.

1 Identificação

Disciplina: Introdução à Ética

Carga Horária: 72 h/a

Fase: 4^a

2 Ementa

Desenvolvimentos clássicos e contemporâneos da reflexão ética. Virtude e dever. Teorias da justiça. Utilitarismo.

3 Objetivos

- Propiciar o conhecimento do desenvolvimento histórico da reflexão da ética.
- Compreender os conceitos de virtude, bem e dever.
- Analisar a distinção entre éticas construtivistas e consequencialistas.

4 Conteúdo Programático

- Aristóteles: a ética das virtudes.
- Kant: a perspectiva deontológica.
- Bentham e Mill: o utilitarismo clássico.
- Reformulações da ética kantiana: Rawls, Habermas e Tugendhat.
- Reformulações do utilitarismo: Moore, Hare e Singer.
- Questões de ética aplicada.

5 Referências Básicas

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**.

BENTHAM, J. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Pensadores).

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução Guido de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial, 2009.

MILL, J. S. **A liberdade: utilitarismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SINGER, E. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

TUGENDHAT, E. **Lições sobre ética**. Petrópolis: Vozes, 2007.

1 Identificação

Disciplina: Política Social

Carga Horária: 72 h/a

Fase: 4^a

2 Ementa

Determinações sócio-históricas das políticas sociais. Perspectivas conceituais da política social. A construção das políticas sociais no século XX. A Constituição de 1988 e a seguridade social. O Estado brasileiro e a regulamentação e implementação dos direitos sociais. A conjuntura de contrarreformas do Estado e (novo) desenvolvimentismo.

3 Objetivos

3.1 Geral

Possibilitar ao estudante do Curso de Serviço Social conhecer as determinações da política social, a sua construção ao longo do século XX e as tensões do processo de implementação dos direitos sociais na conjuntura de contrarreformas após a Constituição de 1988.

3.2 Específicos

- Conhecer as perspectivas teórico-metodológicas das políticas sociais.
- Apreender a trajetória histórica da política social no Brasil no século XX.
- Identificar a particularidade da Constituição Federal de 1988 no reconhecimento e implementação dos direitos da seguridade social.

Conhecer a implementação dos direitos sociais na conjuntura de contrarreformas do Estado após a Constituição de 1988.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Política Social: Perspectivas e Origens

- Perspectivas teórico-metodológicas da política social.
- Determinações sócio-históricas, questão social e as origens da política social.
- Política social e o Estado de bem-estar social.
- Industrialização e urbanização no Brasil: a institucionalização das políticas sociais.
- As lutas da classe trabalhadora e a política social no Brasil (partidos, sindicatos, movimentos sociais).
- Características da política social na América Latina a partir dos anos de 1990.

Unidade II – Constituição de 1988 e a Seguridade Social

- Política social no Brasil: da ditadura militar à redemocratização.
- O significado sócio-histórico da Constituição de 1988.
- Os direitos sociais e a particularidade da seguridade social na Constituição de 1988.

Unidade III – Política Social a partir dos Anos de 1990

A regulamentação e implementação dos direitos sociais na conjuntura de contrarreformas do Estado e novo desenvolvimentismo.

5 Referências Básicas

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 25-146. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 2).

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. Da seguridade social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 14, n.1, p. 41-49, 2011.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S.; PERUZZO, J. F. O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina. In: MOTA, A. E. (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Ed. da UFPE, 2010. p. 35-67.

MOTA, A. E. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Potyara A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, I. et al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 87-108.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1992.

6 Referências Complementares

BOSCHETTI, I. Seguridade social na América Latina. In: _____ et al. (Org.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro R. **Serviço social na previdência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, Vicente P. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. In: CFESS; ABEPSS; CEAD; NED; UnB. **Capacitação em serviço social e política social**. Brasília, DF: CEAD/UnB, 2000. p. 41-55. mód. 3.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento 2011: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2012. v. 1 e 2.

MARSHALL, Theodore. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MOTA, Ana Elizabete. A trajetória da seguridade social: da experiência fordista-keynesiana à flexibilização neoliberal. In: _____. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 117-135.

PAIVA, Beatriz Augusto de; OURIQUES, Nildo Domingos. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte? **Revista Katálisis**, Florianópolis, dez./2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n.112, out./dez. 2012.

POCHMANN, M. O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 15, 2010.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

1 Identificação

Disciplina: Método Crítico Dialético

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 4^a

2 Ementa

Idealismo e materialismo. Ser social, trabalho e ontologia. Método crítico-dialético e suas categorias fundamentais. Totalidade e história. As categorias de mediação e a apreensão da universalidade, singularidade e particularidade. Trabalho e reprodução social. Teoria do valor-trabalho e luta de classes.

3 Objetivos

3.1 Geral

Contribuir para a apreensão dos fundamentos do materialismo histórico e dialético.

3.2 Específicos

- Estudar os fundamentos e as categorias do materialismo histórico e dialético.
- Compreender a crítica materialista ao idealismo.
- Oferecer elementos para uma análise histórica, materialista e dialética da realidade social.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – A Teoria Social de Marx

- O materialismo filosófico e a crítica ao idealismo.
- Ser social, trabalho e ontologia.

Unidade II – O Método de Marx e as Categorias Teóricas

- Totalidade e história.
- As categorias de mediação e a apreensão da universalidade, singularidade e particularidade.
- Trabalho e reprodução social: teoria do valor-trabalho e luta de classes.

5 Referências Básicas

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social:** os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. ; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

6 Referências Complementares

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência:** a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.

1 Identificação

Oficina: Oficina Preparação ao Estágio

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 4ª

2 Ementa

O estágio curricular na formação do assistente social. As dimensões investigativa e interventiva da profissão nas diretrizes curriculares. Normatização do estágio. Conhecimento dos campos de estágio de Serviço Social credenciados na UFSC. Estudo de produções referentes aos campos de estágio. Conhecimento de experiências de estágio.

3 Objetivos

3.1 Geral

Preparar os estudantes para o ingresso no estágio curricular obrigatório.

3.2 Específicos

- Refletir sobre o estágio em Serviço Social a partir de experiências e sistematizações.
- Orientar sobre a dinâmica acadêmica, administrativa e normativa que caracteriza o estágio supervisionado em Serviço Social.
- Apresentar campos de estágio de Serviço Social.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – O Estágio na Formação Profissional

- As dimensões investigativa e interventiva da profissão nas diretrizes curriculares.
- Trabalho e dimensão interventiva da profissão.
- Concepções de estágio, de supervisão de campo e de supervisão acadêmica.

Unidade II – O Estágio em Serviço Social e os Aspectos Legais

- A Lei de Estágio.
- Política nacional de estágio da ABEPSS.
- Resoluções que envolvem o estágio.
- Regulamento de Estágio do Curso.

Unidade III – Experiências e Sistematizações de Estágio

- Socialização sobre os campos de estágio de Serviço Social.
- Relatos de práticas.
- A dimensão investigativa no exercício profissional na relação com o estágio.

5 Referências Básicas

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Política nacional de estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.** Brasília, DF: ABEPSS, 2010.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.

CFESS – **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL.** Resolução nº 493/2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.

_____. Resolução nº 533/2008. Dispõe sobre a supervisão direta de estágio.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 80, nov. 2004.

_____. Estágio supervisionado curricular em serviço social: elementos para reflexão. **Temporalis**, Brasília, DF, n.17, 2009.

UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Socioeconômico. Departamento de Serviço Social. **Regulamento de estágio do curso de serviço social**. Florianópolis: UFSC/DSS, 2011.

ORTIZ, Fátima Grave. Desafios contemporâneos para o processo de estágio e supervisão em serviço social. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. **Serviço social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

5^a Fase

1 Identificação

Disciplina: Ética Profissional do Serviço Social

Carga Horária: 72 h/a

Fase: 5ª

2 Ementa

O processo de construção do *ethos* profissional. Fundamentos filosóficos nos diferentes códigos de ética dos assistentes sociais brasileiros: neotomismo, personalismo e ontologia social. Análise crítica dos valores na sociabilidade burguesa. O Código de Ética Profissional, seus valores e princípios. Os dilemas éticos contemporâneos no cotidiano da profissão.

3 Objetivos

3.1 Geral

Propiciar a reflexão crítica dos fundamentos ético-políticos do Serviço Social.

3.2 Específicos

- Refletir criticamente o percurso histórico da formação do *ethos* profissional.
- Analisar os fundamentos filosóficos e políticos da ética profissional no Serviço Social em seus diferentes códigos profissionais.
- Problematizar os dilemas profissionais contemporâneos à luz do código de ética profissional.

4 Conteúdo Programático

Unidade I– A Ética como Fundamento do Exercício Profissional

- A construção do *ethos* profissional.
- Fundamentos filosóficos nos diferentes códigos de ética dos assistentes sociais brasileiros: neotomismo, personalismo, ontologia social.
- Análise crítica dos valores na sociabilidade burguesa.

Unidade II– Código de Ética do Assistente Social

- Valores e princípios ético-profissionais dos Códigos de Ética na história do Serviço Social brasileiro.
- O Código de Ética do assistente social de 1993.
- A Lei de Regulamentação Profissional – 8.662/1993.

Unidade III– As Questões Éticas do Cotidiano Profissional do Serviço Social

- Os dilemas éticos contemporâneos no cotidiano da profissão: trabalho, liberdade, preconceito, autonomia e direitos humanos.

5 Referências Básicas

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética:** fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social).

BARROCO, Maria Lúcia; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do(a) assistente social comentado.** São Paulo: Cortez, 2012.

BONETTI, Dilséa et al. (Org.). **Serviço social e ética:** convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 1996.

CFESS – **CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de ética profissional do(a) assistente social.** Brasília, DF: CFESS, 1993.

NETO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. In: CFESS; ABEPSS; CEAD; UnB. **Crise contemporânea, questão social e serviço social.** Brasília, DF: CEAD, 1999. mód. 1. Capacitação em Serviço Social e Política Social.

6 Referências Complementares

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. **Ética e direitos**: ensaios críticos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

_____. **Direitos humanos e serviço social polêmicas**: debates e embates. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. (Coletânea Nova de Serviço Social).

SARMENTO, H. B. M. Ética e serviço social: fundamentos e contradições. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 14, p. 210-221, 2011.

SIMÕES, Carlos. Na ilha de Robinson: a autonomia e a ética profissional no neoliberalismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 99, p. 405-424, 2009.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánches. **Filosofia da práxis**. Buenos Aires: Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO); São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VINAGRE, M.; PEREIRA, T. M. D. Os direitos humanos e o projeto ético-político do serviço social. In: _____. **Ética e direitos humanos**. Brasília, DF: CFESS, 2007. p. 53-73.

1 Identificação

Disciplina: Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social III

Carga Horária: 72 h/a

Fase: 5ª

2 Ementa

O Serviço Social no contexto da democratização brasileira. Transformações do capitalismo contemporâneo. Trabalho, questão social e Serviço Social. Modernidade, neoconservadorismo e o projeto ético-político profissional. O Serviço Social no mundo. A produção teórico-metodológica, espaços sócio-ocupacionais e exercício profissional do Serviço Social a partir dos anos 1990.

3 Objetivos

- O processo de redemocratização e democratização no Brasil.
- Apresentar e discutir a produção teórica do Serviço Social e as bases do projeto ético-político profissional.
- Problematizar a relação entre Serviço Social e trabalho na contemporaneidade.
- Apresentar e discutir as diferenças entre pós-modernidade, neoconservadorismo e o contraponto do projeto ético-político profissional.
- Identificar e debater as diferentes produções do Serviço Social no contexto de consolidação da pós-graduação.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – O Serviço Social no Contexto da Redemocratização e Democratização Brasileira

Unidade II – Capitalismo Contemporâneo, Trabalho e Questão Social

Unidade III – Pós-Modernidade, Neoconservadorismo e o Projeto Ético-Político Profissional

Unidade IV – Produção do Conhecimento, Espaços Sócio-Ocupacionais e Ação Profissional

5 Referências Básicas

ABRAMIDES, B. C.; CABRAL, M. S. R. O significado político do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS-1979. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 100, 2009.

GRANEMANN, S. O processo de produção e reprodução social: trabalho e desigualdade. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.

LARA, R. **A produção de conhecimento no serviço social: o mundo do trabalho em debate**. São Paulo: UNESP, 2011.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.

MOURO, Helena; SIMÕES, Dulce Simões (Coord.). **100 anos de serviço social**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 50, 1996.

SANTOS, J. S. Pós-modernidade, neoconservadorismo e serviço social. **Temporalis**, Brasília, DF, n. 10, p. 29-50, jul./dez.2005.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M.O projeto ético-político do serviço social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, M. C.**Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

Artigos de periódicos científicos: Serviço Social & Sociedade, n. 100; Revista Katálysis; Temporalis; Revista Praia Vermelha; Anais ENPSS.

1 Identificação

Disciplina: Instrumentalidade e Competências Profissionais em Serviço Social

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 5^a

2 Ementa

Instrumentalidade, competências e intervenção profissional. As perspectivas teóricas e metodológicas na construção dos instrumentos de intervenção. Instrumentos e técnicas nos diferentes espaços de atuação profissional.

3 Objetivos

3.1 Geral

Desenvolver leitura crítica e habilidades para apropriação das competências e do instrumental técnico construídos pelo Serviço Social a partir de seus fundamentos teórico-metodológicos.

3.2 Específicos

- Aprender criticamente a construção das competências e do instrumental técnico elaborado pelo Serviço Social na sua historicidade.
- Refletir sobre a divisão social do trabalho, trabalho manual e intelectual e seus desdobramentos no saber técnico e político do assistente social.
- Analisar o cotidiano do exercício profissional e suas diferentes racionalidades e formas de objetivação.
- Construir conhecimentos, habilidades e competências na utilização de instrumentos e técnicas no exercício profissional do assistente social.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – As Dimensões da Intervenção Profissional

- Relações entre direção social, projeto profissional e dimensões da intervenção.
- As dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas na historiografia da profissão.

Unidade II – O Espaço Institucional e a Construção das Competências no Exercício Profissional

- O caráter contraditório das instituições e o espaço sócio-ocupacional do Serviço Social.
- O conhecimento da vida cotidiana e o exercício profissional.
- Relações de poder, competências e direção sociopolítica.

Unidade III – Os Instrumentos e as Técnicas como uns dos Elementos Constitutivos da Dimensão Técnico-Operativa

- Trabalho, sociedade tecnológica e desenvolvimento das forças produtivas.
- O saber técnico e a cisão entre trabalho intelectual e manual.
- Fundamentação teórico-crítica e concepções sobre o instrumental técnico: trajetória histórica e debate contemporâneo.
- O instrumental técnico em Serviço Social: sua construção e utilização diante dos desafios e tendências das mudanças socioinstitucionais contemporâneas.

5 Referências Básicas

BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. **A prática profissional do assistente social**. São Paulo: Veras/CNPq, 2010.

CHAUÍ, M. de S. O discurso competente. In: _____. **Cultura e democracia, o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1993.

FORTI, V.; GUERRA, Y. **Serviço social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

NETTO, J. P.; FALCÃO, M. C. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1987.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKS, Sheila; GUERRA, Yolanda. (Org.). **Instrumentos e técnicas em serviço social**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2012.

6 Referências Complementares

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?**: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

TRINDADE, R. L. P. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do serviço social na articulação entre as demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**, Brasília, DF, p. 21-42, 2004.

1 Identificação

Disciplina: Serviço Social e Previdência Social

Carga Horária: 72 h/a

Fase: 5ª

2 Ementa

O Estado brasileiro e a construção do sistema previdenciário público. A seguridade social na Constituição de 1988. A relação previdência pública e privada. Gerenciamento, financiamento e controle da previdência social. O Instituto Nacional de Seguro Social, estruturação, operacionalização, plano de benefícios, categorias de segurados e dependentes. A política previdenciária e a contrarreforma do Estado. O exercício profissional do assistente social no setor previdenciário. A particularidade dos segmentos especiais. Interface da política previdenciária com as políticas de assistência social, saúde e trabalho.

3 Objetivos

- Compreender o desenvolvimento histórico do sistema e da política previdenciária pública brasileira: seus marcos históricos, o papel do Estado e a posição da sociedade civil.
- Analisar criticamente o exercício profissional do assistente social na área previdenciária e demandas contemporâneas.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Concepção e Estruturação do Sistema Previdenciário Brasileiro

- A política previdenciária pública no sistema capitalista – seguridade social x seguro.
- O sistema previdenciário – público e privado, da origem ao Estado autoritário militar.

Unidade II –Da Constituição Federal de 1988 à Crise da Previdência

- A política previdenciária brasileira no contexto da seguridade social de 1988: os avanços alcançados e o debate do financiamento.
- A crise internacional dos anos de 1970 e o seu impacto no contexto previdenciário brasileiro a partir da década de 1990: a contrarreforma da previdência social dos anos de 1990 e 2000.
- Os desafios previdenciários do século XXI e as novas propostas de contrarreformas.

Unidade III– Os Serviços do Instituto Nacional de Seguro Social e o Serviço Social

- Instituto Nacional de Seguro Social: estruturação, operacionalização, benefícios, segurados e dependentes, financiamento, gerenciamento e controle social.
- O exercício profissional do assistente social no setor previdenciário.
- Interface da política previdenciária com as políticas de assistência social, saúde e trabalho.

5 Referências Básicas

BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (Org.). **O serviço social na previdência:** trajetória, projetos profissionais e saberes. São Paulo: Cortez, 2007.

CARTAXO, Ana Maria Baima. **Estratégias de sobrevivência:** a previdência e o serviço social. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elizabeth. **Cultura da crise e seguridade social:** um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo público e seguridade social.**São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. **Aprevidência social:** um direito a ser conquistado. Brasília, DF: Agnus, 1977.

_____. **Previdência social no Brasil (des)estruturação.** São Paulo: Cortez, 2012.

6 Referências Complementares

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Capítulo da Ordem Social.

_____. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

_____. Emenda Constitucional nº 41/2003.

_____. Emenda Constitucional nº 47/2005.

_____. Ministério da Previdência Social, Instituto Nacional de Seguro Social. **Matriz teórico-metodológica do serviço social na previdência social**. Brasília, DF: 1994. p. 32.

CARTAXO, Ana Maria Baima. Análise da política previdenciária brasileira na conjuntura nacional: da velha república ao Estado autoritário. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 40, p. 58-80, 1992.

CARTAXO, Ana Maria Baima; CORDEIRO, Juciara Ramos. Considerações preliminares das determinações sócio-históricas da reforma da previdência social brasileira: um estudo comparativo entre as décadas de 1990 a 2000. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL, 19.,16-19 ago. 2008, Salvador. Comunicação oral.

CARTAXO, Ana Maria Baima et al. A crise do século XXI e seu impacto na política previdenciária brasileira. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., ago. 2011, São Luís. Comunicação oral.

COGGIOLA, Osvaldo. A reforma da previdência social. In: _____. **Governo Lula: da esperança a realidade**. São Paulo: Xamã, 2004. p. 63-84.

DUARTE, Adriana. O processo de reforma da previdência social pública brasileira: um novo padrão de regulação social do Estado? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 73, 2003, p. 120-141.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista**. São Paulo: Cortez, 1980.

LIMA, Rita de Lourdes de et al. Trabalho doméstico e desproteção previdenciária no Brasil: questões em análise. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.13, n.1, p. 40-48, jun. 2010.

SOARES, Laura Tavares. **Governo Lula: decifrando o enigma**. São Paulo: Viramundo, 2004.

TEIXEIRA, Andréia Maria de Paula. Reforma e contra-reforma da previdência social no Brasil de hoje. **Revista Katálysis**, Florianópolis, n. 5, p. 49-62, 2001.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Revan/UCAM/IUPERJ, 1998.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia, Estado e política social**. São Paulo: Cortez, 1992. p.76-101.

_____. **Estado e miséria social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1995.

6^a Fase

1 Identificação

Disciplina: Serviço Social e Assistência Social

Carga Horária: 72 h/a

Fase: 6ª

2 Ementa

O Estado brasileiro e a política de assistência social. A assistência social como direito social. Marco legal da política de Assistência Social. Financiamento, gestão e controle social da política de assistência social. O Sistema Único da Assistência Social. O exercício profissional do assistente social no âmbito da política de assistência social. Serviços direcionados a segmentos especiais. Indicadores sociais.

3 Objetivos

3.1 Geral

Subsidiar a compreensão crítica da assistência social no Brasil, com ênfase no debate atual sobre o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e a prática do assistente social.

3.2 Específicos

- Recuperar a trajetória histórica da assistência social no contexto da sociedade e do Estado brasileiro.
- Refletir sobre o direito à assistência social e sobre os usuários como sujeitos de direitos.
- Identificar o marco legal da assistência social no Brasil, considerando o financiamento e os espaços de controle social.
- Debater sobre a atuação do profissional de Serviço Social no âmbito da política de assistência social.
- Possibilitar a apropriação crítica do debate sobre o SUAS.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – O Estado e a Assistência Social

- Perspectivas teórico-políticas em relação às políticas sociais e à assistência social.
- Assistência social no Brasil: trajetória histórica e direito social.

Unidade II – Assistência Social, Direito Social e Seguridade Social

- Assistência social no Brasil: CF/88, LOAS, financiamento, espaços de controle social, a política nacional de assistência social e planos plurianuais.
- O SUAS: serviços dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), Benefício de Prestação Continuada e Bolsa Família.
- Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.
- Intersetorialidade da política social e o Sistema Único da Assistência Social.
- Sistemas de informação da assistência social, cadastro único e relatórios de gestão.

Unidade III – Assistência Social e Serviço Social

- Parâmetros para atuação profissional na assistência social.
- Espaços de atuação do assistente social nos serviços da política de assistência social.

5 Referências Básicas

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA. Eleonora Schettini Martins. Conselhos e conferências: o desafio de aprimorar o controle social no SUAS. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 8., Brasília, DF, 2011. Caderno de textos.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 57-115.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-54, p. 285-308.

MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PAES-SOUSA, R.; VAITSMAN, J. (Org.). **Avaliação de políticas e programas do MDS**: resultados: bolsa família e assistência social. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2007. v. 2.

PEREIRA, P. A. **P.A assistência social na perspectiva dos direitos**: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília, DF: Thesaurus, 1996.

6 Referências Complementares

ALAYON, N. **Assistência e assistencialismo**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1995.

BEHRING, E. R. Contra-reforma do estado, seguridade social e o lugar da filantropia. **Serviço Social & Sociedade**, n.73, mar. 2003.

BRASIL. **Política nacional de assistência social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: MDS, 2004.

_____. **Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: MDS, 2009.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1995. cap. 5.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social**. Brasília, DF: CFESS, 2009.

COUTO, B. R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DRAIBE, S. A construção institucional da política brasileira de combate à pobreza: perfis, processos e agenda. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 34, 1998.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIMA, A. M. A Descentralização, o ambiente e as mudanças organizacionais da política de assistência social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 73, 2003.

MARTINS, V. de B.; PAIVA, B. A. A implantação da lei orgânica da assistência social: uma nova agenda para a cidadania no governo Lula. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 73, p. 46-74, mar. 2003.

MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Ciências Sociais, 1982.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

NOVAES, R. **Pobreza e trabalho voluntário**: estudos sobre a ação social católica no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Iser, 1995.

OLIVEIRA, H. M. J. **Cultura política e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2003.

RAICHELIS, R. **Esfera pública e conselhos de assistência social**: caminhos da construção democrática. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS, Yara M. F. Mulher e assistência. **Revista Praia Vermelha**, n. 10, 2004.

SCHWARZER, H.; QUERINO, A. C. **Textos para discussão n. 929**: benefícios sociais e pobreza: programas não contributivos da seguridade social brasileira. Brasília, DF: IPEA, 2002.

SPOSATI, A. Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 77, 2004.

SPOSATI, A. et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1985. p. 55-78.

SPOSATI, A. et al. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

TOCQUEVILLE, A. **Ensaio sobre a pobreza**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

TORRES, I. C. **As primeiras-damas e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2002.

YASBEK, M. C. As ambigüidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS. **Serviço Social & Sociedade**, n. 77, 2004.

_____. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

1 Identificação

Disciplina: Pesquisa em Serviço Social I

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 6^a

2 Ementa

A pesquisa na produção do conhecimento científico. Métodos de conhecimento da realidade social. Metodologias de pesquisa. Ética e pesquisa. Tipos de pesquisa. Elementos constitutivos do projeto de pesquisa. Experiência de elaboração do projeto de pesquisa.

3 Objetivos

3.1 Geral

Conhecer as perspectivas teóricas e questões metodológicas da pesquisa científica, subsidiando a elaboração do projeto de pesquisa.

3.2 Específicos

- Debater as diferentes perspectivas teórico-metodológicas na pesquisa social.
- Possibilitar a identificação e formulação do objeto de investigação social.
- Conhecer as questões metodológicas da pesquisa social, subsidiando para elaboração do projeto de pesquisa.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Conhecimento Científico, Pesquisa Social e Serviço Social

- O conhecimento científico sobre o ser social e perspectivas teórico-metodológicas na pesquisa social.
- A construção do saber nas ciências sociais e humanas.
- Ética e pesquisa.
- A dimensão investigativa da profissão de Serviço Social.

Unidade II – Metodologias de Pesquisa

- Pesquisa quantitativa e qualitativa.
- Técnicas de pesquisa: uso de roteiros, entrevistas, genealogias, história de vida, a experiência etnográfica, observação participante, entre outras.
- Planejamento, execução e avaliação do processo da pesquisa.

Unidade III – A Elaboração do Projeto de Pesquisa

- A sistematização da prática e a identificação de objetos de pesquisa.
- A elaboração do projeto de pesquisa: a formulação do tema/problema de pesquisa.
- Conceitos básicos do tema da pesquisa e revisão da literatura.
- O planejamento, metodologia, fases e tipologias de pesquisa.
- A elaboração dos objetivos e metodologia da pesquisa.

5 Indicações Metodológicas

A elaboração do projeto de pesquisa deverá acontecer concomitantemente com as Unidades II e III.

6 Referências Básicas

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Pesquisa e produção de conhecimento em serviço social. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 5, n. 9, 2005.

ALCOFORADO, M. G. Elaboração de projetos de pesquisa. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 719-740.

LARA, Ricardo. Da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva antológica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, 2007.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, 2007. Edição especial.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. 2. ed. São Paulo: Busca Vida, 1987.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo na teoria social**. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

7 Referências Complementares

BOUDON, R. **Métodos quantitativos em sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1971. p. 31-68. cap. 2.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Paz e Terra, 1972.

DIRTERICH, H. **Novo guia para a pesquisa científica**. Blumenau: FURB, 1999.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Método em pesquisa social**. São Paulo: Nacional, 1973. cap. 11.

GUERRA, Y. A dimensão investigativa do exercício profissional. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 701-718.

HAGUETTE, T. M. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992. Segunda parte, p. 61-105.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa, uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1996.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Introdução ao método na teoria social**. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

PESQUISA em serviço social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, 2007. Edição especial.

RICHARDSON, R. J. et al. Métodos quantitativos e qualitativos. In: _____. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999. p. 70-89.

SELLTIZ et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EDU, 1987. p. 81-104. v. 1.

1 Identificação

Disciplina: Oficina de Análise Institucional e Serviço Social

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 6ª

2 Ementa

Diferentes concepções de análise institucional. Formas de organização institucional. A relação público-privado. A instituição e seus sistemas de poder e de correlação de forças. Requisitos institucionais e demandas da população. Identificação e análise das necessidades sociais. Sistemas de informação e indicadores sociais. Exercícios de análise institucional.

3 Objetivos

3.1 Geral

Possibilitar ao estudante realizar análise institucional, identificar seus sistemas de poder, as demandas e as necessidades sociais da população, bem como as requisições institucionais no exercício profissional.

3.2 Específicos

- Habilitar para a realização de análise das instituições, dos diferentes espaços e possibilidades de intervenção profissional.
- Possibilitar o conhecimento de diferentes concepções de análise institucional.
- Identificar e problematizar demandas e necessidades sociais.
- Propiciar a aproximação a sistemas de informação de dados e indicadores sociais sobre a população usuária das instituições.
- Realizar exercícios de análise institucional.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Análise Institucional

- Diferentes concepções de análise institucional: funcionalista, estruturalista e crítico-dialética.
- Relações de poder na instituição e particularidade da constituição das instituições brasileiras.
- Discurso e prática institucional.
- Relação público-privado nas instituições.

Unidade II – Demandas e Necessidades Sociais

- Concepções de demandas e necessidades sociais.
- Identificar as demandas e necessidades sociais e suas expressões nos sistemas de informação das políticas sociais e nos indicadores sociais.

Unidade III – Análise Institucional, Demandas e Necessidades Sociais e Serviço Social

- Elementos para a análise institucional.
- Elaboração da análise institucional a partir do estágio curricular ou a partir de um estudo *in loco*.
- Análise das condições de vida dos usuários e demandas para o Serviço Social.
- Necessidades e demandas sociais e o planejamentos das políticas sociais.

5 Metodologia

5.1 Conceito

A Oficina deve ter como referência a centralidade no estudante enquanto sujeito que constrói seu conhecimento, com a participação e orientação do professor, a quem cumpre um papel destacado na motivação do grupo, buscando a construção da participação individual e coletiva, facilitando a aprendizagem, o desenvolvimento da socialização e a interação professor-estudante. (MASETTO, 1994).²⁷

²⁷ MASETTO, Marcos. **Didática:** a aula como centro. São Paulo: FTD, 1994.

5.2 Estratégias

- Leitura e discussão de textos.
- Realizar exercícios de observação e análise institucional, considerando as implicações da dinâmica, estrutura, infraestrutura e financiamento na ação profissional. Reconhecer espaços novos e tradicionais espaços para ação do assistente social.
- Realização de trabalhos individuais ou em grupo.
- Debates, dramatização em classe.
- Consulta a fontes dirigidas de descrição e análise institucional: nos projetos de estágio e nos TCCs.
- Socialização das produções dos estudantes em blog, mural, etc.
- Uso do laboratório de informática.

6 Referências Básicas

BISNETO, José Augusto. A análise institucional. In: _____. **Serviço social e saúde mental: uma análise institucional da prática**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 64-116.

GOFFMAN, Erving. As características das instituições totais: introdução. In: **Manicômios, prisões e conventos**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 13-23.

HELLER, A. **Teoria de las necesidades en Marx**. Barcelona: Ed. Península, 1978.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.13, n. 2, p. 155-163, 2010.

7 Referências Complementares

BASTOS, A. V. B. et al. Conceito e perspectivas de estudo das organizações. In: ZANELLI, J. C. (Org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CARDOSO DE MELO, Ana Inês et al. Na corda bamba do trabalho precarizado: a terceirização e a saúde dos trabalhadores. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998. p.195-203.

CESAR, Mônica J. Serviço social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **As atribuições privativas do(a) assistente social: em questão**. Brasília, DF: CFESS, 2002.

MARTINELLI, M. L.; RODRIGUES, M. L.; MUCHAIL, S. T. (Org.). **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas de saber**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

1 Identificação

Disciplina: Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 6ª

2 Ementa

Reconhecimento e análise do espaço sócio-ocupacional. O assistente social como trabalhador assalariado, o mercado de trabalho e as condições de trabalho. Conhecimento do exercício profissional e suas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica. Orientação para elaboração de plano de estágio.

3 Objetivos

3.1 Geral

Instrumentalizar o estudante para o conhecimento e análise da dinâmica institucional, das políticas sociais e do exercício profissional na relação com as condições de trabalho do assistente social.

3.2 Específicos

- Conhecer a dinâmica institucional, as políticas sociais e o exercício profissional a partir do espaço ocupacional e das condições de trabalho.
- Problematizar a atuação do assistente social nas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica no espaço sócio-ocupacional.
- Identificar as atribuições profissionais e o instrumental técnico que caracteriza o Serviço Social no espaço ocupacional.
- Elaborar o plano de estágio.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – O Espaço Sócio-Ocupacional do Estágio

- Conhecimento e análise do espaço institucional onde se insere o Serviço Social considerando: as condições institucionais, a política social a que se vincula, as políticas sociais com as quais se articula, formas de gestão, financiamento, instrumentos de planejamento, convênios, metas, estrutura organizacional, dinâmica institucional, relações de poder e exercício profissional.

Unidade II – O Exercício Profissional do Assistente Social

- O assistente social como trabalhador assalariado, o mercado de trabalho e as condições de trabalho.
- Identificação e compreensão do exercício profissional do assistente social e de suas relações com os usuários e com a instituição.
- Análise das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica do exercício profissional do assistente social no espaço sócio-ocupacional onde se insere o estagiário.

Unidade III – O Plano de Estágio

- Orientação na elaboração do plano de estágio a partir do mapeamento das áreas/campos de estágio nos quais os estudantes estão inseridos, auxiliando no planejamento das ações a serem desenvolvidas no período de estágio, definindo prioridades a partir do conhecimento da realidade socioinstitucional e das políticas sociais nela implicadas.

5 Referências Básicas

ALENCAR, Mônica Maria Torres de; GRANEMANN, Sara. Ofensiva do capital e novas determinações do trabalho profissional. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v .12, n. 2, jul./dez. 2009.

COFI/CFESS – COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO CFESS/CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atribuições privativas do assistente social em questão**. Brasília, DF: CFESS, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 341-376.

MARCONSIN, Cleier. Documentação em serviço social: debatendo a concepção burocrática e rotineira. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. (Org.). **Serviço social: tema, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ORTIZ, Fátima Grave. Desafios contemporâneos para o processo de estágio e supervisão em serviço social. In: FORTI, V.; GUERRA, Y. **Serviço social: temas, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 121-132.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. As dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da prática profissional. In: _____. **Na prática a teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 53-92.

7^a Fase

1 Identificação

Disciplina: Serviço Social e Saúde

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 7ª

2 Ementa

A saúde como direito social e o conceito ampliado de saúde. O Estado brasileiro e a política de saúde. O movimento de reforma sanitária. A implementação do Sistema Único de Saúde. O Sistema Único de Saúde: modelo de atenção, financiamento, gestão e de participação popular. Perspectivas e a tensão entre os fundamentos do SUS e o projeto privatista da saúde. As políticas setoriais e transversais no SUS. O exercício profissional do assistente social na saúde.

3 Objetivos

3.1 Geral

Subsidiar a compreensão crítica do sistema de saúde público brasileiro com ênfase na conjuntura de implementação do SUS e a prática do assistente social na área da saúde.

3.2 Específicos

- Identificar os fundamentos teórico-políticos e marcos legais da reforma sanitária e do SUS.
- Conhecer o conceito de Estado, de democracia, de saúde, os princípios e as competências do SUS.
- Conhecer o processo de implementação do SUS, as determinações estruturais e conjunturais, as bases sociais de sustentação, as novas formas de gestão, os instrumentos de gestão, o controle social, o (des)financiamento e os programas específicos e a relação com o setor privado.
- Conhecer os campos de trabalho do assistente social na área da saúde identificando e analisando as características do exercício profissional na saúde antes e depois do SUS.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Políticas de Saúde no Brasil, a Reforma Sanitária e a Construção do SUS

- Conceito de saúde. História da atenção à saúde pública nas sociedades capitalistas e a particularidade do Brasil.
- Pressupostos políticos do movimento de reforma sanitária e as bases legais do SUS.
- Saúde e seguridade social.
- A descentralização, a municipalização e os marcos legais.

Unidade II – Implementação do SUS

- A conjuntura da implementação dos SUS nos anos de 1990 e 2000.
- O processo de reforma do Estado, a desregulamentação dos direitos e o (des)financiamento.
- O debate sobre as novas formas de gestão pública estatal via organizações sociais e fundações estatais de direito privado na saúde.
- Implementação do SUS: instrumentos de gestão, programas específicos, níveis de atenção e portas de entrada.

Unidade III – A Participação da Comunidade

- A participação popular nas políticas sociais.
- Os Conselhos e Conferências de Saúde: composição, dinâmica de funcionamento e papel que estão desempenhando na construção do SUS.

Unidade IV – O Exercício do Serviço Social na Saúde

- Características do trabalho do assistente social na área da saúde antes e depois do SUS.
- Espaços de atuação tradicionais e novos.

5 Referências Básicas

- BRAVO, M. I. **Serviço social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros da atuação do assistente social na saúde**. Brasília, DF: CFESS, 2009.
- SCOREL, S.; NASCIMENTO, D. R.; EDLER, F. C. As origens da reforma sanitária e do SUS. In: LIMA, N. T. et al. (Org.). **Saúde e democracia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 353-383.
- MOTA, A. E. et al (Org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.
- SOARES, R. C. Contrarreforma na política de saúde e prática profissional do serviço social nos anos 2000. In: MOTA, A. E. (Org.). **As ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: Ed. da UFPE, 2010. p. 337-379.
- VASCONCELOS, A. M. **A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

6 Referências Complementares

- AROUCA, A. S. S. Saúde e democracia. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, 8., 1986, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987. p. 35-47.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. art. 196-200.
- _____. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.
- _____. **História das políticas de saúde no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. Vídeo.
- _____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- _____. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação na comunidade na gestão no Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.
- _____. Portaria nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006.
- BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (Org.). **Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade. Cadernos de Saúde**, Rio de Janeiro, 2011.
- BUSS, P. M.; FILHO, A. P. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: rev. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007.
- FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social – O nascimento do hospital. In: _____. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993. p. 79-111. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, v.7).
- LIMA, N. T. et al. (Org.). **Saúde e democracia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 353-383.
- MENDES, E. V. As políticas de saúde no Brasil nos anos 80: a conformação da reforma sanitária e a construção da hegemonia do projeto neoliberal. In: MENDES, E. V. (Org.). **Distrito sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde**. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995. p. 19-91.
- NOGUEIRA, V. M.; MIOTO, R. C. Serviço social e saúde: desafios intelectuais e operativos. **SER Social**, Brasília, DF, v. 11, n. 25, p. 221-243, 2009.

1 Identificação

Disciplina: Pesquisa em Serviço Social II

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 7ª

2 Ementa

Revisão da literatura do tema da pesquisa. Coleta e organização dos dados quantitativos e qualitativos. Sistematização e análise dos dados. Elementos constitutivos do relatório de pesquisa. Devolução e socialização dos resultados da pesquisa. Experiência de execução de pesquisa.

3 Objetivos

3.1 Geral

Conhecer as exigências metodológicas e oportunizar a execução de um projeto de pesquisa.

3.2 Específicos

- Aprender os elementos necessários para coleta, sistematização e socialização dos dados da pesquisa.
- Realizar pesquisa de campo e a elaborar relatório de pesquisa.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – A Execução da Pesquisa Científica

- Retomada do projeto e da literatura do tema da pesquisa.
- Coleta de dados: pesquisa por amostragem, aplicação de questionário, entrevista, observação, pesquisa histórica, fontes primárias, fontes secundárias.

Unidade II – A Elaboração do Relatório de Pesquisa

- Sistematização dos dados qualitativos e tabulação dos dados quantitativos.
- Elementos constitutivos do relatório de pesquisa.
- Elaboração do relatório de pesquisa.
- Devolução e socialização dos resultados da pesquisa.

5 Indicações Metodológicas

A execução da pesquisa e elaboração do relatório exigirá na organização da disciplina aula com todo o grupo de estudantes, orientação a pequenos grupos, aulas em laboratórios de informática para tabulação e sistematização dos dados coletados, assim como repetidas leituras do relatório de pesquisa por parte do docente, com vistas a apontar orientações para a construção final do relatório de pesquisa.

6 Referências Básicas

CHIZZOTTI, A. Coleta de dados quantitativos e coleta de dados qualitativos. In: _____. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 51-68; 89-108.

GIL, Antônio Carlos Gomes. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2004.

RICHARDSON, R. J. et al. Relatório de pesquisa. In: _____. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 298-317.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

7 Referências Complementares

ALCOFORADO, M. G. Elaboração de projetos de pesquisa. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 719-739.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. O preconceito racial em São Paulo. In: HIRANO, S. (Org.). **Pesquisa social: projeto e planejamento**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DIRTERICH, H. **Novo guia para a pesquisa científica**. Blumenau: FURB, 1999.

FRAGA, C. K. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, 2007. Edição especial.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 10. ed. rev. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 412 p.

1 Identificação

Disciplina: Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório II

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 7ª

2 Ementa

O exercício profissional, as demandas, os serviços oferecidos, a interface com as políticas setoriais e o modelo de gestão institucional. Problematização e orientação do exercício profissional em face do projeto ético-político do Serviço Social. Orientação para elaboração de projeto de intervenção profissional.

3 Objetivos

3.1 Geral

Problematizar o exercício profissional do assistente social, as demandas dos usuários e os serviços oferecidos no espaço ocupacional em que desenvolve o estágio e subsidiar a elaboração do projeto de intervenção profissional do estagiário.

3.2 Específicos

- Aprofundar e problematizar o exercício profissional do assistente social.
- Analisar as demandas institucionais e dos usuários para o Serviço Social.
- Identificar espaços de planejamento institucional e de ações intersetoriais.
- Elaborar o projeto de intervenção profissional.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – A Intervenção Profissional

- Exercício profissional nas condições objetivas e subjetivas da profissão.
- Demandas institucionais e dos usuários atendidos pela instituição na correlação com as expressões da questão social.
- Espaços de planejamento institucional e de ações intersetoriais.

Unidade II – Elaboração do Projeto de Intervenção

Orientação sobre o planejamento e a organização das atividades a serem desenvolvidas no estágio a partir da análise das demandas emergentes.

5 Referências Básicas

COUTO, Berenice Rojas. Formulação de projeto de trabalho profissional. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 651-666.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: ENCONTRO NACIONAL DO CFESS/CRESS, 30., 2001, Belo Horizonte. Palestra proferida.

MIOTO, R. C. T.; LIMA, T. C. S. A dimensão técnico-operativa do serviço social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, p. 22-48, 2009. Disponível em: <www.pucrs.br/textos>. Acesso em: 15 jul. 2013.

PAGAZA, M. R. La intervención profesional y la cuestión social contemporánea: nuevos escenarios que redefinen el campo problemático en la intervención profesional. In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL, 18., 2004, San José, Costa Rica.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; NORONHA, Karine. O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social: uma perspectiva crítica. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Org.). **Serviço social: tema, textos e contextos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

1 Identificação

Disciplina: Gestão e Planejamento em Serviço Social I

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 7ª

2 Ementa

Planejamento social e a relação público/privado/filantrópico na história do Estado e da sociedade brasileira. Metodologias de planejamento. Planejamento de políticas sociais e instrumentos de gestão. Planos plurianuais e relatórios de gestão das políticas sociais. Projetos sociais do terceiro setor e das empresas. Elaboração de um projeto social. Funções, atribuições e competências dos assistentes sociais no planejamento nas esferas pública e privada.

3 Objetivos

3.1 Geral

Proporcionar ao estudante a compreensão do papel dos assistentes sociais no planejamento das instituições públicas, privadas e do terceiro setor, instrumentalizando-o para a elaboração, desenvolvimento de planos, programas e projetos sociais.

3.2 Específicos

- Conhecer os modelos de gestão e planejamento social.
- Compreender o trabalho dos assistentes sociais nas instâncias de planejamento de programas e projetos sociais.
- Conhecer os instrumentos de gestão das políticas sociais, do setor privado e do terceiro setor.
- Problematizar a participação dos sujeitos e a identificação de demandas sociais nos processos de planejamento.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – A Gestão e o Planejamento Social

- Breve resgate do planejamento no Brasil: dos planos nacionais de desenvolvimento aos planos plurianuais (PPAs).
- O planejamento e a gestão nas esferas pública, privada e no terceiro setor.
- Intencionalidade e instrumentos do planejamento.

Unidade II – Metodologias de Planejamento

- Metodologias participativas de planejamento: tradicional, estratégico e participativo.

Unidade III – Instrumentos de Gestão das Políticas Sociais e do Terceiro Setor

- Planos plurianuais (PPAs), programação orçamentária e relatórios de gestão.
- Políticas, planos, programas e projetos na lógica do planejamento.
- Instâncias de aprovação dos instrumentos de gestão das políticas sociais.
- Projetos sociais no terceiro setor e dos programas de responsabilidades social das empresas.

Unidade IV– Elaboração de um Projeto Social (Esta atividade deverá permear as Unidades I, II e III)

- A construção do objeto do planejamento.
- O processo de planificação.
- Elementos da constituição dos projetos sociais.
- Elaboração de projeto de intervenção.

5 Referências Básicas

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social:** intencionalidade e instrumentação. São Paulo: Veras, 2000.

BONDER, Cíntia. O assistente social e o planejamento participativo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 25, n. 78, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

BROSE, Markus (Org.). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

CARBALLAL, Luis Barreiro. O voluntariado, entre a cidadania e a ideologia. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v.12, n. 2, jul./dez. 2009.

CFESS; ABEPSS; CEAD; UnB (Org.). Recomendações para elaboração de projeto de intervenção. In: _____. **Capacitação em serviço social e política social: intervenção e pesquisa em serviço social**. Brasília, DF: CEAD, 2000. mód. 5, p. 47-54.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-54, p. 285-308.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002. 288 p.

SILVA, Antonio Luiz de Paula e. **Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem**. São Paulo: Global, 2000.

6 Referências Complementares

ÁVILA, Célia M. de (Coord.). **Gestão de projetos sociais**. São Paulo: AAPCS, 1999. (Coleção Gestores Sociais).

BARBOSA, Mário da Costa. **Planejamento e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FRITSCH, Rosângela. Planejamento: fundamentos histórico-teórico-metodológicos. In: CRESS. **Capacitação profissional em serviço social**. Porto Alegre: CRESS/10ª região, 1999.

TEIXEIRA, J. B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 553-574.

Ver textos de Mário Testa, Matus e Carmem Teixeira.

8ª Fase

1 Identificação

Disciplina: Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 8ª

2 Ementa

Orientação e avaliação da experiência de estágio. Proposição de alternativas à intervenção profissional. Exercício profissional e supervisão de estágio. Elaboração de relatório final de estágio.

3 Objetivos

3.1 Geral

Avaliar a experiência de estágio com ênfase na proposição de alternativas, visando uma sistematização do processo interventivo vivenciado pelo estudante por meio da elaboração do relatório final de estágio.

3.2 Específicos

- Acompanhar o desenvolvimento do projeto de intervenção proposto pelo estudante para o estágio, desencadeando processos de monitoramento das ações e estimulando a autonomia dos discentes no encaminhamento de suas atividades acadêmico-práticas.
- Refletir sobre a experiência de estágio desenvolvida pelo estudante relacionando-a com as proposições e respostas oferecidas às demandas dos usuários atendidos pela instituição e pelo Serviço Social.
- Discutir a importância da supervisão acadêmica e de campo e seu papel pedagógico no processo de estágio.
- Desencadear um processo de sistematização e avaliação do estágio no espaço ocupacional no qual o estudante está inserido.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Sistematização da Experiência de Estágio

- Debate a partir das experiências de estágio, visando estabelecer a transversalidade da dimensão técnico-operativa nas diferentes áreas/campos de intervenção, identificando conteúdos, características, semelhanças e diferenças das ações profissionais e dos processos interventivos nos diferentes espaços ocupacionais.
- Socialização e análise do desenvolvimento dos projetos de intervenção com ênfase nas alternativas e proposições realizadas pelo estagiário com base na realidade das demandas dos usuários atendidos e dos serviços oferecidos.

Unidade II – A Supervisão no Processo de Estágio

- A supervisão como uma atribuição profissional.
- Metodologia da supervisão de estágio: concepção, instrumentos e avaliação.

Unidade III – Elaboração do Relatório Final de Estágio

- Orientação para a sistematização e avaliação das atividades desenvolvidas ao longo da trajetória de estágio, na perspectiva de construção de síntese do processo.

5 Referências Básicas

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “sistematização da prática” no serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

CARTAXO, A. M. B.; MANFROI, V. M.; SANTOS, M. T. Formação continuada: implicações e possibilidades no exercício profissional do assistente social. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 239-253, 2012.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. Supervisão em serviço social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 531-552.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

VASCONCELOS, Iana. Dilemas e desafios do estágio curricular em serviço social: expressão dos (des)encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 9, n. 17, p. 61-82, jan./jul. 2009. Estágio, ética e pesquisa: desafios para a formação profissional.

1 Identificação

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 8ª

2 Ementa

Regulamento do TCC/DSS/UFSC. Elaboração do projeto de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Apresentação dos projetos. Articulação com os orientadores individuais.

3 Objetivos

3.1 Gerais

- Instrumentalizar o estudante para a elaboração e desenvolvimento do projeto de TCC na área de Serviço Social, tendo como referência o estágio ou a pesquisa realizada pelo(a) acadêmico(a).
- Iniciar o processo de orientação individual do TCC.

3.2 Específicos

- Abordar as características de um trabalho científico monográfico.
- Apresentar uma proposta de roteiro para a elaboração do projeto de TCC e o Regulamento do TCC/DSS/UFSC.
- Instrumentalizar o estudante acerca do teor de cada item do roteiro do projeto de TCC.
- Problematizar as implicações éticas da pesquisa no Serviço Social.
- Estabelecer a articulação inicial entre o estudante e o orientador individual.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Aspectos Metodológicos Iniciais da Construção do Projeto de Pesquisa

- Parâmetros metodológicos da pesquisa nas ciências sociais. A construção do problema, do objeto e dos objetivos de pesquisa. A definição do marco teórico.
- Regulamento do TCC/DSS/UFSC.

Unidade II – Aspectos Éticos da Pesquisa em Serviço Social

- Parâmetros éticos da pesquisa no Serviço Social. A pesquisa com seres humanos e a tramitação do projeto de TCC no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC.

Unidade III – O Projeto de TCC

- Os elementos constituintes de um projeto de TCC.
- A formulação do projeto e seu planejamento.
- Definição dos temas individuais de pesquisa.

5 Indicações Metodológicas

Encontros coletivos, sob a supervisão docente, para discussão metodológica dos projetos de trabalho de final de curso. Articulação entre o estudante e o orientador individual a partir da definição do tema do TCC para elaboração do projeto.

6 Referências Básicas

ALCOFORADO, M. G. Elaboração de projetos de pesquisa e monografia. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 719-759.

BARROCO, Maria Lucia. Serviço social e pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. **Temporalis**, Brasília, DF, n. 17, p. 130-142, 2009.

CNS – CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 196/96. Disponível em: <<http://cep.ufsc.br/legislacao>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2008.

1 Identificação

Disciplina: Gestão e Planejamento em Serviço Social II

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 8^a

2 Ementa

Financiamento e gestão das políticas sociais e do terceiro setor. O financiamento público e a filantropia. Metodologias de avaliação de políticas sociais. O assistente social na elaboração, coordenação, execução e avaliação de programas e políticas sociais.

3 Objetivos

3.1 Geral

Proporcionar ao estudante a compreensão sobre o financiamento e avaliação de planos, programas e projetos sociais e o conhecimento do papel dos assistentes sociais no planejamento e na gestão das instituições públicas e privadas.

3.2 Específicos

- Conhecer os modelos e as normatizações do financiamento das políticas sociais e dos projetos do terceiro setor.
- Conhecer as metodologias de avaliação de políticas sociais.
- Compreender o trabalho dos assistentes sociais nas instâncias de planejamento, gestão e avaliação de programas e projetos sociais.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – O Financiamento da Política Social

- Distribuição da riqueza, questão social e política social.
- Financiamento da política social: legislação e operacionalização.
- O financiamento dos serviços públicos via contratos com organizações sociais.

Unidade II – Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais

- Planos plurianuais (PPAs), programação orçamentária e relatórios de gestão.
- Função e tipos de avaliação no processo de planejamento.

Unidade III – Serviço Social e Avaliação das Políticas Sociais

- Espaços de trabalho na avaliação das políticas sociais.
- O uso dos sistemas de informação e indicadores sociais para subsidiar o planejamento, o financiamento, a gestão e a avaliação das políticas sociais.

5 Referências Básicas

DAIN, Sulamis. A economia política da reforma tributária de 2003. In: PINTO, Márcio. BIASOTO JR., Geraldo. **Política fiscal e desenvolvimento no Brasil**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. p. 371-398.

HICKMANN, Clair; SALVADOR, Evilásio (Org.). **10 anos de derrama: a distribuição da carga tributária no Brasil**. Brasília, DF: Unafisco Sindical, 2006.

MIOTO, Regina C. T.; NOGUEIRA, Vera M. R. Sistematização, planejamento e avaliação das ações dos assistentes sociais no campo da saúde. In: MOTA et al. (Org.). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 273-303.

SEIBEL, Erni José; GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G. Concepção do Estado e escolha da metodologia de avaliação de políticas públicas. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 13, n. 102, 2012.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. Execução e avaliação de políticas e programas sociais. In: CFESS; ABEPSS; CEAD; UnB. **Capacitação Continuada em Serviço Social e Política Social**. Brasília, DF: UnB, 2000. mód. 4.

6 Referências Complementares

ALVARENGA, Livia Vilas-Bôas Hacker. **Gastos tributários sociais**: como estamos? Rio de Janeiro: CEDE/UFF, abr. 2012. Texto para discussão n. 64. Disponível em: <www.proac.uff.br/cede>. Acesso em: 15 jul. 2013.

ANDER-EGG, Ezequiel et al. **Avaliação de serviços e programas sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BARREIRA, Maria Cecília Nobre. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras; Lisboa: CIPHTS, 2000.

CARVALHO, Fernando Cardim. Entre a política econômica e a questão social. In: _____. **Observatório da cidadania**: relatório 2005. Rio de Janeiro: IBASE, 2005.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LANDIM, L. **Para além do mercado e do Estado?**: filantropia e cidadania no Brasil. Rio de Janeiro: Iser, 1993.

OLIVEIRA, Fabrício. **Economia e política das finanças públicas**: uma abordagem crítica da teórica convencional, à luz da economia brasileira. Belo Horizonte: 2001.

PISCITELLI, Roberto. Reforma tributária: a unanimidade de cada. In: MORHY, Lauro (Org.). **Reforma tributária em questão**. Brasília, DF: Ed. da UnB, 2003. p. 83-90.

POCHMANN, Márcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.

POCHMANN, Márcio et al (Org.). **Os ricos no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

RICCO, Elisabeth de Melo; REICHELIS, Raquel. **Gestão social**: uma questão em debate. São Paulo: Educ, 1999.

SALVADOR, E. Implicações da reforma da previdência sobre o mercado de trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 81, p. 7-39, 2005.

TEIXEIRA, J. B. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social**: direitos e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 553-574.

Ver as publicações com resultados do orçamento da seguridade social disponíveis no [site](http://www.anfip.org.br/publicacoes/livros/publicacoes_livrosindex.php?t=3) http://www.anfip.org.br/publicacoes/livros/publicacoes_livrosindex.php?t=3.

9^a Fase

1 Identificação

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II

Carga Horária: 108 h/a **Fase:** 9ª

2 Ementa

Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Preparação para a banca de avaliação. Defesa do TCC.

3 Objetivo

Elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso.

4 Indicações Metodológicas

Encontros individuais com o docente para orientação da elaboração do trabalho de final de curso e preparação para a banca.

5 Referências Básicas

ALCOFORADO, M. G. Elaboração de projetos de pesquisa e monografia. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 719-759.

BARROCO, Maria Lucia. Serviço social e pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos. **Temporalis**, Brasília, DF, n. 17, p. 130-142, 2009.

CNS – CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 196/96. Disponível em: <<http://cep.ufsc.br/legislacao>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2002.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2008.

Referências específicas do tema do TCC.

1 Identificação

Disciplina: Serviço Social e Desafios Profissionais Contemporâneos

Carga Horária: 72 h/a **Fase:** 9ª

2 Ementa

Formação profissional e mercado de trabalho do assistente social. Análise da experiência de estágio na relação com a conjuntura e com o debate profissional. Polêmicas conjunturais do Serviço Social. Questões emergentes no campo teórico e prático.

3 Objetivos

3.1 Geral

Debater a formação profissional, desafios teórico-práticos da profissão e o mercado de trabalho do assistente social.

3.2 Específicos

- Analisar o exercício profissional do assistente social, articulando-o às referências teórico-metodológicas do Serviço Social e ao projeto ético-político.
- Reconhecer as demandas do mercado de trabalho a partir da experiência de estágio e na relação com os fundamentos teóricos e políticos do projeto profissional.
- Compreender a influência do *neoconservadorismo* no cotidiano da intervenção profissional.

4 Conteúdo Programático

Unidade I – Formação Profissional e Mercado de Trabalho do Assistente Social

- Formação na graduação, o estágio e a supervisão.
- O exercício profissional e o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Unidade II – Polêmicas Conjunturais do Serviço Social

- Questões emergentes no campo teórico e prático.
- O neoconservadorismo e o exercício profissional.

5 Referências Básicas

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n106/n106a02.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. Fundamentos éticos do serviço social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 165-184.

COSTA, Jurandir Freire. A ética democrática e seus inimigos: o lado privado da violência pública In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org.). **Ética**. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília, DF: Codeplan, 1997. p. 67-86. Disponível em: <http://jfreirecosta.sites.uol.com.br/artigos/artigos_html/etica_democratica.html>;

<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/190/213>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009. p.15-50.

KILDUFF, Fernanda. O controle da pobreza operado através do sistema Penal. **Revista Katálys**, Florianópolis. v. 13, n. 2, p. 240-249, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/1110>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 19, 2007.

SANTOS, Josiane et al. Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 146-176, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n101/08.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

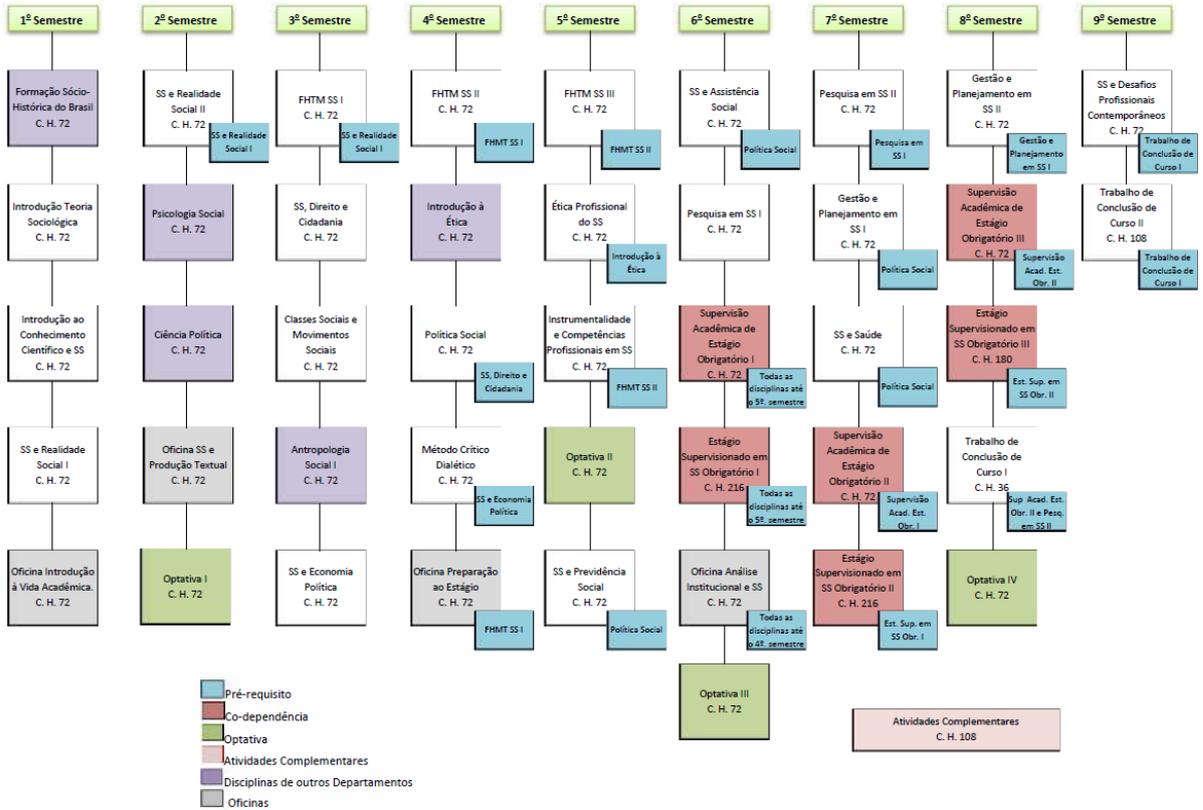
SANTOS, Josiane. **Questão social:** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 6).

Filme

CAPITALISMO: uma história de amor. Produção de Michael Moore. 2009.

APÊNDICE C – FLUXOGRAMA DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UFSC

FLUXOGRAMA – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - UFSC





**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**
Pró-Reitoria de Graduação

Campus Prof. João David Ferreira Lima –CEP 88040-900
Trindade - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil | www.prograd.ufsc.br / +55 (48) 3721-9932 / 3721-8309

Florianópolis, 2 de julho de 2013

PORTARIA Nº 329 /PROGRAD/2013

A Pró-Reitora de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina, usando da sua competência e considerando o que consta no Processo 23080.02687/2013-61 da Coordenadoria do Curso de Graduação em Serviço Social,

R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar a matriz curricular 2013.2 do curso de Graduação em **Serviço Social** – diurno e noturno, a qual sob forma de anexo passa a integrar esta portaria.

Parágrafo 1º – A referida matriz curricular será implantada, progressivamente, a partir do segundo semestre letivo de 2013.

Parágrafo 2º – Trata-se do Projeto Pedagógico aprovado pela Resolução nº 12/CGRAD/20013, de 22 de junho de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,


Roselane Fátima Campos

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
(DIURNO E NOTURNO)
(Currículo em implantação progressiva a partir de 2013.2)

Criação do Curso

Decreto - 45063/58, de 19/12/58

Reconhecimento do Curso

Decreto - 50868/61, de 27/06/61, Publicado no D.O.U. de 29/06/61

Renovação do reconhecimento do Curso matutino: DOU 23/11/2000 – Seção 1 – Página 40, - Portaria no 1.658 de 18 de Novembro de 2009.

Renovação do reconhecimento do Curso noturno: DOU 4/6/2010 – Seção 1 – Página 10 Portaria no 645 de 2 de Junho de 2010.

Período de Conclusão

Prazo Mínimo - 9 Semestres
Prazo Máximo - 16 Semestres

Carga horária obrigatória: 3312 h/a

Carga horária optativa: 288 horas-aula

Carga horária total: 3600 horas-aula - CNE: 3000h.

Número de aulas semanais: Mínimo: 12 Máximo: 28

| 1ª FASE | | | |
|----------|--|------------|----------|
| Código | Disciplina | Horas/aula | Pré-req. |
| HST 7105 | Formação Sócio-histórica do Brasil | 72 | - |
| SPO 7104 | Introdução à Teoria Sociológica | 72 | - |
| DSS 7107 | Introdução ao Conhecimento Científico e Serviço Social | 72 | - |
| DSS 7101 | Serviço Social e Realidade Social I | 72 | - |
| DSS 7103 | Oficina Introdução à Vida Acadêmica | 72 | - |

| 2ª FASE | | | |
|----------|---|------------|----------|
| Código | Disciplina | Horas/aula | Pré-req. |
| SPO 5236 | Ciência Política | 72 | - |
| DSS 7102 | Serviço Social e Realidade Social II | 72 | DSS 7101 |
| PSI 7150 | Psicologia Social | 72 | - |
| DSS 7104 | Oficina Serviço Social e Produção Textual | 72 | - |
| | Optativa I | 72 | - |

| 3ª FASE | | | |
|----------|--------------------------------------|------------|----------|
| Código | Disciplina | Horas/aula | Pré-req. |
| ANT 7100 | Antropologia Social | | - |
| DSS 7110 | FHTM SS I | 72 | DSS 7101 |
| DSS 7120 | Serviço Social, Direito e Cidadania | 72 | - |
| DSS 7114 | Classes sociais e movimentos sociais | 72 | - |
| DSS 7113 | Serviço Social e Economia Política | 72 | - |

| 4ª FASE | | | |
|----------|-------------------------------|------------|----------|
| Código | Disciplina | Horas/aula | Pré-req. |
| DSS 7111 | FHTM SS II | 72 | DSS 7110 |
| FIL 7100 | Introdução a Ética | 72 | - |
| DSS 7121 | Política Social | 72 | DSS 7120 |
| DSS 7115 | Método Crítico Dialético | 72 | DSS 7113 |
| DSS 7105 | Oficina Preparação ao Estágio | 72 | DSS 7110 |

| 5ª FASE | | | |
|----------|--|------------|----------|
| Código | Disciplina | Horas/aula | Pré-req. |
| DSS 7112 | FHTM SS III | 72 | DSS 7111 |
| DSS 7117 | Ética profissional do Serviço Social | 72 | FIL 7100 |
| DSS 7118 | Instrumentalidade e competências profissionais em Serviço Social | 72 | DSS 7111 |
| DSS 7122 | Serviço Social e Previdência Social | 72 | DSS 7121 |
| | Optativa II | 72 | |

| 6ª FASE | | | |
|----------|--|------------|--------------------|
| Código | Disciplina | Horas/aula | Pré-req. |
| DSS 7123 | Serviço Social e Assistência Social | 72 | DSS 7121 |
| DSS 7125 | Pesquisa em Serviço Social I | 72 | - |
| DSS 7131 | Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I (*) | 72 | Todas até 5a fase |
| DSS 7141 | Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório I (*) | 216 | Todas até 5a. fase |
| DSS 7106 | Oficina Análise Institucional e Serviço Social | 72 | Todas até 4a. fase |
| | Optativa III | 72 | |

(*) As disciplinas DSS7131 Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I e DSS7141 Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório I, por sugestão do Colegiado do Curso, devem ser realizadas em co-dependência.

| 7ª FASE | | | |
|----------|---|------------|----------------------|
| Código | Disciplina | Horas/aula | Pré-req. |
| DSS 7126 | Pesquisa em Serviço Social II | 72 | DSS 7125 |
| DSS 7127 | Gestão e planejamento em Serviço Social I | 72 | DSS 7121 |
| DSS 7124 | Serviço Social e Saúde | 72 | DSS 7121 |
| DSS 7132 | Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório II (*) | 72 | DSS 7131 DSS 7141 |
| DSS 7142 | Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório II (*) | 216 | DSS 7131 DSS 7141 |

(*) As disciplinas DSS7132 Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório II e DSS7142 Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório II, por sugestão do Colegiado do Curso, devem ser realizadas em co-dependência.

| 8ª FASE | | | |
|----------|--|------------|----------------------|
| Código | Disciplina | Horas/aula | Pré-req. |
| DSS 7128 | Gestão e Planejamento em Serviço Social II | 72 | DSS 7127 |
| DSS 7133 | Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III (*) | 72 | DSS 7132 DSS 7142 |
| DSS 7143 | Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório III (*) | 180 | DSS 7132 DSS 7142 |
| DSS 7151 | Trabalho de Conclusão de Curso I | 36 | DSS 7132 DSS 7142 |
| | Optativa IV | 72 | |

(*) As disciplinas DSS7133 Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III e DSS7143 Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório III, por sugestão do Colegiado do Curso, devem ser realizadas em co-dependência.

| 9ª FASE | | | |
|----------|--|------------|----------|
| Código | Disciplina | Horas/aula | Pré-req. |
| DSS 7153 | Serviço Social e Desafios Profissionais Contemporâneos | 72 | DSS 7151 |
| DSS 7152 | Trabalho de Conclusão de Curso II | 108 | DSS 7151 |

| Disciplinas Optativas | | | |
|---|--|------------|--------------------------------------|
| Carga mínima obrigatória - 288 horas-aula, de livre escolha dentre as oferecidas pelo Departamento de Serviço Social e de outros Departamentos da UFSC, obedecendo-se os pré-requisitos. | | | |
| Código | Disciplina | Horas/aula | Pré-req. |
| DSS 7160 | Assessoria em Serviço Social | 72 | - |
| DSS 7161 | Lutas sociais na América Latina | 72 | - |
| DSS 7162 | Metodologia da Supervisão de Estágio em Serviço Social | 72 | DSS 7131 DSS 7141 |
| DSS 7163 | Política Social e família | 72 | - |
| DSS 7164 | Serviço Social e educação | 72 | - |
| DSS 7165 | Serviço Social e envelhecimento | 72 | - |
| DSS 7166 | Serviço Social e gênero | 72 | - |
| DSS 7167 | Serviço Social e os direitos da criança e do adolescente | 72 | - |
| DSS 7168 | Serviço Social e questão agrária | 72 | - |
| DSS 7169 | Serviço Social e questão urbana | 72 | - |
| DSS 7170 | Serviço Social e saúde mental | 72 | - |
| DSS 7171 | Serviço Social e instituições público-privadas | 72 | - |
| DSS 7172 | Serviço Social em meio ambiente | 72 | - |
| DSS 7173 | Serviço Social na área sócio jurídica | 72 | - |
| DSS 7134 | Supervisão acadêmica de estágio não obrigatório I(*) | 36 | Todas até 4º fase |
| DSS 7135 | Supervisão acadêmica de estágio não obrigatório II (**) | 36 | DSS 7133 DSS 7143 |
| DSS 7180 | Tópicos especiais em movimentos sociais | 72 | - |
| DSS 7181 | Tópicos especiais em pesquisa | 72 | - |
| DSS 7182 | Tópicos especiais em políticas sociais | 72 | - |
| DSS 7183 | Tópicos especiais em Serviço Social | 72 | - |
| DSS 7174 | Violência, criminalização da pobreza e Serviço Social | 72 | - |
| DSS 5801 | Intercâmbio acadêmico em Serviço Social I | 00 | Todas até 4º fase Res. 007/CUn/99 |
| DSS 5802 | Intercâmbio acadêmico em Serviço Social II | 00 | DSS 5801 |
| DSS 5710 | Atividade Extraclasse: Monitoria | 72 | - |
| LSB 7904 | Língua Brasileira de Sinais (PCC 18 horas-aula) | 72 | - |
| LLV5603 | Produção textual acadêmica I | 60 | - |
| SPO 7105 | Teoria sociológica contemporânea | 72 | - |
| ANT 7003 | Relações Interétnicas | 72 | - |
| INE 5116 | Introdução à estatística | 60 | - |

(*) A matrícula em DSS 7134 Supervisão Acadêmica de Estágio Não Obrigatório I deve ser concomitante a Matrícula em DSS 7144 Estágio Curricular Não Obrigatório I.

(**) A matrícula em DSS 7135 Supervisão Acadêmica de Estágio Não Obrigatório II deve ser concomitante a Matrícula em DSS 7145 Estágio Curricular Não Obrigatório II.

| Atividades Complementares – Carga mínima obrigatória 108 horas-aula | | | |
|--|---------------------------|-------------------|-----------------|
| A realização das Atividades Complementares terá regulamento próprio aprovado no Colegiado de Curso de Graduação em Serviço Social. | | | |
| Código | Disciplina | Horas/aula | Pré-req. |
| DSS 7190 | Atividades Complementares | 108 | - |

| Disciplinas de Atividades Extracurriculares | | | |
|--|---------------------------------------|-------------------|---|
| (*) Até 20% da carga horária das DSS 7144 Estágio Curricular não Obrigatório I e DSS 7145 Estágio Curricular não Obrigatório II, poderão ser computadas como horas de Atividades Complementares (DSS 7190), obedecendo-se o Regulamento aprovado no Colegiado de Curso de Graduação em Serviço Social. | | | |
| Código | Disciplina | Horas/aula | Pré-req. |
| DSS 7144 | Estágio Curricular Não Obrigatório I | 225(*) | Todas as disc. Até a 4ª fase, inclusive |
| DSS 7145 | Estágio Curricular Não Obrigatório II | 225(*) | DSS 7133 DSS 7143 |